

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

GRAZIELA DONIZETTI DOS REIS

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
UM REFLEXO DO AGRAVAMENTO DO CAPITAL**

FRANCA
2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

GRAZIELA DONIZETTI DOS REIS

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
UM REFLEXO DO AGRAVAMENTO DO CAPITAL**

Dissertação de mestrado apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social à Comissão Julgadora da Universidade Estadual Paulista - Campus de Franca sob a orientação do prof. Dr. Gustavo José de Toledo Pedroso.

FRANCA
2020

R375p Reis, Graziela Donizetti dos
 População em situação de rua : um reflexo do agravamento do
 capital / Graziela Donizetti dos Reis. -- Franca, 2020
 125 p. : il., tabs.

 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
 Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
 Orientador: Gustavo José de Toledo Pedroso

 1. Serviço social. 2. Pessoas desabrigadas. 3. Capitalismo. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

GRAZIELA DONIZETTI DOS REIS

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
UM REFLEXO DO AGRAVAMENTO DO CAPITAL**

Dissertação de mestrado apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social à Comissão Julgadora da Universidade Estadual Paulista - Campus de Franca sob a orientação do prof. Dr. Gustavo José de Toledo Pedroso.

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientador: _____

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que de alguma forma me apoiaram durante esse processo de aprendizado, principalmente aos meus pais (*in memoriam*). Agradeço também ao meu orientador Gustavo Pedroso e à sua esposa, Sandra Pedroso, por não desistirem desse trabalho apesar de tudo. Agradeço às queridas Leila e Katy por me acompanharem nos momentos felizes e desafiantes também. Agradeço à querida Jô Carvalho, pois mesmo distante, se faz presente. Agradeço à minha família multiespécie por sempre ser meu aconchego.

Agradeço também à Capes por ter financiado parcialmente esse trabalho.

RESUMO

A população em situação de rua vem aumentando em número nas ruas das cidades brasileiras. Na tradição marxiana, um determinado fenômeno pode ser melhor compreendido se buscarmos os condicionantes que o produziram. Nesta pesquisa, buscamos as raízes deste fenômeno na forma que assumiu o capitalismo atual na periferia do sistema. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica em que discutimos as categorias pelas quais se pode pensar este fenômeno bem como a sociedade que o gerou. Posteriormente, nos debruçamos sobre um caso particular, a saber, a população em situação de rua na cidade de Franca, a partir de dados e documentos oficiais disponíveis, bem como as características da economia e da sociedade local. Isso nos permitiu compreender melhor os aspectos envolvidos em sua concretude.

Palavras-chave: População em situação de rua, lumpemproletariado, superpopulação relativa trabalho, reestruturação produtiva.

ABSTRACT

The homeless population has been increasing in number on the streets of Brazilian cities. In the Marxian tradition, a given phenomenon can be better understood if we look for the conditions that produced it. In this research, we look for the roots of this phenomenon in the form that current capitalism took on the periphery of the system. To this end, we conducted a bibliographic search in which we discussed the categories by which this phenomenon can be thought as well as the society that generated it. Subsequently, we looked at a particular case, namely, the homeless population in the city of Franca, based on available official data and documents, as well as the characteristics of the economy and local society. This allowed us to better understand the aspects involved in its concreteness.

Keywords: Homeless population, lumpenproletariat, relative super population, labor, productive restructuring.

SIGLAS UTILIZADAS

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CadÚnico – Cadastro Único para acesso aos programas sociais do Governo Federal.

CAD – *Computer Aided Design*, nome genérico de sistemas computacionais (software) utilizados para facilitar o projeto e desenho técnicos.

CAM – *Computer Aided Manufacturing*, processo de produção auxiliado por microcontrolador.

CNC - *Computer Numeric Control*, um sistema que permite o controle de máquinas.

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

CENTRO POP – Centro de Referência Especializado em População em Situação de Rua

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

JIT -- *Just-in-Time*, forma de gerenciamento da produção que dispensa o estoque. As mercadorias são produzidas na medida em que surgem as encomendas.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MNPR – Movimento Nacional da População de Rua

ONU – Organização das Nações Unidas

FGV – Fundação Getúlio Vargas

POPRUA – Censo da População em Situação de Rua

PRS – Programa Bolsa Família

PSR – População em Situação de Rua

SENARC – Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.
Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a
vida, fodidos e mal pagos:
Que não são, embora sejam.
Que não falam idiomas, falam dialetos.
Que não praticam religiões, praticam superstições.
Que não fazem arte, fazem artesanato.
Que não são seres humanos, são recursos humanos.
Que não tem cultura, têm folclore.
Que não têm cara, têm braços.
Que não têm nome, têm número.
Que não aparecem na história universal, aparecem
nas páginas policiais da imprensa local.
Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata
(Galeano)

Eu só peço a Deus
Que a dor não me seja indiferente
Que a morte não me encontre um dia
Solitário, sem ter feito o que eu queria
Eu só peço a Deus
Que a injustiça não me seja indiferente
Pois não posso dar a outra face
Se já fui machucado brutalmente
Eu só peço a Deus
Que a guerra não me seja indiferente
É um monstro grande e pisa forte
Toda a pobre inocência dessa gente
Eu só peço a Deus
Que a mentira não me seja indiferente
Se um só traidor tem mais poder que um povo
Que este povo não esqueça facilmente
Eu só peço a Deus
Que o futuro não me seja indiferente
Sem ter que fugir desenganado
Pra viver numa cultura diferente
(León Gieco)

SUMÁRIO

Introdução.....	9
Capítulo 1. Categorias Fundamentais.....	13
1.1. Lumpemproletariado e pauperismo.....	13
1.2. O contexto atual do capital.....	34
Capítulo 2. A cidade de Franca e a população em situação de rua	41
2.1. Caracterização da cidade de Franca	41
2.2 A população em situação de rua – dados nacionais e locais	56
Considerações finais	97
Bibliografia.....	100
Anexos.....	108

INTRODUÇÃO

O ponto de partida para o desenvolvimento dessa pesquisa foi a aproximação que tive com a população em situação de rua durante meu estágio, no período entre 2016 e 2017, na cidade de Franca-SP. Esta experiência despertou muitas inquietações e levou à necessidade de aprofundamento da compreensão do fenômeno da população em situação de rua, considerando os discursos do senso comum, das autoridades legais e da própria sociedade, a qual no geral não demonstra muito interesse em enxergar e/ou discutir as condições concretas e objetivas de vida desta população. Considerando o cenário brasileiro, país inserido no capitalismo periférico, de economia dependente, com a população frequentemente mostrando-se desarticulada e desinformada, entende-se que as discussões que são feitas a respeito desse público nem sempre levam em conta as condições concretas em que vivem estas pessoas, bem como o contexto social e o chão histórico que produziram a sua miséria. Observando o cotidiano daquela população, foi possível compreender que suas histórias apresentam um problema maior do que desemprego momentâneo, a aproximação com as substâncias psicoativas e a ruptura dos vínculos familiares. Neste trabalho parte-se da hipótese de que a dinâmica capitalista é o principal fator que condiciona e impulsiona os ciclos que culminam na situação de rua. Esta dissertação tem como objetivo compreender a população em situação de rua de Franca, bem como reunir elementos para entender alguns dos elos com o capitalismo periférico que a produziu e a repõe ao longo dos anos.

Para tanto a dissertação foi concebida em dois capítulos. No primeiro capítulo, que se divide em duas partes, são abordadas duas questões fundamentais, a saber, a conceituação de Marx a respeito da superpopulação relativa, do pauperismo e do lumpemproletariado, por um lado, e o contexto geral do capital nos termos em que este se configura atualmente. Com isso,

procurou-se discutir alguns parâmetros básicos que são essenciais para a compreensão da questão central da pesquisa.

No segundo capítulo, também dividido em duas partes, procurou-se apresentar o fenômeno da população de rua em termos mais concretos, tal como este fenômeno se dá na cidade de Franca. No item 2.1, intitulado “Caracterização da cidade de Franca”, procurou-se apresentar as principais características da cidade em termos gerais, de modo a se traçar um perfil de Franca que ajude a compreender a sua base econômica e, a partir disso, a inserção da população nesta mesma base. Em seguida, buscou-se mostrar como se deu a reestruturação produtiva na cidade após os anos 1990, bem como as suas consequências para o trabalhador, tais como a intensificação do trabalho, o desemprego sazonal, a terceirização, a informalidade, etc. No item 2.2, intitulado “A população em situação de rua – dados nacionais e locais” procurou-se capturar as dimensões e especificidades da população em situação de rua na cidade de Franca, tanto em seus aspectos estáticos quanto dinâmicos. Por aspectos estáticos nos referimos à configuração atual desta população, tal como uma fotografia, enquanto que por dinâmicos entendemos o modo como esta configuração foi se modificando ao longo do tempo. Para uma melhor compreensão desta configuração partiu-se dos dados nacionais disponíveis, discutindo-se os limites e as possibilidades que estes oferecem, para então apresentar os dados locais. Sempre que possível, a fim de extrair as consequências dos dados locais de que dispomos atualmente, foi feita a análise comparativa com os dados nacionais e com as informações a respeito da população da cidade em geral. Por fim, alguns dados brutos a partir dos quais foram construídas as tabelas, sobretudo do Cadastro Único, foram incluídos nos anexos para fins de verificação.

Nas considerações finais retomamos o sentido geral da pesquisa realizada e as consequências que se podem extrair depois do percurso realizado, procurando mostrar a relação intrínseca entre o que foi desenvolvido em cada capítulo.

A pesquisa foi bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica, segundo Fonseca (2002), nada mais é do que a revisão de literatura relacionada ao tema pesquisado, recorrendo a livros e publicações que façam parte dos referenciais teóricos disponíveis e compartilhados pela comunidade

acadêmica. Já a análise documental, segundo Bardin (2004, p. 48), é uma espécie de esquadramento de um documento com o propósito de facilitar a leitura, tornando as informações mais acessíveis e compreensíveis.

Para a análise bibliográfica foi utilizada a bibliografia disponível e já consagrada, como livros, artigos e teses sobre os temas abordados nos capítulos. Para as teses e dissertações nos valem os bancos de tese das universidades públicas e privadas do país. Para a análise documental foram utilizados os dados oficiais disponíveis em plataformas ou documentos eletrônicos disponibilizados pelas prefeituras, pelos Ministérios, pelo IPEA, pelo BNDES e demais sites governamentais. A legislação está disponível em sites oficiais do executivo e do legislativo. Por fim, alguns documentos analisados foram encontrados também na Fundação Perseu Abramo.

O referencial teórico desta dissertação é o materialismo histórico e dialético, posto que este método, em seu rigor teórico, situa o que se apresenta materialmente construído como algo historicamente determinado e evidencia a dinâmica da realidade por meio do processo histórico. Por isso, a totalidade deve ser considerada e definida como uma integração de relações produtivas que regulam e garantem o movimento da sociedade. De modo que, segundo o marxismo, a sociedade se organiza a partir da relação que as pessoas estabelecem entre si, com os meios de produção e, ambos, com a natureza. O referencial marxista como metodologia recorre à dialética, método que possibilita a compreensão da realidade para além das manifestações dos fenômenos que rompem a realidade de forma instantânea, pois trata-se de uma análise que se embasa tanto historicamente, quanto pela totalidade das relações produtivas. Desse modo:

Na dimensão metodológica, o marxismo vale-se da dialética, que mostra as conexões entre as partes de um dado fenômeno e destas com a totalidade social, analisando como o movimento se processa, e direciona a busca de técnicas e instrumentos para expor o mais plenamente possível os objetos recortados da realidade. (Soares, Campos, Yonekura; 2013)

O marxismo enquanto ciência consegue produzir conhecimento sobre a realidade visando a transformação da sociedade. Assim, o conhecimento da realidade é uma via para direcionar o processo histórico. Isto coloca o

marxismo no mundo histórico, concreto, e que está em constante reorganização. Para Soares, Campos, Yonekura (2013, p.1.404), o fato de apenas acessar o conhecimento não possibilita condições práticas para ocorrer a transformação, necessita-se de uma articulação correspondente ao processo concreto para deixar de ser um projeto meramente idealizado, ou seja, sair do campo das ideias e tornar-se realidade. Tendo em vista essas características, o marxismo pode ser considerado uma filosofia da práxis, trata-se de uma vertente teórica e prática que determina a ciência como prática social e não somente idealizada. É um trabalho desenvolvido dentro do processo de produção, por isso, seu ponto de partida é o desenvolvimento social e econômico. Além disso, a vertente marxista analisa o conflito de classes como produto das contradições que existem entre as classes sociais e que impulsiona as transformações societárias.

CAPÍTULO 1

CATEGORIAS FUNDAMENTAIS

Ao longo deste trabalho a população em situação de rua será entendida em acordo com a definição apresentada no **Relatório do I encontro nacional sobre população em situação de rua**, isto é, como

um grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta, vínculos interrompidos ou fragilizados e inexistência de moradia convencional regular, sendo compelidos a utilizarem a rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente. (BRASIL, 2006, p. 7)

Antes, porém, de abordarmos suas características, tanto no quadro nacional, quanto no quadro do município de Franca, é necessário discutir duas questões: 1) como ela pode ser localizada no interior da conceituação de Marx acerca da superpopulação relativa; e 2) qual é o contexto geral atual do capitalismo em que esta população está inserida. É o que faremos nos dois tópicos seguintes.

1.1. Lumpemproletariado e pauperismo

O primeiro ponto que precisa ser abordado diz respeito às categorias fundamentais para a análise de nossa questão. E, neste sentido, é importante que tomemos em consideração inicialmente os conceitos de lumpemproletariado e pauperismo. A razão para isso é que muitas vezes estes dois conceitos são confundidos e, por isso, a população em situação de rua acaba sendo simplesmente subsumida na categoria do lumpemproletariado. Esta questão, porém, é mais

complexa, e exige algumas considerações prévias, como veremos a seguir. A fim de esclarecê-la, vejamos como o tema do lumpemproletariado aparece ao longo do desenvolvimento da obra de Marx.

Segundo a nota dos tradutores da edição de **A ideologia alemã** publicada pela editora Boitempo, a palavra alemã *Lumpen* (a partir da qual é formado o termo composto *Lumpenproletariat*) tem uma etimologia nada lisonjeira, pois originalmente significa trapo, pano sujo, andrajos.

A palavra *Lumpen* tem o significado original de “farrapo velho e sujo”, “pano de chão”, mas também é usada no sentido de “andrajo”. Figuradamente, *Lumpen* pode significar “vadio”, “vagabundo”, enquanto a derivação *Lump* é usada com o sentido fortemente pejorativo de “escória”, “mau-caráter”, “trapaceiro”. Marx utiliza *Lump* e *Lumpen* para designar o indivíduo vadio, que não se ocupa de nenhuma atividade socialmente produtiva. (ENDERLE, SCHNEIDER e MARTORANO, 2007, p. 558-559)

Em pesquisa realizada em 2018 sobre o conceito de lumpemproletariado Pablo Mirrajiz rastreia a etimologia da palavra *Lumpen* e, na medida em que com isso ele recupera a história de um dos componentes principais do termo composto, permite-nos ampliar a nossa compreensão a respeito do conceito tal como este é utilizado por Marx. Mais adiante veremos como a trajetória histórica do segundo componente (a saber, proletariado) também fornece elementos interessantes e significativos.

No que se refere ao vocábulo *Lumpen*, Mirrajiz mostra que ele tem uma longa história e participa da composição de diversas palavras.

De acordo com o dicionário alemão **Etymologisches Wörterbuch der deutschen Sprache**, o termo *Lumpen* teria aparecido no período do chamado alto-médio alemão, ancestral da língua germânica moderna, datado no intervalo entre 1050 e 1500. Na compilação mais atual feita por Elmar Seebold, no texto de Friedrich Kluge, contida no **Wortschatz-Lexikon**, o verbete *Lumpen* designaria: *altes* (velho), *verschlissenes* (usado), *verschmutztes* (poluído), *Stück Stoff* (pedaço de pano), *schäbiges Kleidungsstück* (vestuário gasto). (MIRRAJIZ, 2018, p. 9)

Embora tenha aparecido há bem mais de quinhentos anos, a palavra permanece em uso na língua alemã até hoje, e mantendo ainda seu significado

original, ao lado de outros, decorrentes de uma ampliação a partir de aplicações figuradas. Em sua edição de 1995 o dicionário de bolso alemão-português **Langenscheidts** traduz o termo *Lumpen* por “farrapo” ou “trapo”, e inclui ainda no mesmo verbete o termo composto *Lumpengesindel* (que significa “canalha”), e traduz *Lump* por velhaco. Trata-se, portanto, de um termo de uso corrente no alemão, e de caráter não-conceitual, o qual designa, no entanto, um determinado campo semântico que determinará o sentido do conceito que nos interessa discutir, o qual surgirá somente no século XIX. No que diz respeito aos significados adicionais que adquiriu por conta de aplicações figuradas, deve-se notar que este importante aspecto não passa despercebido por Pablo Mirrajiz. Assim, ele aponta que, se a palavra *Lumpen* designava inicialmente apenas objetos e coisas desprezadas (ou qualidades de objetos e coisas desprezadas), ela passa, a partir de um dado momento da história, a designar também pessoas, sendo estas, então, identificadas de certa maneira àquelas mesmas coisas a que o termo se referia antes. Ora, se considerarmos em termos históricos esta mutação de sentido, ela parece se confundir com o surgimento dos pequenos centros urbanos ainda na Baixa Idade Média, quando fatores como o aumento da produção agrícola e o reflorescimento do comércio na Europa irão produzindo condições para o nascimento do capital e para o aparecimento do fenômeno da nova pobreza que o acompanhará.

Passemos agora ao segundo elemento do termo composto lumpemproletariado. Como dissemos, também a palavra “proletário” tem uma história bastante significativa e que contribui para a compreensão do conceito cunhado por Marx. Se *Lumpen* é uma palavra germânica, “proletário”, por sua vez, se origina no latim *proletarius*, termo que nesta língua designava aqueles cuja única riqueza era a sua prole, a qual, por sua vez, engrossaria as fileiras do exército romano, motivo pelo qual esta camada social era considerada útil na Roma antiga. Nos principais dicionários da língua portuguesa, como **Michaelis** (2017), **Aurélio** (2017), e **Houaiss** (2002), este sentido ainda é registrado. O Houaiss, por exemplo, explica que “na antiga Roma, [proletário era o] cidadão da última classe social, que não pagava impostos e era considerado útil apenas pelos filhos que gerava”; e aponta ainda que, por extensão de sentido, a partir de 1881 o termo passou a designar o “cidadão

pobre que só tem para viver a remuneração insuficiente da sua força de trabalho”, enquanto que, por fim, registra como terceiro significado: “membro do proletariado, da classe proletária”.

Se, seguindo ainda na trilha de Mirrajiz, nos voltarmos agora para a **Enciclopedia Italiana On Line**, mantida pelo Istituto Treccani, descobrimos que o verbete *proletariato*¹ que ali se encontra é um pouco mais extenso do que os nossos dicionários e traz algumas informações históricas adicionais, as quais se mostram bastante úteis. Com efeito, o verbete informa que na sociedade romana, hierarquizada em classes de proprietários, os proletários eram os cidadãos pertencentes à sexta classe, privados de bens materiais e possuidores apenas de sua prole, registrados no censo por cabeça e excluídos do serviço militar até as guerras civis, quando Mario os inclui no exército. Porém, mais interessante que a origem humilde desta palavra na Antiguidade é o seu destino histórico, tal como ele é descrito nessa mesma enciclopédia:

Desaparecido na Idade Média, o termo reapareceu no século 16 na Inglaterra, para designar a quarta e última classe, o estrato inferior da sociedade. Traduzido em língua vulgar, teve certa circulação no século 18, utilizado, por um lado em referência à história romana, por outro lado, com *conotação depreciativa*, que assimilou os proletários aos plebeus, aos *marginalizados* sem arte nem parte. Com a Revolução Francesa, o termo adquire um novo significado: o *proletário* é aquele pertencente a uma classe de trabalhadores desesperados, mas virtuosos, excluídos dos direitos, que devem ser reconhecidos e aos quais deve ser dado um “estado”. Este significado “positivo” continua, no entanto, lado a lado com aquele “negativo”, de modo que na mesma palavra já está contida, em germe, a distinção posterior entre *proletário* e *subproletário* [*Lumpemproletário*], seguramente. (IT, 2017, Apud. MIRRAJIZ, 2018, p.11)²

Como vimos, significativamente a palavra “proletário” desaparece da história durante a Idade Média para reaparecer no séc. XVI, na Inglaterra, em pleno despontar do capitalismo comercial naquele país. Coincidentemente, esta é uma época de intensa urbanização na Inglaterra, e a palavra passou assim a designar o extrato inferior de uma sociedade mais urbana, perdurando inalterada na linguagem corrente, sempre com um sentido depreciativo, até a

¹ <http://www.treccani.it/enciclopedia/proletariato/> (acessado em 15 de março de 2020)

² A tradução do original italiano é do Prof. Raul Burgos, orientador da pesquisa desenvolvida por Pablo Gabriel Gayoso Mirrajiz, a partir da qual citamos.

Revolução Francesa. Não é à toa que então que este termo tenha adquirido um sentido positivo justamente no período da revolução realizada pela força das camadas populares, passando a expressar a nova situação social, as novas lutas e as novas perspectivas daqueles que eram agora designados por ela.

No entanto, será somente no séc. XIX, e em virtude das primeiras tentativas de compreender a grande novidade desta camada pauperizada que passou a habitar em massa os grandes centros urbanos, que a palavra “proletariado” poderá emergir como se referindo a uma questão reconhecidamente fundamental e, por isso mesmo, poderá ser elaborada como um conceito. Afinal, pela dimensão que adquire o fenômeno da nova pobreza, ele se configura como algo incontornável, e que se punha pela primeira vez diante dos olhos de homens até então acostumados a uma vida que transcorreria em outra escala.

Na Inglaterra, o antigo medo da multidão amotinada – da *mob* – ganha uma dimensão totalmente nova no século XIX. Mesmo os apologistas do sistema industrial, defensores das grandes cidades, das grandes fábricas, das grandes escolas, não conseguem deixar de expressar sua apreensão ante essas concentrações humanas, e chegam mesmo a prognosticar, não muito otimisticamente, que “as massas, tal como a lenta e gradual expansão do oceano, deverão arrastar consigo toda a sociedade”. Contrastando com a antiga *mob*, cuja existência só se concretizava em momentos excepcionais e por problemas específicos, sendo quase sempre reprimida com rapidez pela força, as grandes concentrações humanas das fábricas e das cidades configuram uma realidade permanente e em constante expansão. (BRESCIANI, 1994, p. 78-79)

Diferente das antigas turbas que eventualmente se juntavam em revolta, as quais se poderia dispersar pela força, esta nova multidão que surgia nas cidades era uma consequência necessária do capitalismo industrial, uma realidade constitutiva, permanente e em constante expansão. Por ser um fenômeno novo, estas classes perigosas que compunham a multidão eram ainda um enigma que cumpria decifrar. Qual a sua composição? Qual o seu comportamento e sua inclinação? Não se sabia. Mas o preconceito ditava o tom das preocupações da classe dominante.

Cooke Taylor, um entusiasta do sistema industrial, afirma que “quando um estranho passa através das massas de seres

humanos que se acumulam em redor das fábricas (nas populosas áreas industriais do norte do país) é de todo impossível que veja esses enormes enxames de gente sem sentimentos de ansiedade e de apreensão que podem levá-lo até quase ao desmaio. A população cresce a olhos vistos, tanto em extensão quanto em força. Trata-se de um agregado de massas e, a nosso ver, elas expressam algo portentoso e apavorante”. (BRIGGS, apud BRESSIANI, 1994, p. 79)

Se a massa proletária já era alvo de preocupação e provocava pavor em muitos, o que dizer então daquela camada amontoada nos bolsões de miséria e que, segundo alguns, resistia ao “apelo moralizador do trabalho”? Ora, é justamente este o contexto que é preciso levar em conta para se compreender o debate intelectual e político que começará a se constituir tanto em torno do proletariado quanto do lumpemproletariado, sendo que é a discussão sobre este último que nos interessa de modo mais direto aqui. Vejamos inicialmente alguns de seus primeiros pontos de destaque, para depois considerarmos esta mesma questão na obra de Marx.

Adolphe Granier de Cassagnac (1806-1880), jornalista bonapartista, foi um dos primeiros a se debruçar sobre o tema. Como mostra Mirrajiz (2018, p. 13-14), um ponto interessante em sua posição é o fato de não ter distinguido proletariado e lumpemproletariado. Para ele, o proletariado consistia na camada mais baixa da população e englobava os trabalhadores, os mendigos, os ladrões e as prostitutas. Se o conjunto todo era definido por sua posição no interior da estrutura social, a diferença entre cada um destes subgrupos que compunham o proletariado, tal como a entendia Cassagnac, era pelo desejo individual próprio a cada um deles. Assim, a seus olhos os mendigos eram tão proletários quanto trabalhadores, mas distinguiam-se destes últimos pelo desejo de não trabalhar; os ladrões, por sua vez, eram proletários cujos desejos eram os de não trabalhar e nem mendigar; as prostitutas, por fim, eram proletárias que não queriam nem trabalhar, nem mendigar e nem roubar e, por isso, vendiam o próprio corpo.

Também Max Stirner³ (1806-1856), em seu livro **O único e sua propriedade**, tratou da questão do proletariado em termos que são úteis para nossa discussão, pois suas ideias serão depois objeto da crítica de Marx e

³ Max Stirner é o pseudônimo do filósofo alemão Johann Kaspar Schmidt, considerado um dos precursores do anarquismo individualista. Stirner fazia parte do grupo que ficou conhecido com “jovens hegelianos”.

Engels em **A ideologia alemã**. Para se compreender melhor sua abordagem do tema que nos interessa aqui, porém, é necessário entender antes alguns pontos de suas ideias mais gerais. Em primeiro lugar, temos que ter em vista que ele recusa que as chamadas “grandes causas”, isto é, as causas coletivas, voltadas para o bem comum, possam ser vistas como legítimas. A razão para isso é que, para ele estas causas não seriam nada além de egoísmos mal disfarçados pois o eu de cada indivíduo seria a única causa pela qual se poderia lutar. Assim, afirmava:

[N]ada de causas que não sejam única e exclusivamente a minha causa! Vocês dirão que a minha causa deveria, então, ao menos ser a “boa causa”. Qual bom, qual mau! Eu próprio sou a minha causa, e eu não sou nem bom nem mau. Nem uma nem outra coisa fazem para mim qualquer sentido. (STIRNER, 2004, p. 10)

É preciso notar, porém, que Stirner não considera que sua perspectiva seja burguesa. Pelo contrário, a partir dela, deste individualismo extremo, ele procura desenvolver uma crítica radical do modo de vida burguês tendo em vista aquela que seria a verdadeira liberdade humana⁴. Para Stirner a nova ordem social e política criada pela burguesia ainda não seria verdadeiramente livre porque estaria presa aos limites da lei e do Estado. Assim, a burguesia, que rejeitou ocupar o lugar que lhe que fora atribuído na velha ordem, a saber, o lugar de terceiro estado, libertando-se dos constrangimentos do Antigo Regime e das corporações, acabou por instaurar novas formas de submissão.

No entanto, a partir do momento em que chegam ao fim os estados sociais e a sua dominação (e também o rei era apenas um rei dessa ordem dos estados, e não um rei burguês), restam os indivíduos libertos da desigualdade da ordem antiga.

⁴ Marx e Engels consideram que esta preocupação é justamente um dos traços comuns aos jovens hegelianos: “Toda a crítica filosófica alemã de Strauß a Stirner limita-se à crítica das representações religiosas. [...] O progresso consistia em subsumir também as representações metafísicas, políticas, jurídicas, morais e outras, que eram pretensamente dominantes, à esfera das representações religiosas ou teológicas; do mesmo modo, em declarar a consciência política, jurídica e moral como consciência religiosa ou teológica e o homem político, jurídico e moral, em última instância “o homem”, como religioso. [...] Pouco a pouco, toda relação dominante foi declarada como uma relação religiosa e transformada em culto, culto ao direito, culto ao Estado etc. Por toda parte, girava-se em torno de dogmas e da crença em dogmas. O mundo foi canonizado numa escala cada vez maior, até que, por fim, o venerável São Max [Stirner] pôde santificá-lo *en bloc* e, com isso, liquidá-lo de uma vez por todas” (MARX; ENGELS, 2007, p. 83-84)

E agora, iam ficar fora da sua ordem, desgovernados, sem o estado social (status) nem outro laço mais geral a uni-los? Não; afinal, o terceiro estado só se tinha declarado nação para não continuar a ser um estado entre outros, para se tornar no único estado. Esse estado único é a nação, o “Estado” (*status*). (STIRNER, 2004, p.87)

Para Stirner, o burguês, imaginando-se livre enquanto cidadão, na verdade apenas teria trocado um senhor antigo por outro novo, mantendo-se sempre a submissão. Questiona ele:

“Liberdade política”: que devemos nós entender por esta expressão? A libertação do indivíduo *em relação* ao Estado e às suas leis? Não, pelo contrário: a *sujeição* do indivíduo ao Estado e às suas leis. Por que razão se fala então de “liberdade”? (STIRNER, 2004, p.88)

Portanto, ao contrário do que diziam os teóricos e os políticos burgueses, o cidadão, na sua relação direta com o Estado, sem a intermediação dos estamentos e das corporações, não estaria menos submetido do que no Antigo Regime. A dominação pessoal passara a ser impessoal, institucional, jurídica, mas nem por isso deixara de ser dominação; simplesmente a escravidão através do arbítrio torna-se escravidão através da lei e escravidão frente à própria lei. Stirner chega mesmo a afirmar que, no fim das contas, tudo a que a burguesia aspira é “um soberano impessoal”:

A burguesia comporta-se, em todos os planos, de forma liberal. Toda a intrusão pessoal na esfera do outro irrita o sentido burguês: se o burguês vê que alguém está dependente do capricho, da arbitrariedade, da vontade de um indivíduo singular (isto é, não autorizado por um poder “superior”), ostenta logo todo o seu liberalismo e grita: “arbitrariedade”! Enfim, o burguês afirma a sua própria liberdade em relação àquilo a que se chama dar *ordens* (*ordonnance*): “A mim ninguém me dá ordens!” *Ordem* assume o sentido de que aquilo que se quer que eu faça corresponde à vontade de outro, enquanto a lei não implica uma violência pessoal do outro. A liberdade da burguesia é a liberdade ou a independência da vontade de outra pessoa, é a chamada liberdade pessoal ou individual; pois o ser pessoalmente livre significa apenas ser tão livre que nenhuma outra pessoa pode dispor da minha, ou que aquilo que eu posso ou não posso fazer não depende da decisão pessoal de outro. (...) Porque da ordem já nos livramos, e “ninguém nos dará ordens”, mas ficamos muito mais submetidos à força da... lei. E assim se é

escravizado de todas as maneiras e da maneira mais legal. (STIRNER, 2004, p. 90)

Este resumo permite entender agora como as questões relativas ao proletariado e ao lumpemproletariado aparecem na obra de Stirner⁵. Para ele, a organização e as leis do mundo burguês geram e fazem com que sejam vistos como suspeitos, como perigosos, como potenciais inimigos todos aqueles que não estejam firmemente enquadrados no interior desta organização e destas leis. Assim, seria a adesão a do burguês um determinado modo de vida e a uma moral particular que faria com que o ele enxergasse no proletariado uma ameaça, uma vez que se trata daqueles que, em seu desregramento individual, insistiriam em não se submeter à nova ordem.

A burguesia professa uma moral que está intimamente ligada à sua própria essência. A sua primeira exigência é a de que se deve ter um trabalho seguro, uma profissão honesta, uma boa conduta moral. Deste ponto de vista, são imorais o cavalheiro de indústria, a cortesã, o ladrão, o salteador e o assassino, o jogador, o homem sem recursos e sem emprego, o leviano. À atitude que se insurge contra estes “imoralistas” chama o bom burguês “a sua mais profunda indignação”. A todos eles lhes falta a estabilidade, a solidez do negócio, uma vida tranquila e respeitável, o rendimento certo, etc.; em suma, como a sua existência não assenta numa base segura, eles pertencem àquela perigosa raça dos “indivíduos solitários ou isolados”, ao perigoso proletariado: são “rebeldes isolados”, que não oferecem quaisquer “garantias” e não têm “nada a perder”, que o mesmo é dizer, nada a arriscar. Constituir família, por exemplo, prende o indivíduo, aquele que assim é preso inspira confiança, está sob controlo; mas já a prostituta não. O jogador arrisca tudo, arruina-se a si e a outros - não oferece a mínima garantia. Poderíamos subsumir todos aqueles que o burguês considera suspeitos, inimigos e perigosos na designação de “vagabundos”⁶; ao burguês desagrada todo o tipo de vida de vagabundagem. (STIRNER, 2004, p. 93)

Mas o que Stirner entende propriamente por “proletariado”? Para ele, o proletariado, que ele identifica com o pauperismo, é constituído pelos grupos enumerados na citação, juntamente com outro grupo de “desajustados”, aqueles que ele chama de “vagabundos de espírito”:

⁵ É bom lembrar que o próprio Stirner jamais usou o termo “lumpemproletariado”. Em sua obra **O único e sua propriedade** aparecem os termos “proletariado” e “lumpen”, mas não a forma composta.

⁶ Aqui a palavra que Stirner utiliza no original é *Lumpen*.

E também há vagabundos do espírito, para os quais o lugar de vida dos pais é demasiado estreito e opressivo para se poderem contentar com esse espaço limitado. Por isso, em vez de se manterem nos limites de um modo de pensar moderado e de aceitarem como verdade intocável aquilo que dá consolação e tranquilidade a muitos milhares, saltam por cima de todas as barreiras da convenção e entregam-se à vagabundagem da crítica descarada e do cepticismo desbragado, estes vagabundos extravagantes. Eles formam a classe dos inquietos, dos desassossegados, dos mutáveis, ou seja, dos proletários, e, quando dão largas ao seu modo de vida instável, são apelidados de “espíritos inquietos”. (...) Tão amplo é, de fato, o sentido atribuído ao chamado proletariado ou ao pauperismo. (STIRNER, 2004, p. 93-94)

Mesmo se reconhecendo os vários aspectos problemáticos presentes na concepção de Stirner, é possível perceber que o irreduzível ponto de vista do indivíduo e da liberdade sem concessões acaba levando-o a uma crítica contundente da burguesia. Assim, ele chega mesmo a dizer que:

Enganar-nos-íamos redondamente se acreditássemos que a burguesia tem o desejo de eliminar a miséria (o pauperismo) com todas as suas forças. Pelo contrário, o bom burguês socorre-se sempre da convicção incomparavelmente consoladora de que “os bens de fortuna estão desigualmente distribuídos e assim continuarão - de acordo com os sábios desígnios de Deus”. A pobreza com que depara em cada canto, apenas o incomoda ao ponto de ele limpar a consciência, distribuindo umas esmolas ou arranando trabalho e alimentação a um qualquer rapaz “honesto e trabalhador”. Mas sente a sua felicidade tranquila muito mais ameaçada pela pobreza dos *maníacos da novidade* e dos *insatisfeitos*, por aqueles pobres que não estão dispostos a suportar tudo em *silêncio*, mas se comportam de forma extravagante e inquieta. Ponham os vagabundos atrás das grades, lancem os agitadores para as mais fundas masmorras! Ele só quer “suscitar o descontentamento e agitar contra as instituições vigentes” - apedrejai-o, apedrejai-o! (STIRNER, 2004, p.94)

Com isto podemos entendemos também por que razão seus escritos foram lidos com entusiasmo por Engels, que os enviou a Marx. Ambos, entretanto, não deixaram de perceber por detrás da retórica uma das faces da ideologia. De fato, como dissemos, Max Stirner é um dos alvos principais de **A ideologia alemã**. E é em meio às críticas contundentes que Marx e Engels lhe dirigem (chamando-no ironicamente chamam de “são Max” e “santo padre da

igreja”), que encontramos a primeira ocorrência da palavra *Lumpen* (traduzido na versão da editora Boitempo por “vagabundos”) na obra de Marx. Vejamos como isso acontece. A parte de **A ideologia alemã** intitulada “São Max” consiste numa crítica bastante detalhada de **O único e sua propriedade**. Depois de abordar as considerações de Stirner acerca da burguesia, Marx e Engels voltam-se para o que ele diz sobre o proletariado:

Da sagrada burguesia o nosso santo Padre da Igreja chega, agora, ao proletariado “único” de Stirner. Este se compõe de “cavalheiros de indústria, *prostitutas, ladrões, assaltantes e assassinos*, jogadores, pessoas *desapossadas, sem ocupação e levianas*”. Estes são “o *proletariado perigoso*” e, por um instante, reduzem-se a “alguns gritalhões”, depois, por fim, a “*vagabundos*” cuja expressão plena são os “vagabundos intelectuais” que não se atém “aos limites de uma forma moderada de pensar” (...) “Tal é o sentido amplo do assim chamado *proletariado* ou do *pauperismo!*” (MARX; ENGELS, 2007, p. 198).

Em seguida, ambos se contrapõem às concepções de Stirner (o qual engloba em um único termo sujeitos de origens e inserções sociais diversas), terminando por estabelecer uma distinção entre proletariado e *pauper*.

O proletariado inteiro se compõe, portanto, de burgueses arruinados e proletários arruinados, de um conjunto de *vadios [Lumpen]* que existiram em todas as épocas e cuja existência maciça, desde o ocaso da Idade Média, precedeu ao surgimento maciço do proletariado profano, do que São Max pode se convencer a partir da legislação e da literatura inglesas e francesas. Nosso santo tem exatamente a mesma concepção do proletariado que os “bons burgueses acomodados” e particularmente os “leais funcionários públicos”. Em consequência disso, ele também *identifica proletariado com pauperismo*, ao passo que o pauperismo representa apenas a condição do proletariado arruinado, o *último estágio no qual se afunda o proletário que se tornou incapaz de oferecer resistência à pressão da burguesia*, e só o proletário privado de toda e qualquer energia é um *pauper*.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 199).

Esta distinção nos interessa aqui porque ela é muito importante para nossa discussão (embora ainda não resolva o problema da relação entre pauperismo e lumpemproletariado). O fenômeno do pauperismo não se confunde com a situação de pobreza do proletariado, e Marx procura assinalar isso de maneira precisa. O *pauper* não coincide, portanto, com o proletariado e,

por isso, o trabalhador proletário não se reconheceria num *pauper*. Daí o tom jocoso da crítica de Marx: “Por exemplo, aos olhos dos proletários, ‘Stirner’ e seus consortes podem eventualmente valer como *paupers*, mas jamais como proletários” (MARX; ENGELS, 2007, p. 199). Será que Stirner e seus consortes são *paupers* por serem “incapazes de oferecer resistência à pressão da burguesia” ou por serem “privados de toda e qualquer energia”? Marx também ironiza a confusão de Stirner, incapaz de fazer as devidas distinções, o que transparece em determinadas formulações a respeito do lumpemproletariado e do proletariado propriamente dito.

Tais são as representações “próprias” que São Max tem da burguesia e do proletariado. Como, porém, essas imaginações sobre liberalismo, bons burgueses e *vagabundos* naturalmente não o levam a nada, ele se vê necessitado, para efetuar a transição para o comunismo, a introduzir os burgueses e proletários reais, profanos, tal como ele os conhece de ouvir dizer. Isso se dá nas páginas 151 e 152, onde o *lumpemproletariado* [*Lumpenproletariat*] se transforma nos “trabalhadores”, nos *proletários profanos*, e os burgueses, “com o tempo”, passam “às vezes” por uma série de “mutações diversas” e por “múltiplas refrações”. (MARX; ENGELS, 2007, p. 199).

E se o termo *Lumpen* surge no contexto das críticas a Stirner, é na primeira parte de **A ideologia alemã** (onde são discutidas as concepções de Feuerbach)⁷ que encontramos o termo “lumpemproletariado” [*Lumpenproletariat*] sendo cunhado e utilizado de maneira inédita por Marx⁸, embora de um modo ainda pouco nítido. Com efeito, quando se refere à situação dos plebeus em Roma, Marx diz que “[o]s plebeus, que se situavam entre os livres e os escravos, jamais superaram a condição de uma espécie de lumpemproletariado” (MARX; ENGELS, 2007, p. 70). As razões desta condição, bem como um esboço da forma como Marx a entende, aparecem logo em seguida:

Com o desenvolvimento da propriedade privada ocorrem, pela primeira vez, as mesmas relações que voltaremos a encontrar,

⁷ O tradutor da edição publicada pela editora Boitempo, Rubens Enderle, aponta que o trabalho de elaboração do capítulo sobre Feuerbach (que ficou inacabado) foi feito em paralelo com a redação do capítulo “São Max”, e teve continuidade ainda depois deste estar terminado.

⁸ É em **A ideologia alemã**, escrita entre 1845 e 1846, que o termo lumpemproletariado surge pela primeira vez na obra de Marx.

em escala ampliada, na propriedade privada moderna. De um lado, a concentração da propriedade privada, que em Roma começou bem cedo (como prova a lei agrícola de Licínio) e aumentou muito rapidamente depois das guerras civis e, sobretudo, sob os imperadores; de outro lado, e em correlação com isso, a transformação dos pequenos camponeses da plebe num proletariado que, em sua posição intermediária entre os cidadãos proprietários e os escravos, não chegou a alcançar nenhum desenvolvimento autônomo. (MARX; ENGELS, 2007, p. 70)

Por não alcançar qualquer desenvolvimento próprio, o proletariado fica sem autonomia, isto é, sem muitos meios para oferecer resistência às pressões das elites proprietárias, e por isso não supera “a condição de uma espécie de lumpemproletariado”. Pode-se ver, portanto, que Marx distingue entre o proletariado e o lumpemproletariado, embora as características que permitem esta distinção não estejam ainda muito claras, sendo mencionadas apenas duas delas. A referência à *ausência de desenvolvimento* parece situar o lumpemproletariado, de alguma forma, em um nível inferior ao do proletariado. E, ao mesmo tempo, ela faz com que ele fique *desprovido de autonomia*.

Estas são as únicas referências ao lumpemproletariado que se encontram em **A ideologia alemã**. Mas dois anos depois Marx e Engels incluirão no texto do **Manifesto comunista** afirmações que vão nesta mesma direção, voltando a mencionar a ausência de autonomia e falando mesmo em passividade:

O lumpemproletariado, putrefação passiva das camadas mais baixas da velha sociedade, pode, às vezes, ser arrastado ao movimento por uma revolução proletária; todavia, suas condições de vida o predispõem mais a vender-se à reação. (MARX; ENGELS, 2005, p. 49)

No contexto do **Manifesto**, portanto, o lumpemproletariado não encontra-se apenas fragilizado, mas sua condição o predispõe a se vender para a reação. Ele pode “ser arrastado” também pela revolução proletária, mas em ambos os casos aparece como submetido, pois ou é arrastado ou se vende. É importante, porém, entender que esta consideração feita por Marx e Engels não constitui um juízo de natureza moral, como se ambos vissem o lumpemproletariado como um conjunto de pessoas más ou que deveriam ser objeto de desprezo. Trata-se de um juízo social e político, que considera a

questão que se tem em vista a partir da realidade social efetiva e das tendências para as quais ela aponta. O **Manifesto da Liga dos Comunistas**, como originalmente era chamado, era um documento escrito para nortear a organização do proletariado com vistas à revolução.⁹ Neste sentido, o lumpemproletariado era pensado de uma perspectiva materialista, ou seja, a partir do nexo entre a vida material (“condições de vida”) e o que se poderia esperar desta camada, de forma geral mas não absoluta, em termos de ação política.¹⁰

Neste sentido, como a *inserção social* do lumpemproletariado não lhe permite ter muita autonomia, sua principal característica, tal como apontada na citação acima, consiste na passividade e na submissão. Na formulação que empregam para caracterizá-lo, Marx e Engels têm o cuidado de usar a voz passiva ou modos que exprimem a passividade e a submissão (“ser arrastado” ou “vender-se”¹¹). Prolongando-se então as considerações presentes em **A ideologia alemã**, é possível dizer que nestas duas obras Marx considera que o lumpemproletariado é uma camada social que tem uma deficiência fundamental em sua capacidade de iniciativa por conta de estar alijado do núcleo dinâmico da economia, caindo para uma posição inferior à do proletariado e tendendo a se vender à reação.

Esta mesma tendência a se deixar levar mais facilmente pela reação será então reconhecida por Marx na dinâmica política e social de um momento histórico específico que ele pode testemunhar em primeira mão e a respeito do

⁹ No prefácio à edição alemã de 1872, Marx e Engels dizem o seguinte a respeito das circunstâncias em que foi escrito o **Manifesto**: “A Liga dos Comunistas, Associação Internacional dos Trabalhadores, que, nas circunstâncias da época, não podia deixar de ser secreta, encarregou os abaixo-assinados, no Congresso de Londres, em novembro de 1847, de redigir para publicação um programa teórico e prático detalhado do Partido. Assim surgiu o **Manifesto** seguinte, cujo manuscrito foi enviado para impressão em Londres algumas semanas antes da Revolução de Fevereiro. [...] Apesar das condições terem se alterado consideravelmente nos últimos vinte e cinco anos, os princípios gerais desenvolvidos neste **Manifesto** conservam, grosso modo, ainda hoje toda a sua razão de ser. Haveria que fazer aqui e ali algumas emendas. A aplicação prática desses princípios – o **Manifesto** deixa claro – dependerá sempre e em toda parte das circunstâncias históricas dadas.” (MARX; ENGELS, 2001, p. 12-13)

¹⁰ E é com a mesma perspectiva que no mesmo trecho apenas algumas linhas, Marx afirma o seguinte: “De todas as classes que hoje em dia se opõem à burguesia, só proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes se degeneraram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é seu produto mais autêntico.” (MARX ; ENGELS, 2005, p. 49)

¹¹ Em algumas edições o tradutor optou pela forma “se deixar comprar”, enfatizando a passividade.

qual ele escreveu uma de suas obras mais importantes. Trata-se do golpe de Luís Napoleão, objeto de análise de Marx no livro **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**, escrito em 1852.

Novamente, é necessário que consideremos de início algumas das questões envolvidas nesta obra para compreender como a figura do lumpemproletariado surge em seu interior. Como Marx explica no prefácio de 1869, o sentido geral dela pode ser melhor entendido quando a contrastamos com dois outros livros que tratam do mesmo assunto, a saber, **Napoléon, le petit** de Victor Hugo e **Coup d'état** de Proudhon. Victor Hugo via o golpe como algo extraordinário e imprevisível, “um raio vindo de um céu sem nuvens”, e como “um ato de um indivíduo isolado”; enquanto que Proudhon, por sua vez, adotava uma posição mais determinista, entendendo-o “como resultado de uma evolução histórica precedente”. Discordando de ambos, Marx procura mostrar que o golpe não foi nem obra do acaso e nem da necessidade, mas que a própria “luta de classes criou circunstâncias e condições que permitiram a um personagem medíocre e grotesco desempenhar o papel do herói”. Portanto, foram circunstâncias e condições políticas que resultaram no golpe de 02 de dezembro de 1851.

Mas, por que Marx considerou que era tão importante analisar o que estava ocorrendo na França neste período? Engels responde esta questão no prefácio à edição de 1885 de **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**, 33 anos após a sua primeira publicação:

Mais do que qualquer outro, a França é o país em que cada uma das lutas de classe históricas foi travada até a decisão final e em que, em consequência disso, também as formas políticas alternantes, no âmbito das quais essas lutas se deram e os seus resultados se sintetizaram, assumiram contornos bem mais nítidos. Sendo o centro do feudalismo na Idade Média, país-modelo da monarquia estamental unificada desde a Renascença, a França destruiu o feudalismo na grande Revolução e fundou o domínio puro da burguesia de uma maneira tão clássica como não se viu em nenhum outro país europeu. Mas também a luta do proletariado ascendente contra a burguesia dominante se expressa aqui de uma forma aguda, desconhecida em outras paragens. Essa foi a razão pela qual Marx estudou com predileção, em todos os seus detalhes, não só a história francesa passada, mas também a que estava em curso, reuniu material para uso futuro e, por isso, em nenhum

momento foi surpreendido pelos acontecimentos.(MARX, 2015, p. 21-22)

A França podia ser vista, portanto, como um palco privilegiado para observar e discernir como se desenrolava o processo político mais central naquele momento, bem como suas possibilidades, perspectivas, impasses e tendências. Isso se mostrara na movimentação revolucionária de 1848 e, depois, na retomada do poder pela reação. Mas a decifração desse processo em cada momento pressuponha sobretudo que se determinasse qual papel estava sendo desempenhado por cada classe social.

No que se refere ao golpe perpetrado em dezembro de 1851, a Sociedade 10 de dezembro, constituída em 1849, desempenhou um papel fundamental tanto no apoio necessário que possibilitou a ascensão de Luís Bonaparte ao poder, quanto na sua manutenção, servindo-lhe como guarda móvel.

O que os Ateliês Nacionais representaram para os trabalhadores socialistas, o que as *Gardes mobiles* representaram para os burgueses republicanos, foi para Bonaparte a Sociedade 10 de Dezembro, a força armada partidária típica dele. Nas suas viagens, destacamentos dessa força, em vagões ferroviários abarrotados, tinham de improvisar-lhe público, exibir o entusiasmo público, berrar *vive l'Empereur* [viva o imperador], insultar e espancar os republicanos, contando obviamente com a proteção da polícia. Nas suas viagens de retorno a Paris, ela devia compor a vanguarda, antecipar-se a demonstrações contrárias ou dispersá-las. A Sociedade 10 de Dezembro lhe pertencia, era obra sua, era ideia exclusivamente sua. Tudo o mais de que se apropria lhe é entregue pela força da conjuntura, tudo o mais que ele faz é efetuado para ele pela correlação dos fatos ou ele se contenta em copiar os feitos dos outros; mas os seus discursos oficiais sobre ordem, religião, família e propriedade, proferidos publicamente diante dos cidadãos, tendo respaldado pela sociedade secreta dos Schufferles e Spiegelbergs, a sociedade da desordem, da prostituição e da roubalheira: isto é Bonaparte em pessoa como autor original e a história da Sociedade 10 de Dezembro é a sua própria história. (MARX, 2015, p.92)

Mas o que era propriamente a Sociedade 10 de Dezembro? No que tange à sua composição, Marx diz o seguinte:

Sob o pretexto da instituição de uma sociedade beneficente, o lumpemproletariado parisiense foi organizado em seções secretas, sendo cada uma delas liderada por um agente bonapartista e tendo no topo um general bonapartista. *Roués* [rufiões] decadentes com meios de subsistência duvidosos e de origem duvidosa, rebentos arruinados e aventurecos da burguesia eram ladeados por vagabundos, soldados exonerados, ex-presidiários, escravos fugidos das galeras, gatunos, trapaceiros, *lazzaroni* [lazarones], batedores de carteira, prestidigitadores, jogadores, *maquereaux* [cafetões], donos de bordel, carregadores, literatos, tocadores de realejo, trapeiros, amoladores de tesouras, funileiros, mendigos, em suma, toda essa massa indefinida, desestruturada e jogada de um lado para outro, que os franceses denominam *la bohème* [a boemia]; com esses elementos, que lhe eram afins, Bonaparte formou a base da Sociedade 10 de Dezembro. Era "sociedade beneficente" na medida em que todos os seus membros, a exemplo de Bonaparte, sentiam a necessidade de beneficiar-se à custa da nação trabalhadora. Esse Bonaparte se constitui como *chefe do lumpemproletariado*, porque é nele que identifica maciçamente os interesses que persegue pessoalmente, reconhecendo, nessa escória, nesse dejetos, nesse refugio de todas as classes, a única classe na qual pode se apoiar incondicionalmente; esse é o verdadeiro Bonaparte, o Bonaparte *sans phrase* [sem retoques]. (MARX, 2015, p. 91)

Aqui Marx caracteriza novamente o lumpemproletariado como “uma massa indefinida, desestruturada e jogada de um lado para outro”, cujo desencaixe em relação à produção se expressava politicamente nesta instabilidade. Nota-se novamente, portanto, a presença do desencaixe e das características ligadas a ele, a passividade e a ausência da autonomia, junto com a tendência a se vender para a reação. Mas há um acréscimo importante: o traço que mais se destaca nos grupos listados como pertencentes ao lumpemproletariado não é simplesmente a pobreza, e sim a associação com o *crime*.

E há ainda outro elemento interessante no 18 Brumário, e que deve ser destacado aqui. Ocorre que, surpreendentemente, Marx chega mesmo a caracterizar a elite financeira como lumpemproletária¹² e também o próprio Luís

¹² “Receber dinheiro presenteado e receber dinheiro emprestado: essa era a perspectiva com que ele esperava engodar as massas. Presentear e emprestar: nisso se resumia a *ciência financeira do lumpemproletariado, tanto do nobre quanto do ordinário*. Nisso se resumiam as molas propulsoras que Bonaparte tão bem soube pôr em movimento. Nunca um pretendente apostou tão superficialmente na superficialidade das massas.” (MARX, 2015, p. 82 grifo nosso)

Bonaparte como um príncipe lumpemproletário¹³. Novamente, isso mostra que determinadas características que ele considera próprias do lumpemproletariado não são simplesmente algo inerentes às camadas inferiores da sociedade, e nem exclusiva destas últimas, mas referem-se à própria estrutura socioeconômica e à política ligada a ela.

Estas características “lumpemproletárias”, que estão ligadas à estrutura da sociedade e por isso atravessam as classes em determinadas condições são melhor explicitadas numa obra anterior, escrita em 1850 (portanto, cronologicamente situada entre o **Manifesto do Partido Comunista**, de 1848, e **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte**, de 1852), a saber, **As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850**.

Enquanto a aristocracia financeira ditava as leis, conduzia a administração do Estado, dispunha sobre o conjunto dos poderes públicos organizados, controlava a opinião pública por meio dos fatos e por meio da imprensa, repetiu-se em todas as esferas, da corte até o Café Borgne, a mesma prostituição, a mesma fraude despidorada, a mesma ânsia de enriquecer não pela produção, mas pela escamoteação da riqueza alheia já existente, prorrompeu especialmente entre as lideranças da sociedade burguesa a validação irrefreável das cobiças doentias e dissolutas, que a cada instante colidiam com as próprias leis burguesas. Nessa situação, a riqueza resultante desse jogo, por sua própria natureza, busca sua satisfação, a fruição se torna *crapuleuse*, dinheiro, sujeira e sangue confluem. A aristocracia financeira, tanto no modo de obter seus ganhos quanto no modo de desfrutar deles, nada mais é que o *renascimento do lumpemproletariado nas camadas mais altas da sociedade burguesa*. (MARX, 2012, p. 40)

O período a que se refere Marx na citação acima é o do reinado de Luís Filipe I, que teve início em 1830 (na sequência da Revolução de Julho, que derrubou o seu antecessor), e perdurou até a Revolução de 1848, a chamada primavera dos povos, quando ele foi obrigado a abdicar. Segundo a análise de

¹³ “Bonaparte, que justamente como boêmio, como lumpemproletário principesco, tinha em relação aos burgueses acanalhados a vantagem de poder travar a luta de modo infame, viu chegada a hora de partir da aparente defensiva para a ofensiva, depois que a Assembleia o havia guiado com as próprias mãos pelo chão escorregadio dos banquetes militares, das revistas de tropas, da Sociedade 10 de Dezembro e, por fim, do Code pénal.” (MARX, 2015, p. 102). Mais adiante ainda Marx afirma: “Bonaparte está ciente sobretudo de ser o chefe da Sociedade 10 de Dezembro, de ser o representante do lumpemproletariado, do qual fazem parte ele próprio, a sua entourage [entorno, cortejo], o seu governo e o seu exército, e que está interessado antes de tudo em passar bem e tirar prêmios californianos do tesouro estatal. E ele se confirma como chefe da Sociedade 10 de Dezembro com decretos, sem decretos e apesar dos decretos.” (MARX, 2015, p. 150)

Marx, quem então dominou o país durante todo este período não foi a burguesia industrial, mas a aristocracia financeira, cujos interesses, padrões, valores e objetivos moldaram então de alto a baixo a vida da sociedade francesa. É bastante conhecido o modo como Marx inicia o livro que analisará este momento de intensas lutas entre as classes, e que desembocou naquele que seria um momento decisivo na confrontação entre burguesia e proletariado.

Após a Revolução de Julho, quando conduziu o seu *compère* [compadre, cúmplice], o Duque de Orléans, em triunfo até o Hôtel de Ville [câmara municipal de Paris], o banqueiro liberal Latiffe deixou escapar a seguinte frase: “De agora em diante reinarão os banqueiros”. Latiffe havia revelado o segredo da revolução. (MARX, 2012, p. 37)

E no parágrafo seguinte acrescenta:

Quem reinou sob Luís Filipe não foi a burguesia francesa, mas uma facção dela: os banqueiros, os reis da bolsa, os reis das ferrovias, os donos das minas de carvão e de ferro e os donos de florestas em conluio com uma parte da aristocracia proprietária de terras, a assim chamada aristocracia financeira. Ela ocupou o trono, ditou as leis nas câmaras, distribuiu os cargos públicos desde o ministério até a agência do tabaco. (MARX, 2012, p. 37)

Assim, tanto no modo de obtenção de riqueza, quanto no modo de desfrutá-la, a aristocracia financeira, esta camada que vive da aposta, do escamoteamento, do blefe, da dissimulação, da mentira, dos apetites irrefreáveis característicos da apropriação e da acumulação improdutiva do capital volátil, tem em seu modo de vida a marca da volubilidade e da instabilidade. Basta atentar para os termos utilizados por Marx para se entender como ele pôde chamar a elite financeira e Luís Bonaparte de lumpemproletários: “repetiu-se em todas as esferas, [...] a mesma prostituição, a mesma fraude despudorada, a mesma ânsia de enriquecer [...] pela escamoteação da riqueza alheia já existente, prorrompeu especialmente entre as lideranças da sociedade burguesa a validação irrefreável das cobiças doentias e dissolutas”. O que identifica lumpemproletariado e elite financeira é a vinculação com o *crime*.

Mas ainda temos o problema referente à relação entre lumpemproletariado e pauperismo. Para entender este ponto precisamos nos voltar, finalmente, para **O capital**. Com efeito, no famoso capítulo XXIII deste livro, intitulado “A lei geral da acumulação capitalista”, Marx procura “examinar as implicações da acumulação do capital para o destino da classe trabalhadora” (HARVEY, 2013, p. 285). Com isso, ele apresenta as condições de surgimento do que chama de “superpopulação relativa”, a qual nada mais é que “uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua” (MARX, 2013, p. 705), e que é produzida constantemente pela acumulação capitalista. “Todo trabalhador a integra durante o tempo em que está parcial ou inteiramente desocupado” (MARX, 2013, p. 716). É importante notar ainda que ela desempenha um importante papel na forma de exército industrial de reserva, sempre disponível para alavancar a acumulação.

De maneira geral, ela se apresenta em três formas: flutuante, latente e estagnada. Vejamos como cada uma destas formas está composta tendo em vista ainda os padrões vigentes na época de Marx¹⁴. A superpopulação relativa flutuante é constituída por um grupo de trabalhadores já proletarizados, que vivem em centros industriais e são “ora repelidos, ora atraídos novamente” (MARX, 2013, p. 716) pelas indústrias, de modo que vivem em uma situação de instabilidade, muitas vezes emigrando para acompanhar as emigrações do capital. A latente é formada por trabalhadores rurais que estão em vias de se transferir para o meio urbano e, com isso, se proletarizar (HARVEY, 2013, p. 301) conforme a acumulação capitalista avança no âmbito da agricultura. Finalmente, a superpopulação relativa estagnada é composta por pessoas com “ocupação totalmente irregular” (MARX, 2013, p. 718), e caracterizadas pelo “máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário” (MARX, 2013, p. 718), sendo que o exemplo que Marx fornece neste caso é o do trabalho doméstico.

¹⁴ As mudanças técnicas, econômicas, sociais e culturais ocorridas desde então alteraram parte deste quadro. Entretanto, isso não quer dizer que a conceituação de Marx a este respeito esteja ultrapassada e não possa ser ainda reconhecida no quadro atual. Uma tentativa de atualização quanto ao conteúdo a que se referem estes conceitos pode ser encontrada em Harvey, 2013, pgs. 300-304.

Onde se situam o lumpemproletariado e aqueles que estão na esfera do pauperismo? Marx fala sobre isso logo em seguida. Por sua importância para nossa discussão, convém citar este trecho:

O sedimento mais baixo da superpopulação relativa habita, por fim, a esfera do pauperismo. Abstraindo dos vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, do lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social é formada por três categorias. Em primeiro lugar, os aptos ao trabalho. [...] Em segundo lugar, os órfãos e os filhos de indigentes. Estes são candidatos ao exército industrial de reserva [...]. Em terceiro lugar, os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. Trata-se especialmente de indivíduos que sucumbem por sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, daqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e, finalmente, das vítimas da indústria – aleijados, doentes, viúvas etc. –, cujo número aumenta com a maquinaria perigosa, a mineração, as fábricas químicas etc. O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva. (MARX, 2013, p. 719)

O pauperismo parece ser, portanto, o nível mais baixo da forma estagnada, mas apresenta uma característica própria: ele abarca as pessoas que, de forma imediata, estão impossibilitadas de trabalhar. Dentre as três categorias em que Marx o divide, a primeira é formada pelos “aptos a trabalhar”; sua inclusão aqui deve se dar, portanto, pelo fato de que, mesmo dispondo desta aptidão, não encontram maneira alguma de colocá-la em prática, transformando-se então em “peso morto do exército industrial de reserva”. A segunda é composta por crianças órfãs e em situação de indigência, as quais, pela idade, aparecem ainda como apenas candidatas ao exército industrial de reserva, embora possam ser absorvidas nos períodos de expansão. A terceira categoria, por fim, é a dos que sucumbiram, dos que passaram da idade em que poderiam ser absorvidos e das vítimas da indústria. Pela impossibilidade de trabalhar, traço comum a todas estas categorias, elas forma quase que um grupo à parte, estando em uma situação diferente da dos demais integrantes da superpopulação relativa estagnada.

Há, porém, ainda um outro grupo incluído por Marx na esfera do pauperismo: “vagabundos, delinquentes, prostitutas, em sua, [o] lumpemproletariado”. Não há, portanto, uma simples identificação entre pauperismo e lumpemproletariado, pois este último constitui na verdade um

subgrupo que compõe o pauperismo, o qual se constitui, por sua vez, como categoria muito mais ampla¹⁵. Novamente, Marx não desenvolve muito este ponto, mas as características atribuídas anteriormente ao lumpemproletariado parecem estar presentes aqui: o desencaixe em relação à produção, a falta de autonomia e a ligação com o crime. E é pela última que ele parece se distinguir dos outros três grupos que completam a esfera do pauperismo.

Como entender então a população em situação de rua? Ora, claramente ela não pode ser simplesmente subsumida no lumpemproletariado pois, apesar dos preconceitos violentos e amplamente disseminados pela sociedade atual, não se pode dizer que a ligação com o crime seja uma característica própria desta população. Como veremos mais adiante, ela apresenta várias facetas, e por isso sua caracterização é complexa e exige atenção para variações importantes. Uma fração dela pode estar eventualmente incluída no lumpemproletariado, mas não ela toda. O correto seria considerá-la como compondo a esfera do pauperismo e, muitas vezes, reconhecê-la até em outros âmbitos da superpopulação relativa estagnada, já que muitos de seus integrantes exercem trabalho remunerado.

1.2. O contexto atual do capital

Para compreender a dinâmica estrutural vigente no modo de produção capitalista é preciso considerar o processo histórico de consolidação de suas configurações. Como aponta Meszáros (2011, p. 13), “não pode haver nenhuma compreensão verdadeira do movimento histórico em si sem que se aprenda ao mesmo tempo as correspondentes determinações materiais estruturais e suas especificações”. Neste sentido, podemos dizer que a reestruturação produtiva é um período em que se concentram algumas transformações no mundo do trabalho, as quais se constituíram a partir das

¹⁵ A referência da classificação marxiana dos quatro grupos que compõem a esfera do pauperismo parece ser a Lei dos Pobres de 1601, a qual estabelecia que na Inglaterra e no País de Gales seria seguida a seguinte distinção em relação aos pobres: a) os aptos ao trabalho, que deveriam ser internados em casas de trabalho e forçados a produzir; b) as crianças pobres, que deveriam ser transformadas em aprendizes; c) os incapazes de trabalhar (idosos, doentes, mutilados, etc), que deveriam ser colocados em asilos ou *poorhouses*; e d) os vadios, considerados corruptos de caráter por se recusar a trabalhar, os quais deveriam ser encaminhados para casas de correção ou prisões.

décadas de 1970 e 1980, principalmente nos Estados Unidos e Europa, para responder à crise estrutural que já começara a se manifestar desde o modelo fordista no início da década de 1960.

As implicações da reestruturação produtiva resultam em transformações de relevância em relação ao mundo do trabalho, assegurando as estratégias de reprodução da exploração da força de trabalho e a dominação de uma classe elitizada sobre a classe proletária.

De fato, a denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo ela exprime em seu significado mais profundo uma crise estrutural do capital em que se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro com o desencadeamento de sua crise estrutural começava também a desmoronar o mecanismo de regulação que vigorou durante o pós-guerra em vários países capitalistas avançados especialmente da Europa. (ANTUNES, 2009, p. 33)

Segundo Meszáros é necessário fazer uma distinção entre a crise que foi apresentada a partir da década de 1970 das crises anteriores, pois as estratégias usadas com êxito para o capital durante as três décadas depois do pós-guerra confrontaram-se com os limites estruturais perceptíveis na tendência decrescente da taxa de lucro. Para o autor:

Uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou sub-complexos, como também a outros aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global. (MESZÁROS, 2009, p. 797)

Segundo o autor, não há nada de incomum na associação entre capital e crise, pois as longas crises de intensidade e duração distintas são o modo “natural” de existência do capital. Trata-se de estratégias de progressão para além de suas limitações imediatas, assim pode estender com uma dinâmica cruel o seu alcance de operação e dominação. Nessa perspectiva, o último desejo do capital seria uma superação de suas crises. Considerando os aspectos históricos dos momentos de crise, Meszáros afirma que a crise atual

se apresenta em quatro formas principais:

- (1) Seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este não aquele tipo de trabalho, com sua cama específica de habilidades e graus de produtividade etc);
- (2) Seu *alcance é verdadeiramente global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar delimitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado);
- (3) Sua *escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital;
- (4) Em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia. (MESZÁROS, 2009, p. 796)

Tais aspectos demonstram que essa crise afeta toda a sociedade e significa o mais elevado conceito de evolução do conflito antagônico entre capital e trabalho, resultando em uma jogada final para sobrevivência do sistema capitalista, pois este com sua universalidade consegue abranger globalmente todas as crises com seus desdobramentos cíclicos que se perpetuam ao longo do tempo.

Simultaneamente a queda da taxa de lucro e o fato dos modelos taylorista e fordista tornarem-se obsoletos, o cenário da década de 1970 evidencia mais alguns sinais de crise, como afirma Antunes.

- 1) a queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais nos anos 60, que objetivaram o controle social da produção. A conjugação desses elementos levou a uma redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro;
- 2) O esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (o que é verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dado pela em capacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. Na verdade tratava-se de uma retratação em resposta ao *desemprego estrutural* que então se iniciava.

3) Hipertrofia a *esfera financeira*, que ganhava a *relativa autonomia* frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seus sistemas de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização;

4) a maior concentração de capitais graças as fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas;

5) A crise do *welfare state* ou do “Estado do bem-estar social” e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de reparação dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado;

6) Incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada as desregulamentações e a flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, entre tantos outros elementos *contingentes* que exprime não esse novo quadro crítico. (ANTUNES, 2009, p. 31-32)

Mesmo com todas as práticas estratégicas do capital monopolista na tentativa de adiar a crise estrutural principalmente para impedir a queda da taxa de lucro provocada pela superprodução, essa queda foi inevitável a partir da década de 1970 e estendeu-se até a atualidade.

Esse modelo de crise não apresenta a possibilidade de deslocamento de suas contradições internas independente das dimensões fundamentais para o capital. Segundo Meszáros (2009), essas dimensões se dividem entre produção, consumo, circulação, distribuição e realização. Evidencia-se então as limitações imediatas de cada uma delas como parte da estrutura insuperável, ou seja, sem a menor possibilidade de superação da crise estrutural do sistema capitalista.

Segundo Meszáros (2009), devido ao caráter universal da crise as múltiplas formas de reprodução do capital repercutem em todo o complexo social, tanto na sociedade civil quanto nas organizações políticas. Tal efeito evidencia-se no desmonte do Estado de bem-estar social e na agudização das expressões da questão social no atual cenário.

O que precisa ser acentuado aqui é que as contradições subjacentes de modo algum se dissipam na crise das instituições políticas; ao contrário, afetam toda a sociedade de um modo nunca antes experimentado. Realmente, a crise estrutural do capital se revela como uma verdadeira crise de dominação em geral. (MESZÁROS, 2009, p. 800)

As circunstâncias necessárias para a administração da crise estrutural do capital relacionam-se com relevantes esferas de poder público e estatal, que impactam tanto os desafios internos dos múltiplos sistemas envolvidos assim como as diversas relações existentes entre eles. Meszáros (2009) sintetiza esses problemas da seguinte forma:

- (1) As contradições socioeconômicas internas do capital “avançado” que se manifestam no desenvolvimento cada vez mais desequilibrado sob o controle direto ou indireto do “complexo industrial-militar” e do sistema de corporações transnacionais;
- (2) As contradições sociais, econômicas e políticas das sociedades pós-capitalistas, tanto isoladamente como em sua relação com as demais, que conduzem à sua desintegração e, desse modo, à intensificação da crise estrutural do sistema global do capital;
- (3) As rivalidades, tensões e contradições crescentes entre os países capitalistas mais importantes, tanto no interior dos vários sistemas regionais como entre eles, colocando enorme tensão na estrutura institucional estabelecida (da Comunidade Europeia ao Sistema Monetário Internacional) e fazendo prever o espectro de uma devastadora guerra comercial;
- (4) As dificuldades crescentes para manter o sistema neocolonial de dominação (do Irã à África, do Sudeste Asiático à Ásia Oriental, da América Central à do Sul), ao lado das contradições geradas dentro dos países “metropolitanos” pelas unidades de produção estabelecidas e administradas por capitais “expatriados”. (MESZÁROS, 2009, p. 808)

Deste modo enquanto não for possível vislumbrar uma alternativa estrutural para o enfrentamento dos fundamentos causais de tais contradições, nota-se que houve um deslocamento da esperança para os recursos que foram investidos na esfera estatal, porém essa esperança se anula diante das determinações causais da crise estrutural que prevalecem no sistema capitalista. A mesma situação se repete em relação aos “problemas insolúveis do subdesenvolvimento” (MESZÁROS, 2009, p. 809), provocado por esse sistema capitalista. O subdesenvolvimento do mundo já foi completamente absorvido pelos interesses do capital, por isso compre diversas funções para assegurar a dominação de sistema e deixando “intacta as suas determinações causais” (MESZÁROS, 2009, p. 810).

Consequentemente a crise estrutural do capital apresenta o seu papel de intensificação garantindo assim que a exploração da força de trabalho

alcance de menções desumanas, logo qualquer tentativa de resolução ainda que meramente pontual revela-se extremamente desastrosa.

Se a condição para solucionar a crise estrutural estiver associada a solução dos quatro conjuntos de contradições mencionadas acima, do ponto de vista da contínua expansão global e da dominação do capital, a perspectiva de um resultado positivo está longe de ser promissora. Pois é muito remota possibilidade de sucesso até mesmo dos objetivos relativamente limitados para não mencionar a solução duradoura das contradições de todas as quatro categorias em conjunto. O mais provável é, ao contrário, continuarmos afundando cada vez mais na crise estrutural, mesmo que eu corra alguns sucessos conjunturais, como aqueles resultantes de uma relativa “reversão positiva” no devido tempo, de determinantes meramente cíclicos da crise atual do capital (MESZÁROS, 2009, p. 810)

Apesar dos evidentes limites estruturais impostos frente às propostas de resolução, o capital não deixa de continuar apresentando suas respostas, tentando restaurar a taxa de lucro anterior. O grande capital utiliza-se de medidas que pretendem diminuir os efeitos da crise estrutural e assegurar a dominação e reprodução de sistema de exploração da força de trabalho. Na esfera econômica este conjunto de medidas tornou-se conhecido como “*reestruturação da produção e do trabalho*” (ANTUNES, 2009, p. 33).

As transformações no mundo do trabalho têm sido intensas e intensificadas pela crise estrutural do capital, isto posto, a reestruturação produtiva pode ser considerada uma resposta à crise estrutural do capital.

Particularmente nas últimas décadas a sociedade contemporânea vem presenciando profundas transformações, tanto nas formas de materialidade quanto na esfera da subjetividade, dadas as complexas relações entre essas formas de ser e existir da sociabilidade humana. A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, têm acarretado, entre tantas consequências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho. Dentre elas podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital. (ANTUNES, 2009, p. 17)

De acordo com Antunes (2009, p. 33), o capital desencadeou um “processo de reorganização” para responder à crise provocada por ele mesmo, repercutindo no sistema “ideológico e político de dominação”. A resposta mais evidente se apresenta como neoliberalismo, com a redução do Estado, pois a privatização estatal foi ampliada. Também houve a “desregulamentação dos direitos do trabalho”, assim como o desmonte do “setor produtivo estatal”. Tudo isso, para reforçar a instrumentalidade necessária para que o capital voltasse a se expandir com a mesma taxa de lucro do pós-guerra.

À vista disso, considera-se a década de 1970 como um período caracterizado pela ofensiva generalizada em conjunto pelo capital e Estado contra a classe trabalhadora. As transformações no Mundo do Trabalho a partir desse momento representam a expansão do desemprego e a redução dos direitos trabalhistas e resultam num crescente número de pessoas excluídas da divisão social do trabalho, o que inevitavelmente amplia o número dos que compõem a superpopulação relativa.

CAPÍTULO 2

A CIDADE DE FRANCA E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

2.1. Caracterização da cidade de Franca

Antes de analisarmos o mundo do trabalho em Franca, é necessário fornecer algumas informações mais gerais que permitam traçar um perfil da cidade. De acordo com o censo de 2010, Franca tem uma população de 318.640 hab.¹⁶, a qual ocupa uma área de 605,679 km², o que equivale a uma densidade populacional de 526,09 hab/km². O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) também é considerado alto: 0,780. “A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é longevidade, com índice de 0,842, seguida de educação, com índice de 0,753, e de renda, com índice de 0,749”, de acordo com dados do Atlas do Desenvolvimento Humano.¹⁷

Tabela 1- Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes – Município - Franca - SP

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Município - Franca - SP			
IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,340	0,560	0,753
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	33,34	44,50	63,09
% de 5 a 6 anos na escola	38,58	71,16	97,00
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	55,26	82,53	93,39
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	28,01	60,34	79,61
% de 18 a 20 anos com médio completo	15,30	37,08	58,98

¹⁶ A população estimada atual, segundo o IBGE é de cerca de **353.187** pessoas. Cf. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/franca/panorama>

¹⁷ Cf. http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/franca_sp

IDHM Longevidade	0,763	0,807	0,842
Esperança de vida ao nascer	70,75	73,40	75,50
IDHM Renda	0,706	0,721	0,749
Renda per capita	645,33	709,40	846,57

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Ainda segundo este mesmo Atlas, o IDHM vem subindo consistentemente desde os anos 1990, passando de 0,58 em 1990 para 0,68 em 2000 e atingindo 0,78 em 2010, aproximando-se do índice máximo que é igual a 1. A dimensão que parece ter maior responsabilidade por este crescimento, ajudando a impulsionar o índice ao longo dos anos, é a educação, uma vez que a taxa de escolaridade apresentou uma grande melhora¹⁸.

No que se refere à renda, o município também exibiu alguma melhora. Como podemos observar no quadro acima, entre 1990 e 2010 o IDHM passou de 0,706 para 0,749. No entanto, segundo o IBGE, em 2017, o salário médio mensal era de 2,2 salários mínimos, o que é um valor bastante modesto. Ainda assim, no comparativo com as outras cidades da microrregião¹⁹ Franca ocupa o 4º lugar no ranking salarial, e o 311º lugar dentre as 645 cidades do estado de São Paulo. Além disso, é o município com maior taxa de ocupação da microrregião, com 29,4% da população ocupada e está entre os duzentos primeiros do estado, ocupando o 141º lugar no ranking a respeito.

Quanto ao crescimento populacional, Franca cresceu a uma taxa anual de 1,03%, um ritmo menor do que a média nacional que foi 1,17%. Além disso, esta taxa de crescimento diminuiu pela metade em comparação com a década anterior que era de 2,37%. No entanto, segundo a Profa, Patrícia Mustafa (2010, p 4), “[o]s aspectos demográficos indicam a necessidade de geração de aproximadamente 4.600 novos empregos anuais, mantidas as atuais taxas de crescimento vegetativo, migração, ocupação e desemprego.”

Ente 2000 e 2010 (data do último censo) houve um aumento da taxa de ocupação da população economicamente ativa, na faixa etária de 18 anos ou

¹⁸ Isso não quer dizer que a qualidade da educação tenha melhorado. Os dados registram apenas que uma parcela maior da população tem feito a trajetória através do ensino fundamental e do ensino médio.

¹⁹ A microrregião de Franca inclui, além de Franca, Pedregulho, Patrocínio Paulista, São José da Bela Vista, Cristais Paulista, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, Jeriquara.

mais, passando de 72,03% em 2000 para 72,94% em 2010. Este aspecto foi captado pelo Grupo de Estudos e Pesquisa – Arranjos Produtivos Locais para Inclusão Social (APLIS) coordenado pela Profa. Dra. Regina Laisner. A pesquisa "Diagnóstico demográfico e socioeconômico dos bolsões de pobreza de Franca: subsídios para implantação de programas de trabalho e renda" desenvolvida pelo grupo²⁰ abordava vários aspectos dos bairros mais pobres de Franca, selecionados segundo os parâmetros de vulnerabilidade da Fundação SEADE, sendo que um dos aspectos investigados era a inserção desta população no mundo do trabalho. A este respeito, no seu artigo Mundo do trabalho: a particularidade dos trabalhadores de Franca, Mustafa faz a seguinte constatação:

Observamos dentre os indivíduos pesquisados que 67,2% dessas pessoas realizaram algum tipo de trabalho nos últimos sete dias, já 32,8% afirmaram não o terem feito. Isso mostra que a maioria dos pesquisados estava trabalhando no momento da pesquisa. Mas, o contingente de indivíduos que não estavam trabalhando é significativo, atestando um alto índice de desempregados, corroborando com os índices de desemprego atuais. (MUSTAFA, 2010, p. 5)

Outro aspecto importante captado pela pesquisa é o nível de formalização deste trabalho. Se 67,2% dos entrevistados estavam trabalhando, destes 67% tinham trabalhos formais e 33% estavam na informalidade. Havia, portanto, um alto índice de formalização do trabalho. A este respeito, Mustafa (2010, p.6) observa: “Percebemos que o mercado formal predomina sobre o informal, o que consideramos ser um dado positivo, se se compara com os dados nacionais, em que há paridade entre formalidade e informalidade.” São números sem dúvida muito bons e corroboram os dados do IBGE e os índices publicados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano. Entretanto, sem distorcer a pesquisa, podemos extrair algumas outras informações: somados os trabalhadores informais e os desempregados, temos por volta de 55,11% do universo nestas condições (entre a informalidade e o desemprego).

²⁰ A pesquisa tinha como pesquisadoras responsáveis, tendo como pesquisadoras responsáveis a Profa. Dra. Regina Cláudia Laisner, Profa. Dra. Patrícia Soraya Mustafa e a Profa. Dra. Paula Regina Pavarina.

Seguindo ainda os passos de Mustafa, descobrimos que há outros aspectos positivos levantados pela pesquisa, a saber: a paridade ente mulheres (50,4%) e homens (49,6%) e entre negros (55,2%) e brancos (43%) no mercado de trabalho formal local, inclusive com predominância de negros e mulheres.

Trata-se de uma cidade com alto índice de urbanização (98%) e com característica de urbanização crescente (entre 2000 e 2010 a taxa de urbanização do município passou de 98,08% para 98,24%), cujo setor dinâmico é o industrial, com destaque para a indústria de calçado. Os índices de urbanização podem ser melhor divisados no quadro abaixo:

Tabela 2 - População Total, por Gênero, Rural/ Urbana - Franca-SP

População Total, por Gênero, Rural/Urbana - Município - Franca - SP						
População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	233.098	100,00	287.737	100,00	318.640	100,00
População residente masculina	116.048	49,79	142.159	49,41	155.464	48,79
População residente feminina	117.050	50,21	145.578	50,59	163.176	51,21
População urbana	227.854	97,75	282.203	98,08	313.046	98,24
População rural	5.244	2,25	5.534	1,92	5.594	1,76

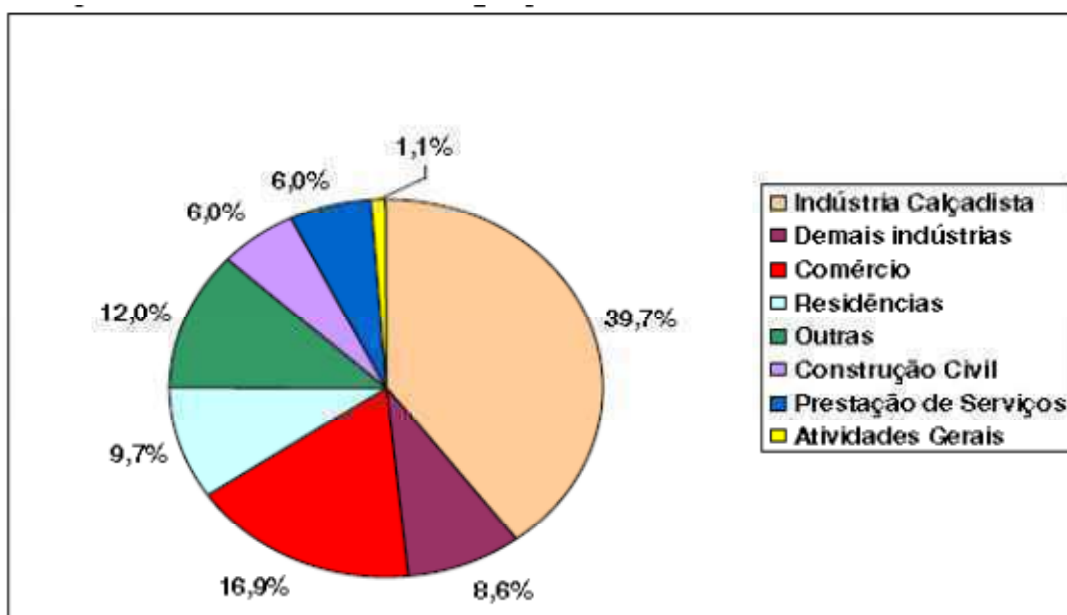
Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Esta população predominantemente urbana acaba encontrando trabalho principalmente no setor mais dinâmico da cidade.

Quando olhamos para o tipo de atividade exercida detecta-se que 39,7% dos trabalhadores formais estão na indústria calçadista, portanto, a maioria, o que corresponde com a economia da cidade de Franca, a qual, ainda, tem no setor calçadista o motor de sua economia, ainda que, o setor de serviços tenha crescido nos últimos anos. Em segundo lugar aparecem atividades de comércio 16,9%, depois outras (12%), infelizmente não sabemos quais; com 9,7% das atividades exercidas em residências, o que entendemos como trabalho doméstico. Numa freqüência de 8,6% estão atividades relacionadas a demais indústrias, não sabemos exatamente quais, mas temos dados de que a indústria de *lingerie* tem crescido em Franca; a construção civil e prestação de serviços estão empatadas em 6% cada uma, portanto, vemos que, embora, o setor de serviços tenha crescido em Franca, parece que não atinge, ao menos em grande escala, estes trabalhadores. E, por fim com 1,1% aparecem às atividades gerais. (MUSTAFA, 2010, p. 8-9)

Os dados obtidos pela pesquisa do Grupo APLIS podem melhor ser visualizados no gráfico abaixo:

Figura 1 - Distribuição dos indivíduos com carteira assinada segundo o ramo de ocupação



Fonte: Gráfico construído pelas pesquisadoras a partir de dados da pesquisa empírica intitulada "Diagnóstico demográfico e socioeconômico dos bolsões de pobreza de Franca: subsídios para implantação de programas de trabalho e renda".

Em 2017 uma matéria²¹ publicada no site do UOL confirmava ainda esta prevalência do setor calçadista na cidade. Sob o título “Franca (SP) abriu mais vagas no 1º tri; veja 10 cidades que lideram lista” o site de economia informava que, segundo dados oficiais do Ministério do Trabalho, a cidade havia aberto 4.965 novos postos de trabalho, sendo 4.395 (90%) na indústria calçadista.

Deve-se considerar ainda que estes trabalhadores formais são, em sua maioria, oriundos da própria cidade ou do estado de São Paulo (65%), conforme constatou a pesquisa, seguido pelos mineiros (26%), paranaenses (3,3%) em terceiro lugar e, por fim, baianos (2,3%).²² Trata-se sem dúvida de uma cidade polo, neste sentido exerce um poder de atração, mas este se dá, principalmente, com relação aos trabalhadores das cidades do próprio estado e em segundo lugar de Minas Gerais.

Mas a indústria não emprega somente trabalhadores com carteira assinada. Parte dos 33% dos trabalhadores informais da cidade identificados pela pesquisa trabalham para a indústria calçadista, o que coaduna com a subproletarização do terceiro mundo identificada por Ricardo Antunes.

O mundo do trabalho viveu, como resultado das transformações e metamorfoses em curso nas últimas décadas, particularmente nos países capitalistas avançados, com repercussões significativas nos países do Terceiro Mundo dotados de uma industrialização intermediária, um processo múltiplo: de um lado verificou-se uma *desproletarização* do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado. Em outras palavras, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma significativa *subproletarização* do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços etc. Verificou-se, portanto, uma significativa *heterogeneização*, *complexificação* e *fragmentação* do trabalho. (ANTUNES, 1999, p. 200)

Segundo avaliação feita por Agnaldo Barbosa em artigo publicado em 2006, a indústria calçadista não se caracteriza por grandes investimentos em inovação tecnológica que impliquem em automação e nem por grandes inversões em maquinário moderno. Por isso, naquele momento a

²¹ Cf. <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2017/04/25/franca-sp-abriu-mais-vagas-no-1-tri-veja-10-cidades-que-lideram-lista.htm>

²² Cf. MUSTAFÁ, 2010, p.7.

reestruturação produtiva para fazer frente à nova configuração do capitalismo se deu de outros modos.

Na indústria calçadista de Franca o processo de reestruturação produtiva fez-se sentir menos pela introdução de inovações tecnológicas, o que reportaria ao conseqüente imperativo da concentração de capital com vista à aquisição de maior competitividade, e mais pela fragmentação da estrutura industrial e pela precarização das relações de produção, com destaque para a hiperintensificação do trabalho domiciliar. No bojo desse fenômeno, emergiu uma multidão de novos empreendedores em concorrência intensamente predatória. (BARBOSA, 2006, p.6)

O início deste processo foi analisado por Valmíria Carolina Piccinini que pesquisou em 1995 as principais fábricas de calçado do país, selecionando as consideradas mais modernas em Belo Horizonte, Franca e Vale do Rio dos Sinos. Na época da pesquisa, Piccinini mostrou que, apesar das tecnologias disponíveis como CNC (Controle Numérico Computadorizado), CAD (*Computer Aided Design*), CAM (*Computer Integrated Manufacturing*), em virtude do então alto custo das mesmas e do baixo custo da mão de obra, as indústrias do setor ainda preferiam optar por outras formas de economia para fazer frente à concorrência. Por isso, “mesmo dispondo de técnicas de origem física (máquinas, peças, componentes), há uma ênfase em tecnologias gerenciais JIT (*Just- in-Time*), RR (Resposta Rápida), Kanban, etc.” (PICCININI, 1995, p. 2)

No caso das empresas²³ de Franca pesquisadas, ambas eram de calçados masculinos, sendo que uma delas operando com uma estrutura verticalizada, exportava 60% da produção, possuía escritório nos EUA e uma rede própria de lojas multimarcas. Sobre esta empresa, Piccinini faz a seguinte consideração: “[a] EF1 utiliza tecnologia avançada para a região, mas possui equipamento de até 15 anos, dão treinamento (média de 20/hora/homem/ano) e paga salários superiores à média da região”. Quando esteve em Franca nos anos 90, Valmíria Piccinini encontrou o seguinte quadro no que tange à tecnologia:

²³ Os nomes das empresas não foram publicizados, tendo sido substituídos por siglas como EF1 e EF2.

Algumas empresas de Franca dispõem de CAD e estão obtendo bons resultados. Além disso, a Escola do SENAI dispõe de um para uso de todas as empresas, apesar de não estar completo. O Diretor executivo do Sindicato das Indústrias Produtoras de Calçados estima que nada de novo aconteceu em termos de tecnologia nos últimos 5 anos, a não ser maior qualidade do produto dentro dos mesmos níveis de produtividade. Cada fábrica vem obtendo maiores níveis de produtividade graças às inovações organizacionais. (PICCININI, 1995, 18)

E mais adiante conclui que “o nível tecnológico das empresas é razoável, as tecnologias como CAD ainda estão subutilizadas, mas elas investem, principalmente em inovações organizacionais, como de resto parece ser o caso do Vale dos Sinos.” (PICCININI, 1995, p. 19-20). Mas o que seriam estas inovações organizacionais? Quais as suas consequências?

A EF1, desde o início de 1994, vem aplicando alguns conceitos de reengenharia. Criaram equipes, dividindo a fábrica “em pedaços”. Organizaram a fábrica em células de produção, 8 mini fábricas, cada uma produzindo uma linha. Com a implantação dessas “minifábricas” a produção aumentou de 1000 para 1.150 pares, houve também redução do ciclo de produção, de 34 dias em 1992 para 6 dias, mas ainda é um ciclo elevado, atribuído ao fato de trabalharem com uma grande variedade de modelos. [...] A EF2 produz somente para o mercado interno, onde tem uma clientela cativa, apresenta uma organização segundo o modelo “italiano”, isto é, quase todas as partes do calçado são produzidas fora, sendo apenas montados no interior da fábrica. Não há programação de tempos e movimentos, o sapato vai de mão em mão. Este modelo “italiano” foi implantado há mais ou menos 4 anos e levou a um aumento da produtividade, “apesar do estilo meu corrido”, segundo o gerente de produção. O equipamento que utilizam tem em média 6 a 8 anos; pensam no futuro em adquirir CAD e CNC. O controle de estoques e o planejamento da produção são informatizados. (PICCININI, 1995, p.19)

Dez anos depois que Piccinini escrevia este artigo, o sociólogo Agnaldo Barbosa ainda constatava em suas pesquisas o atraso tecnológico das empresas calçadistas. A conta da produtividade foi paga pelos trabalhadores que já nos anos 1990 sofreram com cortes, tercerizações, precarização e intensificação do trabalho por meio de reengenharias e outras inovações gerenciais. Mas, tudo isso não foi implantado sem resistência, como Piccinini

deixa entrever no seu artigo, ao entrevistar o presidente do sindicato dos trabalhadores.

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados de Franca lembrou que com a crise do setor em 1991 ficaram desempregados 10 mil trabalhadores, entre 1992 e 1993 grande parte das empresas repassou para as Bancas²⁴ parte do trabalho, sendo que estas contratam sem registro mais de 5 mil pessoas. Denunciou também o trabalho de menores de 14 anos e a terceirização, o que gerou um processo da Procuradoria do Ministério Público. No acordo, a empresa que terceirizasse teria que fiscalizar a banca. Os trabalhadores não gostam da terceirização, mas consideram melhor do que trabalhar sem registro. Em média entram 60 processos por mês relacionados com este problema.

O sindicalista reconhece que os salários do setor são melhores do que em outras regiões, sobretudo o de cortador, mas este salário está relacionado também com as mobilizações dos trabalhadores da cidade, o mesmo não ocorrendo nas regiões produtoras próximas, sobretudo no interior de Minas Gerais. Além disso, alegam que as empresas impõem NFOT,²⁵ minifábricas dentro da grande fábrica, além do trabalho em grupo “o problema é quererem que além de produzir o trabalhador ‘pense’ pela empresa”. A rotatividade é intensa, apesar de algumas empresas contarem com um grupo de trabalhador fixo, mas um grupo sempre ‘roda’, principalmente se for desqualificado. (PICCININI, 1995, p. 16-17)

No artigo **Deslocamento de empresas para os estados do Ceará e da Bahia: o caso da indústria calçadista** publicado no BNDES setorial, os autores Angela Santos, Abidack Corrêa e outros mostram como a concorrência internacional aliada ao desaquecimento da economia norte americana, responsável pela importação de 70% dos calçados brasileiros, e mais tarde a política de valorização da moeda pelo Plano Real levaram a uma crise no setor nos anos 90.

Além da retração no ritmo das exportações, novos concorrentes cresceram no mercado. Entre os principais estão China, Indonésia e Tailândia [...], que, já em 1998, respondiam por 81% das importações americanas (China com 73%), enquanto o Brasil participava com 5%. Para verificar a dimensão desse crescimento, China e Indonésia tinham, em 1981, 3% e o Brasil 11%. Ressalte-se que as exportações de

²⁴ Bancas são microempresas que recebem partes do trabalho para produzir e que contratam pessoal que realiza este trabalho em domicílio. No Rio Grande do Sul são chamadas “Ateliês”.

²⁵ NFOT – novas formas de organização do trabalho.

calçados do México para os Estados Unidos também cresceram com a implantação do Nafta. Dessa forma, com a entrada desses novos concorrentes, a composição das importações de calçados do principal mercado brasileiro foi afetada. (SANTOS; CORRÊA, 2001, p. 65-66)

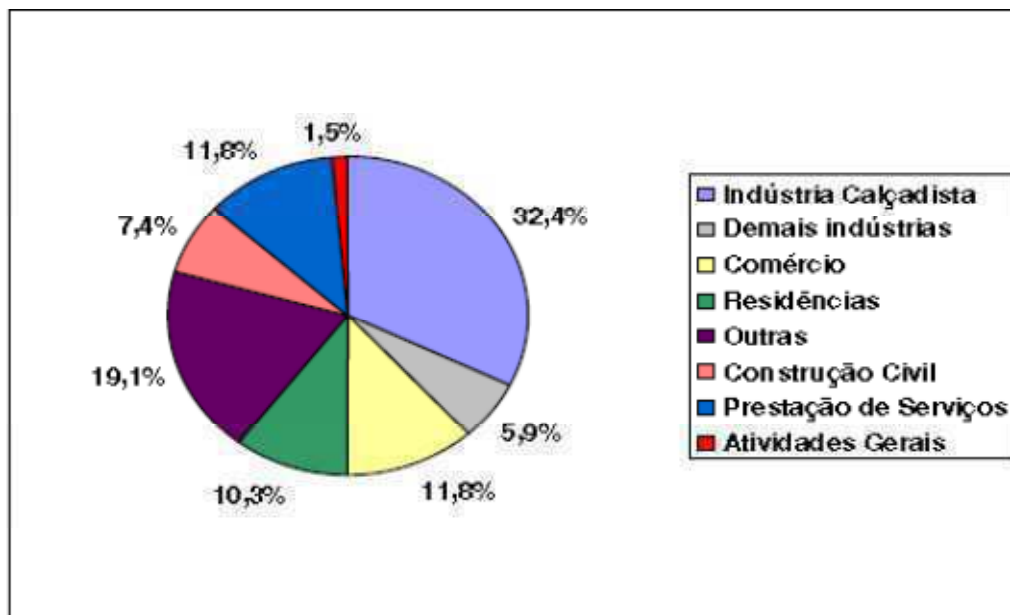
Em resposta, as empresas copiaram o modo de gerenciamento asiático, terceirizaram a produção e, algumas do sul e sudeste, transferiram suas fábricas para a região nordeste em função do baixo custo da mão-de-obra e das vantagens fiscais oferecidas por estes estados e que, além disso, têm maior proximidade geográfica com os EUA.

Feito este percurso, podemos retomar o caminho que percorríamos guiados pela pesquisa de Mustafa. Ao comentar a respeito da crise sofrida pelo setor nos anos 90, a pesquisadora explica que:

A indústria calçadista utilizou como formas de ajuste à crise do setor, tanto a dispensa de empregados quanto modificações no mercado de trabalho, sendo que ocorreu um importante movimento de terceirização, aumentando o chamado “trabalho doméstico” em etapas do processo produtivo da indústria de calçados. Deste modo, parte dos empregos formais perdidos acabou sendo recuperado no setor informal, fazendo com que os dados anteriores, referentes aos empregos informais, provavelmente devam ter aumentado ao longo da década de noventa. Outra indicação importante da precarização da mão-de-obra em Franca é o declínio dos empregos atribuídos aos níveis médios e altos de qualificação, enquanto que os postos de trabalho que exigem mão-de-obra menos qualificada cresceram.

No que se refere aos trabalhadores informais, Mustafa encontrou nos bairros mais pobres mulheres (46,23%) e homens (53,74%), predominantemente jovens (48% está na faixa etária entre 15 e 30 anos) provenientes de São Paulo e, em segundo lugar, de Minas Gerais. Há um equilíbrio entre negros (49,3%) e brancos (50,7%) nesta condição de trabalho. A pesquisa também apurou que a indústria calçadista é responsável por um terço dos empregos informais.

Figura 2 - Distribuição dos indivíduos sem carteira assinada segundo o ramo de ocupação

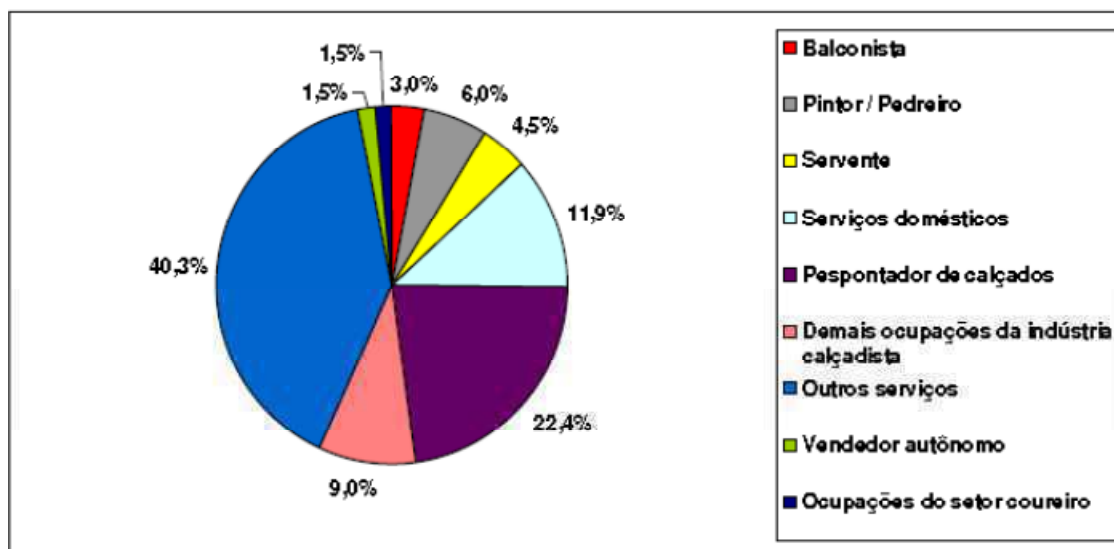


Fonte: Gráfico construído pelas pesquisadoras a partir de dados da pesquisa empírica intitulada "Diagnóstico demográfico e socioeconômico dos bolsões de pobreza de Franca: subsídios para implantação de programas de trabalho e renda".

Segundo a autora, este trabalho informal prestado às indústrias calçadistas é geralmente obtido por contatos pessoais e é principalmente o trabalho de pesponto de calçados (um trabalho de acabamento que consiste na união das partes do cabedal pela costura com a ajuda de máquinas) que se caracteriza pelo uso de mão-de-obra intensiva. Foram mencionadas ainda outras ocupações relacionadas à indústria calçadista como, por exemplo, a de coureiro.

No quadro abaixo é possível verificar com mais detalhe a composição dos trabalhos informais da cidade:

Figura 3 - Distribuição percentual dos indivíduos em trabalho sem carteira assinada, segundo o ramo de ocupação.



Fonte: Gráfico construído pelas pesquisadoras a partir de dados da pesquisa empírica intitulada "Diagnóstico demográfico e socioeconômico dos bolsões de pobreza de Franca: subsídios para implantação de programas de trabalho e renda".

Mas não é por ser informal que o trabalho é mesmo intenso ou temporário. Trabalha-se muito na informalidade. Mustafa relata que se há pessoas que trabalham 40 horas semanais, mas há também quem trabalhe bem mais do que isso. "Mais de um terço dos trabalhadores pesquisados dedica-se além de 48 horas semanais à atividade laboral". (MUSTAFA, 2010, p. 11) E a maioria faz isso durante muito tempo. 70% destes trabalhadores, o que não é pouco, estão exercendo a mesma ocupação há mais de um ano. No que respeita especificamente ao setor que mais emprega, são reveladoras as observações da Profa. Patrícia Mustafa.

Este setor emprega formalmente, mas também, e, significativamente, emprega informalmente muitos trabalhadores: homens, mulheres, e, inclusive crianças e adolescentes. Não só os dados da pesquisa mostram isso, como a observação feita enquanto realizávamos a investigação *in locu*: algumas localidades parecem "fábricas" a céu aberto: vêem-se, principalmente, mulheres e adolescentes costurando sapatos! Como se recebe pouco para a realização deste tipo de trabalho se destina muito tempo a esta atividade, pois, quanto mais se produz mais se ganha! Ainda que, nunca se ganha de fato o que se produz, uma vez que a produção excedente não é apropriada pelo trabalhador! (MUSTAFA, 2010, p. 12)

Estas informações da pesquisa estão em conformidade com as análises de Ricardo Antunes sobre a reestruturação produtiva:

[o] mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril, de outro aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. (ANTUNES, 2007, p. 49-50)

A fábrica que precariza, fragmenta e produz o trabalho informal, também desemprega. O jovem que é o principal contingente de trabalhador informal é o mesmo que está na fila desemprego. Digo isso porque, ainda que sejam pessoas diferentes, o perfil é o mesmo, já que se trata do mesmo estrato social e da mesma faixa etária. Para o capital, são intercambiáveis. Todos fazem parte da superpopulação relativa, em vias de estagnação. 65% deles já nesta situação há um ano. Foi o que Mustafa verificou em seu trabalho de campo:

Ainda, temos que destacar o número de trabalhadores desempregados – 32,8% de nossa amostra, perfazendo um total de 212 pessoas, em sua maioria jovem entre 15 e 30 anos – na sequência está o grupo de pessoas entre 31 e 45 anos, que representa um quarto de todos aqueles que estavam procurando emprego. (MUSTAFA, 2010, p. 12)

Além da oscilação pelas inovações gerenciais, que intensifica o trabalho e desemprega, o setor é marcado pela sazonalidade e pelas oscilações do mercado.

Com frequência, a indústria de calçado é a porta de entrada para o ingresso no mercado de trabalho nas microrregiões em que estão concentradas as fábricas de sapatos brasileiras. [...] O trabalho é duro e os salários baixos. Aos trabalhadores não interessa conservar seu posto de trabalho e as empresas têm que buscar constantemente novas fontes de mão-de-obra. Também o nível de emprego muda imediatamente ao cair o nível de produção. As empresas reagem rapidamente, tanto em contratar como em despedir, ocasionando ciclos de emprego-

desemprego para diferentes categorias de pessoal, incluindo os trabalhadores mais qualificados.

Na opinião dos representantes sindicais, as empresas mantêm deliberadamente uma forte rotação do pessoal (contratações e demissões) para manter baixos os salários. Segundo eles, é normal 10 a 20% de demissões ao mês. Por exemplo: antes de uma feira comercial os modelistas são muito requisitados. Passado esse momento, se a feira foi exitosa, começa um novo ciclo e nasce uma demanda por técnicos em calçado. As empresas buscam também diretores de produção, pessoal especializado de corte, costura e montagem. Ocorre o mesmo na fabricação de componentes. emprego-desemprego para diferentes categorias de pessoal, incluindo os trabalhadores mais qualificados. (PICCININI, 1995, p. 16-17)

Daí é possível compreender em outra chave as diversas manchetes sobre abertura de vaga nas indústrias calçadistas que estampam os jornais de quando em quando. A sazonalidade do setor é um traço tão característico que foi tema de uma tese de doutorado em Serviço Social. Na tese intitulada **Estratégia de sobrevivência dos desempregados da indústria calçadista de Franca-SP**, o pesquisador José Ronaldo Teles afirma que de início o propósito do trabalho buscar detectar as causas e propor soluções para a sazonalidade e evitar demissões, mas acabou por mudar de objeto. A justificativa aparece logo no resumo: “[...] a pesquisa demonstra que, diante das periódicas crises ou mesmo da *sazonalidade*, a demissão é mesmo inevitável. Foi com base nessa realidade que centramos a nossa busca em torno das *estratégias de sobrevivência dos desempregados*.” (Teles, 2001, *grifo do autor*).

O trabalho de pesquisa de Teles é interessante sob muitos aspectos: a diferença entre o volume de exportação em dólar, a instabilidade do setor, a falta de interesse pela qualificação dos funcionários, mas o que chama mais atenção é a instabilidade, a certeza da descartabilidade e a insegurança presente na vida daqueles que participam do mercado formal.

E, segurança mesmo, estabilidade no emprego, não existe nem com os melhores funcionários, todos estão vulneráveis, sujeitos a serem demitidos. Alguns entrevistados afirmam que em média dura de dois a três anos, outros já garantem que não dura mais do que seis meses. Têm aqueles também que dizem que as empresas contratam em janeiro ou fevereiro para demitir em dezembro, porque aí elas param e só voltam a produzir no ano seguinte, quando os pedidos, ou seja, as

encomendas de calçados começarem a chegar. (TELES, 2001, p. 120)

O desemprego é um horizonte sempre presente e com ele a viração, os bicos, a ajuda de familiares e amigos, e, claro, os programas sociais. Para se ter uma ideia dos inúmeros depoimentos, cito apenas dois deles o primeiro de um trabalhador da indústria de calçados e a segunda de um dono de banca de pesponto:

a) depoimento do trabalhador da indústria:

Como a gente trabalha pouco tempo no ano e o salário não é mais o que se ganhava antes, então o dinheiro do trabalhador, quando ele chega a pegar o seguro desemprego, ele acaba rápido, não dura mais que um mês, um mês e meio. Agora, a indenização que a gente recebe na fábrica é irrisório, porque depende do tempo de casa que você tem, às vezes você trabalha de um a seis meses e dependendo do salário que se ganha não é nada, não dá pra nada. Eu mesmo passei por uma situação engraçada, no ano passado, trabalhei seis meses numa firma, que nem vou citar o nome, mas quando recebi a indenização, ela deu pra acertar uma conta em dezembro, só. O meu fundo de garantia, quando recebi foi uma piada, até ri, que que isso?!... depois de seis meses receber só isso?!... E tem mais um fator, hoje o governo na questão do desemprego, quando ele faz, faz mal feito, por exemplo, essa questão do trabalho temporário, isso é um erro, o trabalhador quando entra numa firma dessa, trabalhando seis meses e depois não pode mais continuar e é tratado de uma forma estranha que não pode continuar, tem que voltar como era antigamente, quando as pessoas trabalhavam vinte, trinta anos, esse é o melhor caminho.

b) depoimento do dono da banca de pesponto:

A maioria que está nesse mercado informal é porque está desempregado senão não estaria nisso, porque ganha-se pouco, sem registro e ainda perde seus direitos sociais para sobreviver... E tem mais, ele entrando nesse mercado informal, que é hoje um mercado amplo, ele faz o quê? Ele (dono de banca) traz aqueles desempregados com menos experiência pra quê? Às vezes pra dar conta de certa quantidade (de produção) que a firma exige você fazer, esses profissionais que, no caso, trabalham nesse mercado informal, dono de banca, nós não temos capacidade pra trazer aquela pessoa terceirizada, porque ela não vem pra ganhar o que a gente pode pagar. E 90% hoje, pra te dizer, fala-se muito do trabalho infantil, existe muito subsalário, que não atinge o salário mínimo, mas não é culpa do banqueiro, é culpa do preço da

fábrica, porque se ela pagasse para uma firma doméstica, ela pagaria o correto ou punha o pesponto lá dentro e pagaria o que a lei manda, mas como ele anda fora da lei, joga tudo pra cima da gente, você pra sobreviver tem que pegar pessoas pra ganhar 100, 70 “conto” (reais), e você sabe que isso é ilegal, a pessoa estar ganhando menos que salário mínimo e fora o tanto de menor que a gente põe pra trabalhar... A gente fala porque é o contexto, mas são várias pessoas. Hoje, isso é o que o desempregado está passando no Brasil, sem falar em outros seguimentos da sociedade. (Teles, 2001, p. 143)

Com tamanha instabilidade e tamanho grau de exploração, não admira que alguns percam seus meios e acabem por parar nas ruas. Assim, saber que 90% das pessoas em situação de rua em franca têm profissão, apesar de espantoso, não surpreende.

2.2. A população em situação de rua – dados nacionais e locais

Os pesquisadores que pretendem conhecer mais a respeito da população em situação de rua se deparam em primeiro lugar com a insuficiência de informações oficiais disponíveis. Embora haja alguns dados em sites de órgãos públicos, a característica principal deles é a falta de atualização, de modo que não é possível saber de maneira precisa o número real de pessoas nesta situação, nem se suas características se mantiveram ou se sofreram alguma modificação em anos recentes. Isso deve ser levado em conta em relação à discussão que desenvolveremos em seguida.

Assim, em março de 2019, o Jornal do Senado²⁶ publicou uma reportagem de autoria de Diana Bispo que traz a triste constatação de que apesar do aumento perceptível de pessoas situação de rua no espaço urbano nos últimos anos, o IBGE ainda não tem um programa de contagem e classificação desta população. Segundo apurou a reportagem,

[a] inclusão da população de rua no censo do IBGE deve ficar para depois de 2020²⁷, por dois motivos: o órgão está

²⁶ Tomei conhecimento desta reportagem graças ao trabalho de conclusão de curso de Alice Rocha Farias da Rosa, intitulado Garantias constitucionais da população em situação de rua na cidade de Franca: da redução de danos à efetivação de direitos.

²⁷ Note-se que esta data não é casual. “O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Ciamp-Rua),

enfrentando dificuldades orçamentárias até para realizar o censo dos brasileiros domiciliados e os técnicos do instituto ainda quebram a cabeça para chegar a uma metodologia capaz de medir os contornos de um grupo que tem localização incerta, é encontrável mais no período noturno e requer abordagem especializada por equipes treinadas, em razão do número de usuários de entorpecentes e com transtornos mentais. De acordo com a assessoria de imprensa do IBGE, o assunto ainda está sendo debatido tecnicamente, mas o que se desenha, além dos levantamentos que são usuais em moradias coletivas, como os albergues, é o mapeamento das zonas urbanas com a presença da população de rua. (BISPO, 2019)

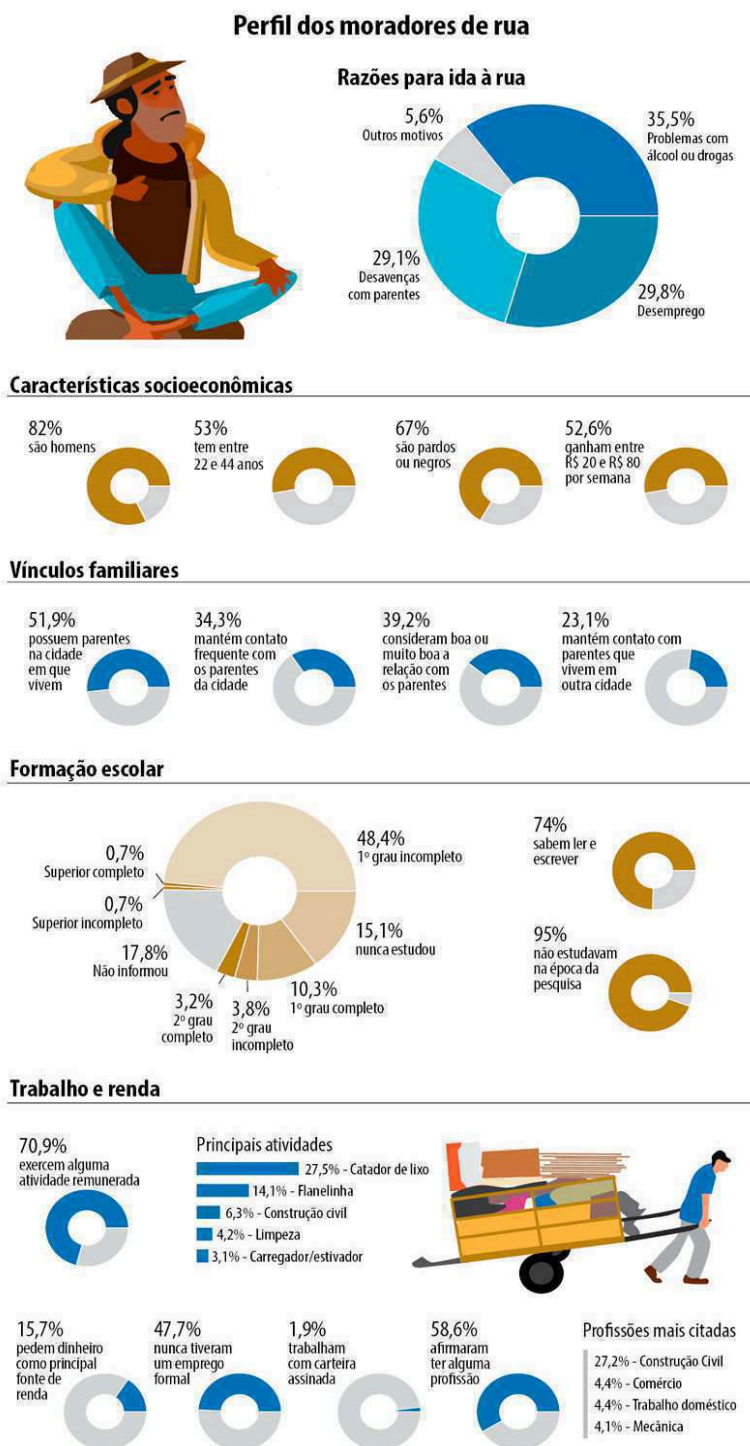
Desta forma, os únicos dados mais abrangentes disponíveis a respeito desta população ainda são os da primeira e única pesquisa realizada entre agosto 2007 e março de 2008 pelo então Ministério do Desenvolvimento Social publicada no documento **Rua: aprendendo a contar: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**²⁸. Trata-se, portanto, de uma pesquisa realizada há mais de dez anos. Apesar de constituir, sem dúvida, uma iniciativa extremamente importante e elogiável, marcando os aspectos de seriedade que o governo apresentava naquele momento, bem como a postura de diálogo com a sociedade civil, a pesquisa apresenta algumas limitações, uma vez que aferiu apenas a população maior de 18 anos e alcançou somente 71 cidades, sendo 48 cidades com número de habitantes superior a 300 mil e 23 capitais. Nesta aferição, foram alcançadas 31.922 pessoas. Deve-se levar em conta, porém, que foram excluídos os municípios de São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Brasília, uma vez que estas capitais já estavam realizando pesquisas semelhantes ou as havia concluído. Se considerarmos estas quatro capitais, a quantidade de pessoas nesta situação se eleva para 44.125. Nas

instituído em conjunto com a Política Nacional para a População em Situação de Rua via Decreto nº—7.053/2009 (Ricardo, 2013), solicitou ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que incluísse a população de rua no Censo de 2020. Como etapa preparatória, o IBGE realizou um pré-teste no município do Rio de Janeiro em 2014 (IBGE, 2014), que apontou diversas dificuldades em incluir este público no próximo censo. Ressalte-se, em particular, a dificuldade observada pelo IBGE em realizar pesquisas com populações sem domicílio fixo, o que exige metodologias de amostragem, logística de campo e abordagem do entrevistado bastante distintas do padrão usualmente utilizado por esta instituição.” (IPEA, 2016, p.8).

²⁸ Esta pesquisa foi realizada em às demandas de ONGs, associações, movimentos sociais e órgãos governamentais que participaram do I Encontro Nacional de Pessoa em Situação de Rua ocorrido em 2005.

figuras abaixo, podemos observar alguns dos principais dados obtidos pela pesquisa²⁹.

Figura 4 - Perfil da população em situação de rua



Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008.

²⁹ Os dados das figuras foram obtidos da pesquisa nacional sobre população em situação de rua. As figuras, por sua vez, foram obtidas no site do Senado no seguinte endereço: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/especial-cidadania-populacao-em-situacao-de-rua>

Podemos observar que esta população na sua esmagadora maioria é composta por homens (82%), jovens (53%), negros (67%) e de baixa escolaridade. Quanto à esta última característica, a baixa escolaridade, há um número significativo deles que nunca estudou (15%) e quase metade não completou o primeiro grau (48%). Se somarmos estes números com aqueles que têm apenas o primeiro grau (10%), chegamos a uma cifra de 73%; sendo que este número pode ser ainda maior, visto que 17% dos entrevistados não forneceu esta informação.

Há ainda outros aspectos que chamam atenção no gráfico e que contrariam o senso comum: mais da metade possui parentes³⁰ morando na mesma cidade (51%) e 70% exercem alguma atividade remunerada, portanto são trabalhadores (são catadores, flanelinhas, etc.), mas que obtêm muito pouco das atividades que exercem (cerca de entre 20 e 80 reais por semana), não permitindo assim a saída desta condição. Além disso, 58,6% declararam ter profissão e chama atenção ainda o fato de que quase um terço destes profissionais (27%) serem oriundos da construção civil, área por excelência de absorção de mão de obra pouco qualificada, pouco escolarizada e mal remunerada. Para finalizar a análise do nosso quadro, somente uma parte muito pequena (15%) é que afirmaram ter na mendicância sua principal fonte de renda.

Assim, como podemos observar, estas pessoas não são nem migrantes e nem “mendigos” ou “pedintes”; ao contrário do que pensa o senso comum, a população de rua é composta em grande parte por trabalhadores informais, pobres e originários da própria cidade em que se encontram.

Sabe-se que a situação migratória especialmente do campo para a cidade foi um fenômeno que marcou o processo de desenvolvimento urbano brasileiro, especialmente na primeira metade do século XX (Bursztyn, 2003). Todavia, ao contrário do que comumente se imagina, esse fenômeno aparentemente não se reflete no panorama atual as ruas: parte considerável

³⁰ “A maioria dos entrevistados (51,9%) possui algum parente residente na cidade em que se encontra, mas há que se considerar também que 38% deles não mantêm contato com esses parentes e 14, 5% mantêm contato em períodos espaçados (de dois em dois meses até um ano). Os contatos são mais frequentes (diários, semanais ou mensais) no caso de 34% dos entrevistados, parcela que pode ser considerada expressiva, em função das características e condições de vida desta população.” (BRASIL;MDS, 2009, p. 92)

dos entrevistados (45%) sempre viveu no município em que mora atualmente e outra parte importante (30%) deslocou-se de um município dentro do mesmo estado. Assim, 76% são originários do mesmo local em que se encontram ou de locais relativamente próximos, situados no mesmo estado, refutando uma ideia difundida de que as pessoas em situação de rua são migrantes, ou seja, oriundas de outros municípios e estados. Além disso, os dados coletados mostram que das pessoas que vieram de outros municípios, 71,9% são originárias de áreas urbanas. Pode-se afirmar, portanto, que parte considerável da população em situação de rua é originária do mesmo local em que se encontra, ou locais próximos, não tendo se deslocado de outras cidades ou migrado do campo para a cidade. (BRASIL; MDS, 2009, p. 88)

Isto não quer dizer que a pesquisa não tenha encontrado “trecheiros” também.

Apesar de os dados mostrarem um elevado grau de permanência desta população, a pesquisa também conseguiu captar a presença dos “trecheiros”, indivíduos que se deslocam de cidade em cidade, muitas vezes, permanecendo um período variável e não muito largo de tempo em cada uma delas, percorrendo uma quantidade grande de localidades de vários estados. Sua presença não é desprezível, chegando a 11,9% aqueles que já viveram em 6 ou mais cidades. (BRASIL; MDS, 2009, p.88)

Dentre os principais motivos alegados como causa da realização estão: álcool e drogas (35,5%), desemprego (29,8%) e desavenças familiares (29,1%).³¹ Embora os motivos alegados sejam estes, o perfil deste trabalhador (negro, pobre e de baixa escolaridade) indica que as verdadeiras causas são de outra ordem, mais estrutural. Desavenças familiares só ocorrem entre negros e pobres? Somente os pobres e de baixa escolaridade se viciam em álcool e drogas? A resposta para ambas as questões, já sabemos, é negativa, mas nem todos vão para as ruas. Há, portanto, uma condição anterior que,

³¹ A propósito das relações familiares, os dados da pesquisa sugerem, segundo o relatório, que a tese de que estas pessoas ou não têm vínculos ou possuem vínculos familiares frágeis deve ser repensada. “ Os dados analisados sugerem a necessidade de reexaminar a conhecida tese de que as pessoas em situação de rua perderam os vínculos familiares ou têm vínculos muito frágeis. O rompimento de vínculos familiares constitui um fator importante para explicar a ida à rua no caso de 29,1% dos entrevistados, conforme apresentado anteriormente. Todavia, para outra parte considerável dos casos, os vínculos familiares com parentes da mesma cidade ou em outra não foram rompidos após a saída. No que diz respeito à “qualidade” dos relacionamentos familiares, 39,2% consideram como bom ou muito bom o relacionamento que mantêm com parentes que vivem na mesma cidade, enquanto 29,3% consideram este relacionamento ruim ou péssimo.” (BRASIL;MDS, 2009, p. 92-93)

mesmo invisível até para aqueles a sofre, é ainda assim determinante para que estas pessoas se encontrem nesta situação. Conforme a lição do velho Marx:

Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesmo. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. (MARX, 2008, p. 48)

Assumir que estas alegações sejam as verdadeiras raízes da questão equivale a ignorar que existe uma questão social. O que ocorre é que a verdadeira causa assume uma aparência necessária na forma de tragédias pessoais contingentes. O apagão de dados sobre as pessoas em situação de rua reforça a ideologia que individualiza a questão e favorece o preconceito.

Figura 5 - Discriminações sofridas



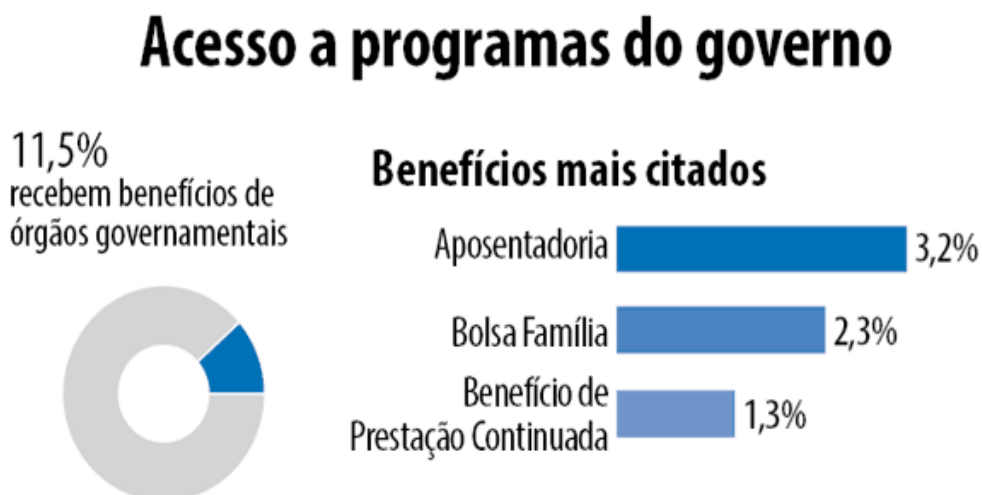
Pode-se notar que até mesmo nos órgãos públicos e nas redes de saúde estas pessoas sofreram preconceitos ou foram impedidas de acessar o serviço, o que em determinados casos, como a saúde, pode significar a diferença entre

a vida e a morte. No que tange aos documentos, o impedimento de obtê-los implica necessariamente na impossibilidade de acessar uma série de direitos e benefícios ou mesmo para conseguir uma mudança de situação.

Porcentagem significativa das pessoas em situação de rua (24,8%) não possuem quaisquer documentos de identificação. Menos da metade das pessoas possuem CPF (42,2%), carteira de trabalho (39,7%), certidão de nascimento ou casamento (37,9%) ou título eleitoral (37,9%). A situação é pouco mais favorável quando se trata de carteira de identidade, que 58,9% dos entrevistados possuem. (BRASIL; MDS, 2009, p.97)

Estes números em parte podem explicar por que estas pessoas não são alcançadas pelos programas governamentais, o que agrava a sua situação, como podemos observar na figura 3.

Figura 6 - Acesso a programas do governo



Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008

Como podemos observar 89% desta população não têm acesso aos programas governamentais. O Estado não existe ou é mínimo para a quase totalidade delas. Somente uma parte muito pequena (11%) consegue alcançar algum direito ou benefício. Chama a atenção o fato de que desta ínfima parte, a maior parcela seja de aposentados. Isso significa que são idosos que, depois de uma vida de trabalho, fazem jus a uma aposentadoria que não lhes permite viver sob a proteção de um teto. Assim, a sociedade que põe estas pessoas na rua é a mesma que não lhes dá as condições de saída.

De forma que o problema se torna crônico. Dentre as pessoas entrevistadas, 48% estão nas ruas há mais de 2 anos, sendo que cerca de 30% estão há mais de 5 anos, conforme tabela³² abaixo:

Tabela 3 - Pessoa em situação de rua segundo o tempo em que dorme na rua/albergue

Tempo	F	%
Menos de 1 mês	2.163	7,8
Mais de 1 mês até 6 meses	4.017	14,6
Mais de 6 meses até 1 ano	3.017	10,9
Mais de 1 ano até 2 anos	3.818	13,8
Mais de 2 anos até 5 anos	5.211	18,8
Mais de 5 anos	8.181	29,6
Desde que nasceu	365	1,3
Não sabe/Não lembra	583	2,1
Não Respondeu	292	1,1
Total	27.647	100,0

Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua – 2007/8

Se por um lado 89% dos trabalhadores negros que são lançados nesta situação não são alcançados por nenhuma política governamental, por outro são alcançadas pelo braço repressor do Estado. A pesquisa mostra que a maioria já passou por internações em instituições totais:

³² Esta tabela pode ser encontrada no documento **Rua: aprendendo a contar**: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, que apresenta o resultado do I Censo Nacional sobre a População em Situação de Rua.

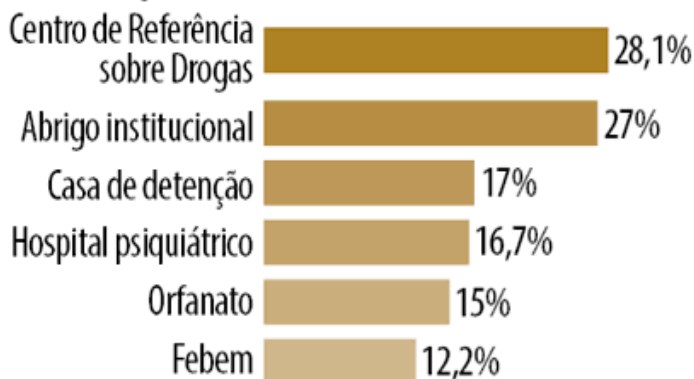
Figura 7 - Passagens por instituições públicas

Passagens por instituições públicas

60%
já foram internados
em pelo menos
uma instituição



Instituições mais citadas



Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008

Assim, 60% deles foram alcançados pela mão repressora do Estado em algum momento da vida – alguns dos quais antes mesmo de completar 18 anos. Parte da ideologia que individualiza o problema e culpa a vítima se concretiza em ação que se expressa nesses números.

Na sua dissertação de mestrado **De Braços Abertos: lumpemproletariado na rede neoliberal de controle**³³, Marcela Pontes mostra como, na sociedade capitalista, as instituições de controle social se diferenciam de acordo com a classe social. Se para o proletariado o trabalho, a religião e a própria família funcionam como instituições disciplinadoras, para aqueles que são considerados descartáveis pelo capital, aqueles para quem os métodos tradicionais falharam, as instituições de controle social são outras.

A fraseologia burguesa da “autoridade”, da “família” e da “cultura” é argamassa para formulações superestruturais de controle social. As instituições sociais, ao tentarem lidar com os

³³ Nesta pesquisa magistral, Marcela Pontes realiza uma “análise documental das políticas públicas implementadas no espaço da Cracolândia de São Paulo durante o período no qual o Governo Federal esteve sob o comando do Partido dos Trabalhadores – Governos de Luís Inácio da Silva e Dilma Rousseff (2003-2016)” (PONTES, 2017, p. 7). Tomando como referencial teórico o materialismo histórico dialético, a pesquisadora visa compreender os mecanismos de “controle social de Estado sobre a classe lumpemproletarizada da Cracolândia de São Paulo.” (ibidem, p.7)

problemas relacionados ao lumpemproletariado, identificam na perversão moral a causa da sua condição material de existência. Por isso, seus métodos definem que os valores familiares e os vínculos interrompidos, os vícios, as condutas desviantes, a indisciplina, etc. sejam os determinantes da posição do *lumpen* na divisão social do trabalho. A história mostra que variados tipos de instituições utilizaram métodos de reafirmação dos valores citados como forma de reabilitação dos alijados à ordem social. Desse modo, o que faltava era o planejamento da vida de acordo com os valores superestruturais – não teriam comportamentos higiênicos adequados, esclarecimento mínimo, socialização pertinente ao convívio coletivo, princípios morais sólidos, continência sexual, etc. A consolidação dos métodos de controle do *lumpen* caminha dialeticamente com a sua permanente reformulação – encontro pragmático-teórico que nunca enseja a transformação da lógica de funcionamento do capital. Ao falharem, as outras instituições de controle tomam a dianteira, resgatando a ideologia da disfunção biológica irreversível ou da garantia da lei, restando o encarceramento ou a eliminação. (PONTES, p. 33-34)

No caso da população encontrada na Cracolândia paulista, Pontes reconhece em sua situação uma flutuação entre a superpopulação relativa estagnada e o lumpemproletariado, conforme os conceitos desenvolvidos por Marx. A pesquisa de Pontes mostra como no capitalismo financeirizado velhas formas de controle social se refuncionalizam e assumem nova roupagem. Entretanto, esta população tem sido tradicionalmente alvo dos mais brutais modos de controle social - sendo talvez um dos seus exemplos mais pungentes o caso relatado por Daniela Arbex no livro **Holocausto Brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil**. No hospital psiquiátrico de Barbacena, cujo funcionamento perdurou por quase um século, foram encarcerados aqueles que não se encaixavam no modelo socialmente estabelecido; assim, prostitutas, mães solteiras, alcoolistas, desempregados, epiléticos, militantes políticos, homossexuais, etc. foram enviados aos lotes para serem sistematicamente torturados e por fim encontrar a morte.

Outro dado significativo da pesquisa nacional realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é a respeito da situação das mulheres. No livro **Rua: aprendendo a contar** há um capítulo especialmente dedicado ao tema. Neste capítulo intitulado Elas da rua: população em situação de rua e a questão de gênero, as pesquisadoras Júnia

Quiroga e Mariana Novo analisam os resultados quantitativos da pesquisa e se debruçam também sobre aspectos qualitativos.

As mulheres constituem 18% do universo das pessoas em situação de rua alcançado pela **I pesquisa nacional**. Em números absolutos, foram entrevistadas 4.964 mulheres. Segundo as pesquisadoras do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS),

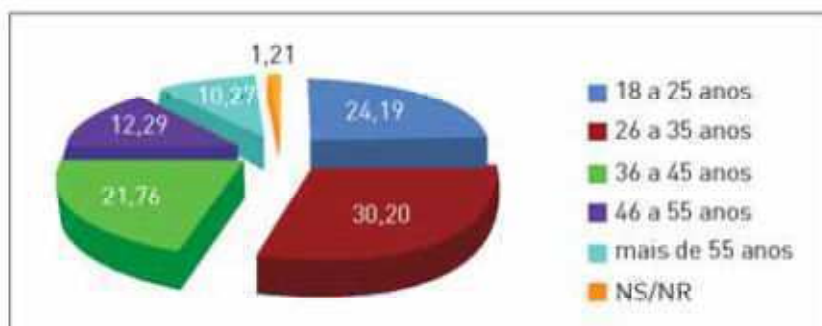
[e]sta diferença significativa não acontece por acaso. A vida na rua apresenta desafios muito intensos para a vida de uma mulher, em função de suas especificidades em relação aos homens. As obriga a lidar com uma realidade profundamente masculinizada e cheia de preconceitos, situação esta que se impõe de forma muito mais brutal do que os casos de violência e preconceitos vivenciados cotidianamente por grande parte das mulheres que não estejam em situação de rua. (BRASIL; MDS, 2009, p. 157)

Como são geralmente vistas como vítimas fáceis, estas mulheres adotam algumas estratégias de sobrevivência como utilizar vestimentas masculinas, a fim de evitar violências, sobretudo sexuais. Além disso, 20% delas se declararam responsáveis por alguma criança e/ou adolescente, contra apenas 4,3% dos homens. Ao lado disso, as mulheres têm que lidar com os estereótipos da mulher como “mãe” e como “cuidadora”, papéis que lhes são cobrados socialmente, inclusive pelos formuladores de políticas públicas, bem como os agentes do Estado. No que se refere aos benefícios assistenciais, 80% das mulheres nada recebem. Dentre os 20% de mulheres que recebem algum benefício, um pouco mais de 1/3 recebe bolsa família (34,2%), outra fração recebe aposentadoria (21,5%) e apenas 9% delas recebem o BPC. Apesar do paralelismo numérico, o texto nada informa a respeito do cruzamento de dados entre mulheres responsáveis por crianças e beneficiárias de programa de assistência. Qual o percentual de aposentadas cuida de crianças? Há mulheres que não recebem nenhum benefício e são responsáveis por crianças ou adolescentes? Em outras palavras, estes 20% de mulheres que declararam serem responsáveis por crianças são aqueles mesmo 20% que recebem algum benefício (bolsa família, aposentadoria ou BPC)?

As diferenças entre a população masculina e feminina são várias, mas mesmo naquilo em que se assemelham em termos numéricos, os significados

são diversos em termos qualitativos para os diferentes gêneros. Ao examinar a faixa etária, as pesquisadoras encontram certa semelhança de composição entre os gêneros. Ambos se encontram em idade produtiva, entre 18 e 55 anos, exceto pela ligeira tendência das mulheres em serem mais jovens. “Todavia, esta situação por si só implica em diferenças significativas entre os dois grupos, considerando-se o fato de o período reprodutivo feminino estar concentrado precisamente nesta faixa” (BRASIL; MDS, 2009, p.158).

Figura 8 - Mulheres em situação de rua por faixa etária

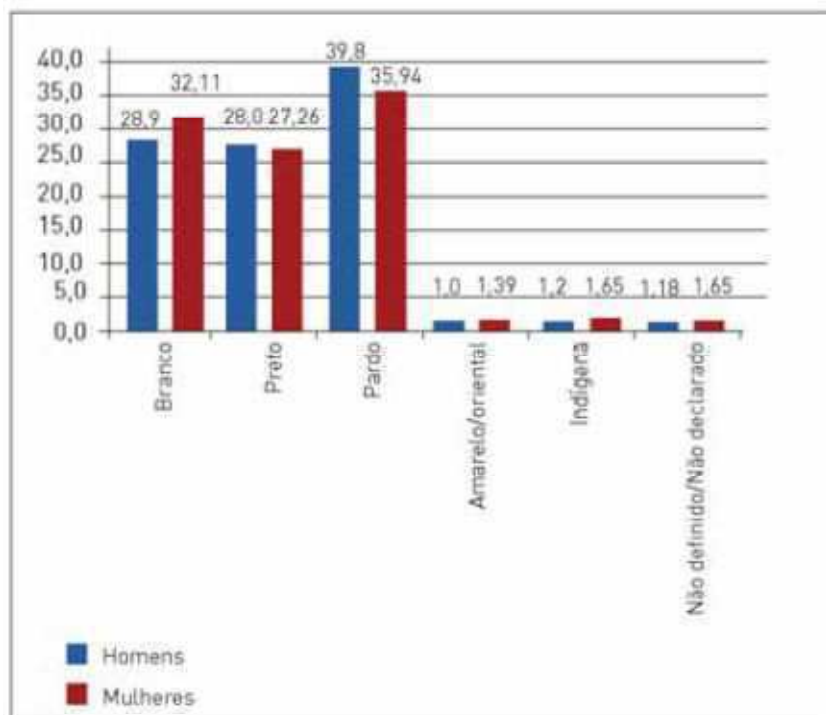


Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua - 2007/8

Dentre as diferenças significativas mesmo em termos numéricos, estas mulheres tendem a ser menos escolarizadas do que os homens. Enquanto 42,14% dos homens declararam ter estudado até a 4ª série do ensino fundamental, entre as mulheres este número sobe para 45,87%. Além disso, em comparação com os homens, mais mulheres não sabem ler e escrever: 21,87 % das mulheres contra 16,18% dos homens.

Quanto à raça/cor, a maioria das mulheres se autodeclarou parda (35%), em segundo lugar, branca (32,11%) e em terceiro, negra (27,26%). Negras e pardas somadas constituem um total de 63,2%.

Figura 9 - Mulheres e homens em situação de rua por raça/cor



Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua - 2007/8

No que tange à trajetória destas mulheres, um dado digno de nota é a passagem pelas chamadas instituições totais, sejam prisionais ou de saúde. Enquanto 15,9% dos homens afirmam terem estado internados em hospitais psiquiátricos, 21,4% das mulheres fizeram a mesma declaração. Por outro lado, “[a]s doenças que foram mais comumente informadas pelas entrevistadas são as de ordem psiquiátrica (9,0%), a hipertensão (8,3%), diabetes (8,3%), problemas de visão/cegueira (5,1%) e a aids (5,1%).” (BRASIL; MDS, 2009, p. 161) Note-se que há uma diferença significativa entre a porcentagem de mulheres que informaram ter alguma doença psiquiátrica (9,0%) e aquelas que já estiveram internadas em hospitais psiquiátricos (21%). Embora a pesquisa não levante esta hipótese, talvez estas mulheres tenham sido internadas em função da tendência social de considerar louca a mulher que não se encaixa nos padrões estabelecidos. Por fim, 20,5% delas estiveram em casas de recuperação de dependentes químicos em contraste com 29,5% dos homens.

No que se refere ao emprego com carteira assinada, a diferença salta aos olhos. Enquanto 52% dos homens afirmam já terem, em algum momento

de suas vidas, trabalhado com carteira assinada, este percentual cai pela metade no caso das mulheres entrevistadas, ou seja, 26% delas.

Em comparação aos homens, há mais relatos de mulheres que foram mais impedidas de entrar em locais públicos e de acessarem serviços essenciais.

Tabela 4 - Pessoas em situação de rua e lugares em que foram impedidas de entrar ou atividades que foram impedidas de realizar, segundo o sexo.

Locais em que foram impedidos de entrar ou atividades que não puderam realizar	% de Homens	% de Mulheres
Tratamento de Saúde	18	20,3
Transporte Coletivo	29,6	31
Shopping Center	31,1	32,6
Estabelecimentos Comerciais	31,9	31,4
Órgãos Públicos	21,7	21,9
Bancos	26,2	29,4
Tirar Documentos	13,8	14,4
Outro	1,4	0,9

Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua - 2007/8

Podemos depreender, portanto, que há inúmeras razões para se afirmar que a situação de rua é muito mais penosa para as mulheres do que para os homens e inclui aspectos próprios de violência e vulnerabilidade. O fato de elas estarem em número tão reduzido é um fator que agrava ainda mais as condições daquelas que se encontram nesta situação, uma vez que torna o ambiente predominantemente masculino. Por fim, há um último dado levantado pelas pesquisadoras que joga luz neste aspecto da questão. Ao serem questionadas pelos motivos de estarem nas ruas, estas mulheres deram respostas ligeiramente diferentes das dos homens, a saber: 22,56% delas indicou perda de moradia, 21,92% problemas familiares, 11,68% álcool e drogas, 8,8% desemprego. Estes números levaram as pesquisadoras a levantarem a hipótese bastante pertinente de que as mulheres só vão para as ruas em último caso, em virtude do alto custo que isso significa, e provavelmente a maioria suporta todo tipo de violência em casa sem que se decida a partir.

Esta pesquisa já tem 12 anos e é justo supor alguma defasagem nos dados seja pelo aumento da população em geral, seja pelas mudanças

políticas e econômicas pelas quais o país passou desde então. Além desta pesquisa, há um estudo mais recente do Instituto de Política Econômica Aplicada (IPEA), intitulado **Texto para discussão – Estimativa da população em situação de rua no Brasil**, realizado com base nos dados fornecidos pelo Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo SUAS)³⁴. Levando em conta o crescimento da população e valendo-se de informações disponibilizadas por 1.924 municípios, este estudo estimou aproximadamente 102 mil pessoas em situação de rua em 2015 no Brasil; apurou ainda que esta população está concentrada nas cidades mais populosas (cerca de 70% em cidades acima de 100 mil e 40% em cidades acima de 900 mil habitantes). Outro dado disponível é o Cadastro Único³⁵ para programas sociais do governo federal que na época da estimativa do IPEA contabilizava 48.351 pessoas em situação de rua cadastradas em todos os municípios brasileiros, mas este último se trata de um dado subestimado, uma vez que contempla somente a fração desta população que foi cadastrada. Ainda assim, o Cadastro registrou em fevereiro de 2020 um total de 140.207 famílias em situação de rua em todo o Brasil. Trata-se de um número considerável e que ultrapassa a estimativa calculada pelo IPEA em 2015. O gráfico abaixo mostra a seriação histórica dos registros a partir de agosto de 2012, quando apenas 7.358 famílias estavam incluídas:

³⁴ O Censo Suas é um instrumento eletrônico nacional de captação anual de informações institucionais de secretarias e conselhos estaduais e municipais de assistência social, bem como de equipamentos públicos, tais como os Centros de Referência da Assistência Social (Cras), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros POP). Cf. IPEA, 2016, p. 8

³⁵ O site do MDS traz as seguintes informações a respeito do Cadastro Único: “O Cadastro Único para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais.” Cf. <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/dados/dados>

Figura 10 - Famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único de 2012 a 2019

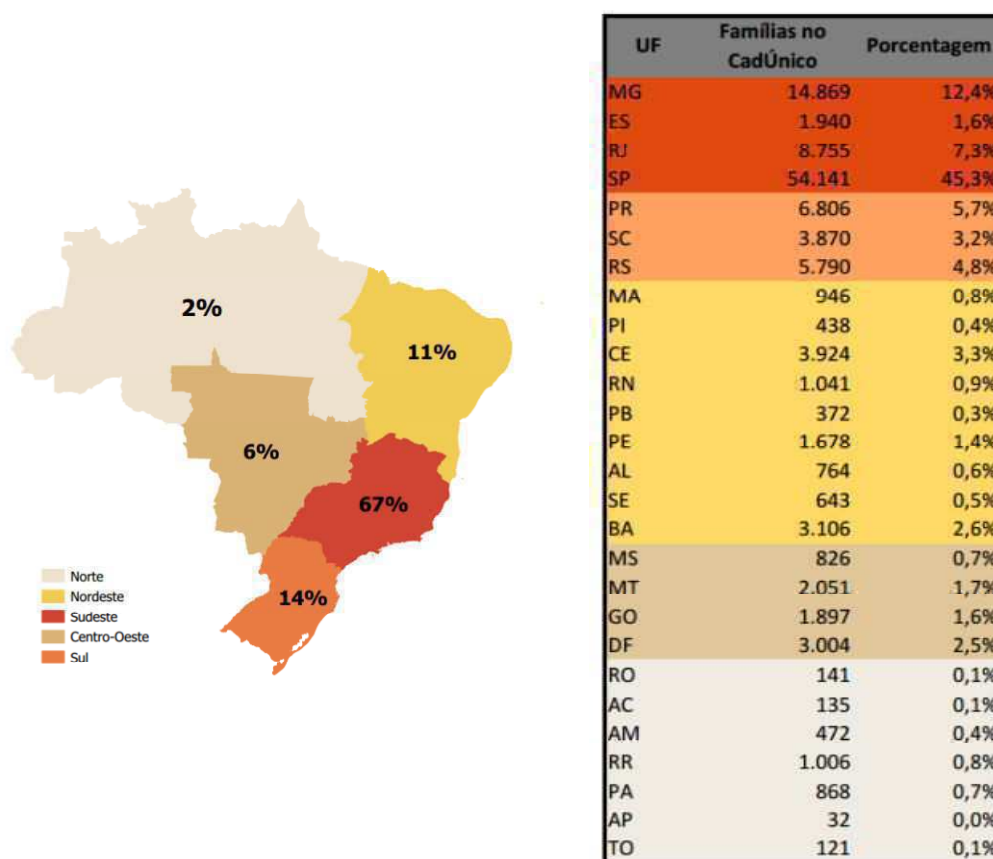


Este aumento expressivo do número de cadastrados, segundo o documento técnico publicado em 2019 pelo Ministério da Cidadania, **População em situação de rua no Brasil: o que os dados revelam?**, também é resultado de política pública elaborada a partir do I Censo Nacional sobre População em Situação de Rua.

Para aperfeiçoar o Cadastro Único na identificação de pessoas em situação de rua, em 2009 o Governo Federal lançou um formulário específico para a inclusão desse público no Cadastro Único: o Formulário Suplementar 2. O Censo Pop Rua subsidiou a elaboração das questões do Formulário Suplementar 2, assim como as ações de capacitação de entrevistadores do Cadastro Único, a fim de explicar as particularidades do cadastramento deste público e sensibilizar os participantes para esse tema. Cabe mencionar, ainda, que o Cadastro Único adotou o mesmo conceito de população em situação de rua definido pela Política Nacional. (BRASIL, 2019, p. 8)

Com este aperfeiçoamento, foi possível descobrir que a maior parte da população em situação de rua está concentrada na região sudeste (67%), predominantemente em São Paulo e em segundo lugar em Minas Gerais.

Figura 11 - Distribuição de Famílias em situação de rua no Cadastro Único – Brasil , 2019



Fonte: Brasil; Ministério da Cidadania. **População em situação de rua no Brasil: o que os dados revelam?**, Cadernos de monitoramento, 2019.

O documento do Ministério da Cidadania traz ainda as seguintes informações que confirmam o perfil desta população levantado pelo I Censo Nacional dez anos antes.

Das pessoas em situação de rua inscritas no Cadastro Único¹⁴, 89% são homens, 87% dormem na rua ou em albergues, 67% são pardos ou negros. As principais razões para viver na rua são: problemas com a família (27%), desemprego (23%), problemas com álcool ou outras drogas (19%), perda de moradia (13%). Apesar de haver uma diferença de dez anos, observa-se que as informações declaradas no Cadastro Único são compatíveis com os resultados do Censo Pop Rua. Vale destacar, ainda, que 98% das famílias em situação de rua no Cadastro Único são unipessoais. (BRASIL, 2019, p. 9)

Apesar disso, o mesmo problema de insuficiência de dados, pela ausência de Censo ocorre no âmbito local, de modo que não há números

oficiais exatos sobre a população em situação de rua na cidade de Franca. No artigo “Números enganosos sobre a população em situação de rua em Franca: Centro Pop” Israild Giacometti explica que

não se conhece o número das pessoas em situação de rua por não haver pesquisas a esse respeito. O que temos são os registros dos atendimentos do Centro Pop e do Abrigo Provisório, que não podem ser confundidos com o número total da população em situação de rua, posto que, obviamente, nem todos esses cidadãos recorrem a esses serviços. (Giacometti, 2017)

A imprensa da cidade chegou a noticiar que entre 2012 e 2016 este número teria saltado de 150 para mais de 800 pessoas. Como as reportagens a respeito não apresentavam as fontes de tais dados, o artigo em questão procura identificá-las a fim de discutir sua confiabilidade. A hipótese que a autora apresenta a este respeito é a de que a estimativa de 150 pessoas em situação de rua em Franca no ano de 2012 teria sido obtida a partir de uma pesquisa realizada naquele mesmo ano pela empresa Datalink Pesquisa de Mercado e Opinião, em parceria com a Secretaria de Ação Social, com o objetivo de traçar o perfil desta população. Segundo o relatório da pesquisa, foram abordadas 202 pessoas, das quais 182 concordaram em ser entrevistadas. Destas entrevistas, 26 foram descartadas por conta de inconsistências no preenchimento do formulário, de modo que, no final, foram tabulados apenas 152 formulários. A estimativa apresentada pela imprensa teria sido então obtida pelo arredondamento deste último número. Não é difícil ver como tal estimativa não pode ser aceita. Com efeito, o relatório da pesquisa de 2012 aponta que este número é apenas uma amostra de um universo mais amplo. Além disso, ele afirma que esta amostra seria “representativa do universo considerado”, porém não dimensiona de forma alguma este universo (Giacometti, 2017), de modo que tal afirmativa fica desprovida de sentido.

A estimativa para o ano de 2016, por sua vez, teria sido obtida a partir do número de atendimentos do Centro POP. Ora, em termos de local de residência o Centro POP atende duas categorias de pessoas, a saber, moradores de Franca e migrantes itinerantes que estão de passagem pela cidade e buscam auxílio para continuar a viagem. De acordo com os dados de

2016, a cada mês foram atendidas em torno de 300 pessoas pertencentes à primeira categoria. Embora mudassem as pessoas atendidas, este número permanecia estável desde 2014. Os migrantes itinerantes, por sua vez, corresponderam a 500 atendimentos ao longo do ano de 2016. O segundo número mencionado pelas reportagens teria sido obtido através da soma dos 300 atendimentos a moradores de Franca com 500 atendimentos a migrantes itinerantes, pela qual se obtém o total de 800 atendimentos. Novamente, é fácil ver porque este número não pode ser aceito. Em primeiro lugar, o número de atendimentos a moradores de Franca é mensal, enquanto que o de atendimento a migrantes é anual. Além disso, embora no momento em que foram atendidos os migrantes estivessem na cidade, o fato de que eles estivessem em trânsito impossibilita que eles sejam considerados um elemento que comporia uma população estável.

Entretanto, a carência de dados abre espaço para manchetes equivocadas que induzem a população a considerar que há 800 pessoas nas ruas de Franca e que 62% destas pessoas em situação de rua são migrantes.³⁶ Mais ainda, leva o público a crer que os equipamentos sociais voltados para o atendimento destas pessoas são algum tipo de “polo de atração”.

A pesquisa realizada em 2012 pela empresa Datalink tinha por finalidade subsidiar o Plano Municipal de Atenção e Amparo ao Morador de Rua. O plano, que surgiu na esteira da Política Nacional para a População em Situação de Rua³⁷ pelo Governo Federal publicada em dezembro de 2009, previa a implantação do Centro POP (especializado em pessoas em situação de rua), cuja inauguração ocorreu em 2013, o consultório na rua, a reforma do abrigo provisório, o programa de busca ativa, o cadastramento de pessoas em situação de rua no Cadastro Único, entre outras medidas³⁸. Mas o relatório final da pesquisa não foi disponibilizado.

Na página da Secretaria de Assistência Social de Franca, as informações também são bastante escassas. Apenas no Plano Municipal de Assistência Social de Franca [2018-2021], especificamente no item dedicado

³⁶ Cf. <https://gcn.net.br/noticias/346435/franca/2017/03/62-dos-moradores-de-rua-de-franca-sao-migrantes>

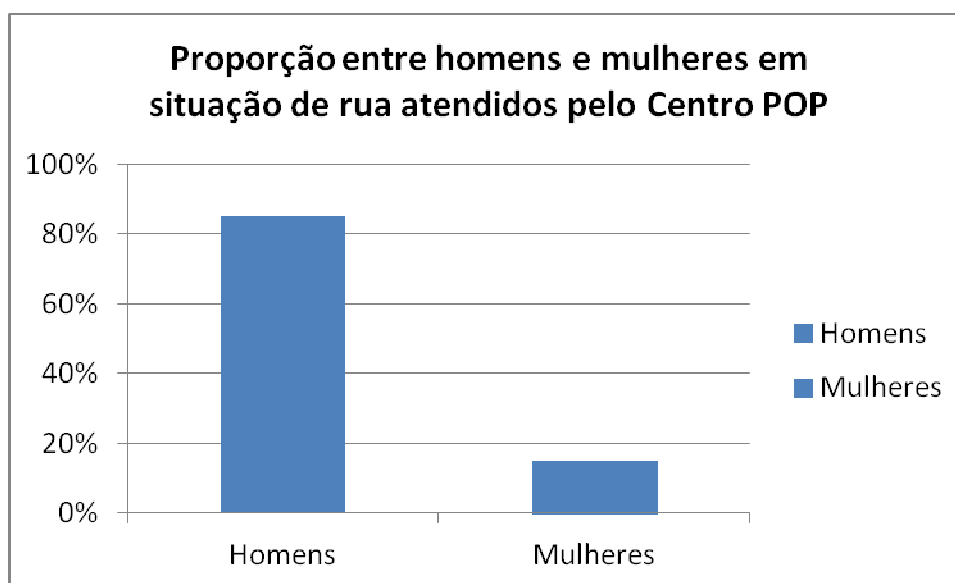
³⁷ Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm

³⁸ Segundo informações do Plano Municipal de Assistência Social, as unidades do CRAS e CREAS do município datam de 2005. São 5 unidades de CRAS e 2 de CREAS.

ao Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), foram encontrados dados sobre a população em situação de rua de Franca. Deve-se levar em conta, porém, que estes dados se referem às pessoas atendidas pelo Centro POP e, portanto, não representam todo o universo da população em situação de rua de Franca. Segundo o Plano Municipal, desde a sua inauguração em 2013 até junho de 2017, o Centro POP já cadastrou 2.370 pessoas, dentre munícipes, migrantes e itinerantes.

Assim os dados presentes no Plano Municipal permitem-nos traçar uma imagem a respeito dos seguintes elementos compositores do perfil da população em situação de rua (PRS) atendida pelo Centro POP de Franca: gênero, raça/etnia e educação. É importante lembrar, porém, que não se trata de uma caracterização exaustiva e que dê conta de todo o universo, mas é uma amostra a partir das pessoas atendidas pelo Centro POP.

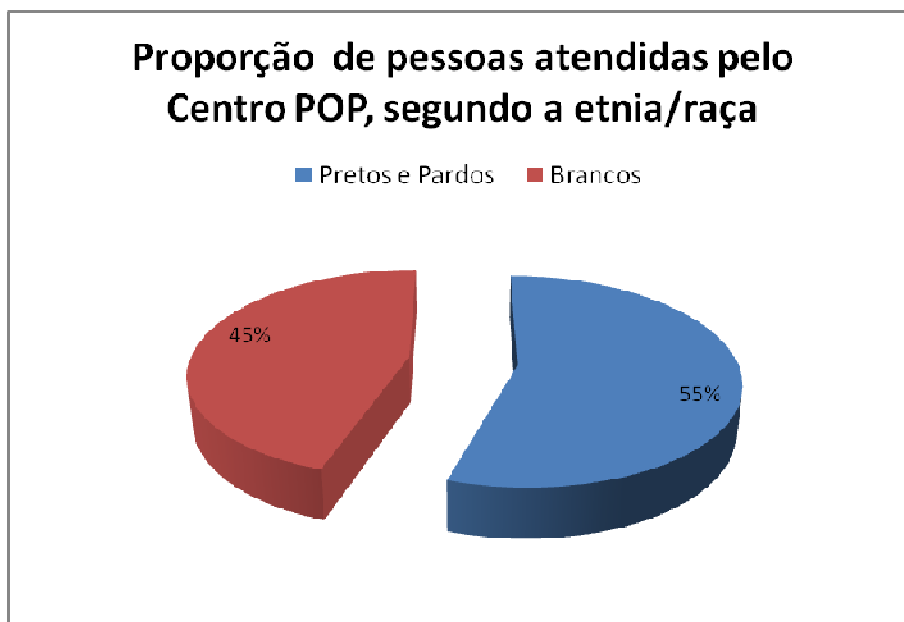
Figura 12- PSR atendida pelo Centro POP, segundo o gênero



Fonte: Plano Municipal de Assistência Social [2018-2021], Prefeitura Municipal de Franca, 2018.

No que diz respeito à proporção entre homens e mulheres, a população em situação de rua (PSR) atendida pelo Centro POP de Franca não discrepa dos dados encontrados na Pesquisa Nacional.

Figura 13 - PSR atendida pelo Centro POP, segundo a etnia/raça



Fonte: Plano Municipal de Assistência Social [2018-2021], Prefeitura Municipal de Franca, 2018.

No caso da etnia, os dados são bastante distintos da Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Enquanto o Centro POP de Franca registra o atendimento de 55 % de autodeclarados pretos ou pardos a Pesquisa Nacional registra 67%. Ainda sim, a população negra ainda constitui uma maioria significativa.

O documento ainda informa ainda que “a maioria é solteira e possui Ensino Fundamental Incompleto”, o que é convergente com os dados nacionais. As informações adicionais sobre o Centro POP contidas no documento são as seguintes:

A maior procura pelo atendimento na unidade se dá de forma espontânea, seguida de encaminhamentos da rede e do serviço de abordagem social. No Centro Pop os mesmos são referenciados e podem participar da rotina proposta pelo serviço. Para pernoitar os usuários são encaminhados ao Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias – “Abrigo Provisório”, e para aqueles que estão de passagem no Município são encaminhados ao Centro de Apoio ao Migrante. Os desafios são inúmeros, a composição da equipe técnica, enfrentamento do conservadorismo local, aprimoramento do atendimento a esta população, bem como a intersetorialidade entre as políticas públicas, especialmente a assistência social e saúde. Desde o início de suas atividades, o Centro POP foi alvo de inúmeras críticas, preconceitos e discriminação, por parte da sociedade e da mídia local. Há uma luta cotidiana do órgão gestor em manter o funcionamento desta unidade, por

outro lado, uma resistência da ala conservadora da sociedade, que não reconhece a relevância social do trabalho. Esta questão, aliada às características do público-alvo, traz a responsabilidade de romper com a invisibilidade desta população. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA; SAS, 2018, p.57)

Assim, no que se refere à pesquisa mais abrangente, mesmo em âmbito local, o que se tem de mais substancial ainda é a informação obtida no **I Censo e Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua** de 2007/2008, a cujos microdados, contendo informações a respeito da cidade de Franca, felizmente pudemos ter acesso, uma vez que se encontram disponíveis no site do MDS até presente data.³⁹

Examinando estes dados é possível obter algumas informações que ajudam a compreender melhor a composição da população em situação de rua em Franca, sobretudo quando eles são comparados com os dados nacionais.

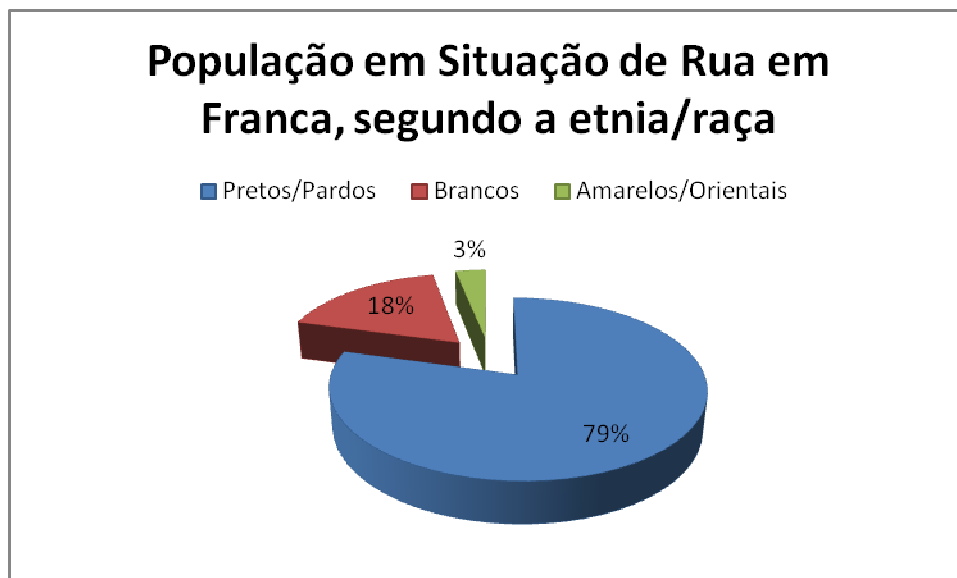
Quando passou por Franca há 13 anos, a equipe do I Censo abordou 78 pessoas. Destas, 63 concordaram em responder ao Censo, enquanto 15 se recusaram. Como ainda não havia o Centro POP, as abordagens ocorreram nas ruas, nas praças, na rodoviária e principalmente no abrigo provisório. Os dados abaixo se referem a esta amostra de 63 pessoas pesquisadas.

No que respeita à origem, o que a pesquisa revelou é que maior parte desta população era natural da cidade de Franca (25 pessoas) ou oriunda de municípios do estado de São Paulo (24); somente uma pequena parcela (14) era proveniente de outros estados, sendo doze pessoas de Minas Gerais, uma do Rio Grande do Sul e uma de Sergipe. Assim sendo, 77,7% da amostra era natural de Franca ou do estado de São Paulo.

Como no resto do país, esta população é em sua maioria (98,4%) composta por homens (a pesquisa só registra uma mulher). Quanto à etnia/raça, 18 se declararam negros, 32 pardos, 11 brancos e 2 amarelos/orientais. Ao somarmos pretos e pardos, temos um total de 79, 3%, superior, portanto, ao percentual nacional de 67% verificado na mesma pesquisa.

³⁹ Os microdados de todas as cidades pesquisadas estão disponíveis para consultar e baixar no seguinte endereço: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/listas.php?tp=pesquisa&stk=ano&id=24>

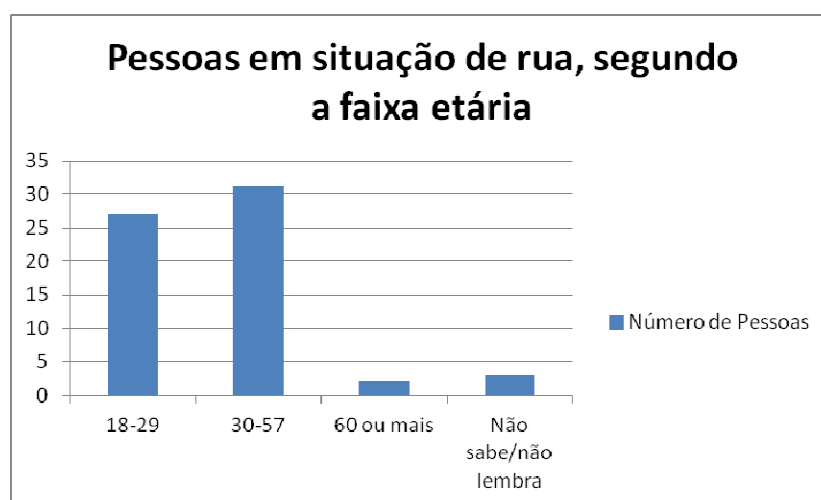
Figura 14 - População em Situação de Rua, segundo a etnia/raça



Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (microdados), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008.

A análise da faixa etária revelou a seguinte composição: 27 pessoas eram jovens entre 18 a 29 anos, 31 pessoas eram adultas entre 30 e 57 anos e, por fim, 2 pessoas maiores de 60 anos. Em termos percentuais, a faixa primeira faixa, considerada como juventude, representa 42,85% da amostra, a faixa da população adulta, 49,2% e os idosos, 3,17%.

Figura 15 - Pessoas em situação de rua vivendo na cidade de Franca, segundo a faixa etária



Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (microdados), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008.

Na tabela abaixo é possível verificar os dados extraídos do I Censo e Pesquisa Nacional com mais detalhe:

Tabela 5 – População em situação de rua vivendo na cidade de Franca, segundo a idade

População em situação de rua na cidade de Franca, segundo a idade	
Idade	número de pessoas
18	2
19	3
20	1
21	2
22	2
23	4
24	3
25	1
26	1
27	4
28	2
29	1
30	1
33	4
35	2
36	1
37	1
38	2
39	3
40	1
41	3
42	1
44	3
45	2
47	1
48	2
49	2
55	1
57	1
62	1
65	1
Não sabe/não lembra	3

Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (microdados), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008.

A pesquisa também procurou caracterizar o fluxo migratório, verificando se as pessoas eram provenientes de área/zona rural ou urbana:

Tabela 6 - População em situação de rua na cidade de Franca, segundo a área/zona de origem

População em situação de rua na cidade de Franca, segundo a característica da área de origem			
Urbana	Rural	Não se aplica/sempe viveu na cidade atual	Total
36	2	25	63

Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (microdados), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008.

Com relação aos motivos, a resposta mais frequente foi problemas com o pai (17 pessoas), em segundo lugar, separação (12 pessoas), em terceiro desemprego (9 pessoas) e empatados em quarto lugar perda de moradia (7 pessoas) e álcool/drogas (7 pessoas). Em termos de porcentagem, temos que 26,98% dos entrevistados responderam problemas com o pai, 19,04% separação, 14,28% desemprego, 11,11% perda de moradia e 11,11% álcool e drogas. Cruzando os dados com os dados de origem, obtemos a seguinte tabela:

Tabela 7 - Causas autodeclaradas x Lugar de origem

Lugar de origem		Sempre viveu no município atual	Município do estado atual	Município de outro estado			Total
				MG	SE	RS	
Motivo declarado para estar em situação de rua	Alcoolismo/ Drogas	1	3	3			7
	Ameaça/ Violência	1					1
	Desemprego	1	2	6			9
	Não respondeu		1		1		2
	Não sabe/não lembra		1				1
	Perda de moradia	4	1	2			7
	Preferência/opção	3					3
	Problemas com o pai	9	8				17
	Outro	1	1			1	3
	Separação/decepção	5	7				12
	Trabalho			1			1
	Total	25	24	12	1	1	63

Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (microdados), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008.

No que tange à escolaridade desta população, os dados de Franca não fogem à regra nacional. A pesquisa revelou uma população majoritariamente de baixa escolaridade: 6 pessoas afirmaram nunca ter estudado; 23 pessoas estudaram até a 4ª série do primeiro grau; 25 pessoas estudaram até a 8ª série do primeiro grau, sendo que apenas 4 delas completaram a 8ª série; 07 chegaram a cursar o 2º grau e destes, 3 chegaram ao último ano. Somente duas pessoas não sabiam ou não quiseram responder. Os números revelam que a esmagadora maioria não chegou a completar o ensino fundamental. Dentre aqueles que chegaram a frequentar a escola, excluídos os que completaram a 8ª série do primeiro grau, chegamos ao número de 44 pessoas com primeiro grau incompleto. Em termos percentuais, 69,84% destas pessoas não chegaram à 8ª série do primeiro grau (atualmente, ensino fundamental) e se a este número forem somados aqueles que nunca estudaram, chegamos a 79,3%, revelando que a escolaridade é um fator relevante a ser considerado para a compreensão desta situação.

Na tabela abaixo são relacionados os números absolutos por série ou ano. Nela é possível verificar com mais detalhes a distribuição por ano cursado e por nível de escolaridade atingido.

Tabela 8 – População em situação de rua na cidade de Franca, segundo a escolaridade

Pessoas em situação de rua na cidade de Franca, segundo a escolaridade	
Escolaridade	Número de pessoas
Nunca estudou	6
1º série do 1º grau	3
2º série do 1º grau	5
3º série do 1º grau	6
4º série do 1º grau	9
5º série do 1º grau	11
6º série do 1º grau	2
7º série do 1º grau	8
8º série do 1º grau	4
1º ano do 2º grau	2
2º ano do 2º grau	2
3º ano do 2º grau	3
Não sabe/ não lembra	1
Não respondeu	1
Total	63

Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (microdados), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008.

A pesquisa também realizou o levantamento do modo como estas pessoas obtêm renda para o próprio sustento, bem como o tipo de atividade que exercem. Embora o percentual de pessoas que pedem dinheiro seja elevado (30%), a maior parte trabalha (53%), sendo que um deles afirmou exercer a atividade de sapateiro. As atividades são inúmeras: a) trabalhador rural; b) catador de material reciclável; c) carregador, d) flanelinha; e) trabalhador da construção civil; f) vendedor. Apenas uma pessoa declarou receber benefício do governo (LOAS), por ser portador de deficiência visual.

Tabela 9 - População em situação de rua, segundo a origem da renda

População em situação de rua da cidade de Franca, segundo a atividade exercida/origem da renda		
Atividade/origem da renda	Número de pessoas	Porcentagem
Benefícios do governo	1	1,6%
Bico/biscate	1	1,6%
Carregador/estivador	2	3,2%
Catador de material reciclável	10	15,9%
Construção civil/pedreiro	3	4,7%
Cuida de carros/flanelinha	5	7,9%
Mantido por instituição/albergue	1	1,6%
Nada/desempregado	6	9,5%
Não respondeu	2	3,2%
Outros	2	3,2%
Pede dinheiro	19	30,1%
Trabalho rural	4	6,3%
Vendas	7	11,1%
Total	63	100%

Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (microdados), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008.

O perfil da população em situação de rua que vive na cidade de Franca não difere muito do perfil nacional, exceto pelo percentual maior de negros e pela quantidade de pessoas que declararam pedir dinheiro como forma de auferir renda. No geral, são jovens ou jovens adultos, 63,4% na faixa entre 22 a 44 anos, de baixa escolaridade (79,3% não completaram o ensino fundamental), a esmagadora maioria é composta por homens (98,4%) e negros (79,3%). Trata-se ainda de uma população originalmente urbana, em geral da própria cidade de Franca ou de municípios do estado de São Paulo (77,7%). Chama atenção ainda o fato de que a maioria trabalha (53%). São dados significativos, mas que infelizmente foram colhidos há mais de 10 anos.

Quanto ao Cadastro Único⁴⁰ do Governo Federal, podemos encontrar mais algumas informações a respeito desta população em Franca. Felizmente, a plataforma do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome permite o acesso a determinadas informações por município. Porém, como já foi mencionado anteriormente, não podemos supor que o número de pessoas cadastradas corresponde à totalidade da população em situação de rua em Franca.

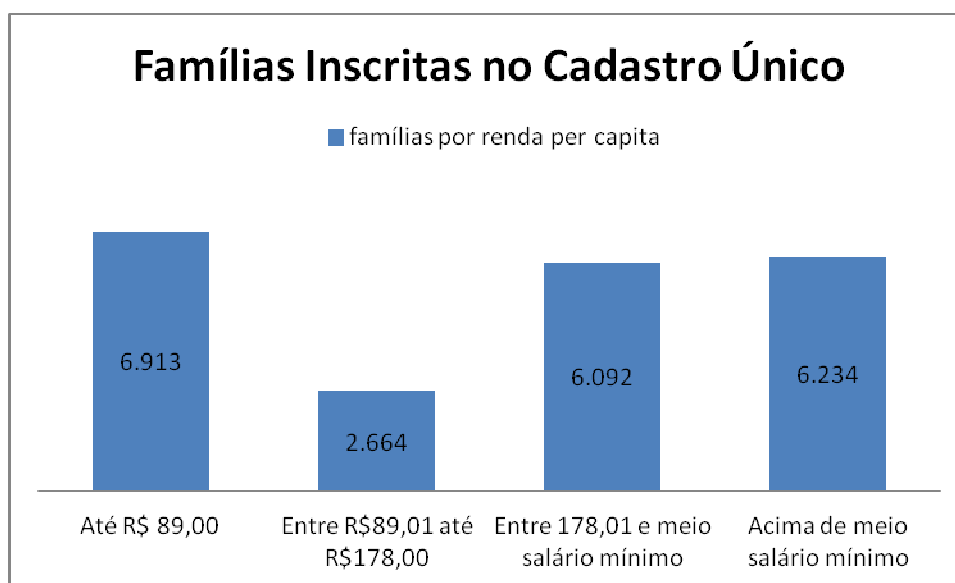
Assim, as informações públicas disponíveis no site do Governo Federal são as seguintes:

No Município, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em dezembro de 2019 era de 21.903 dentre as quais:

- 6.913 com renda per capita familiar de até R\$ 89,00;
- 2.664 com renda per capita familiar entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00;
- 6.092 com renda per capita familiar entre R\$ 178,01 e meio salário mínimo;
- 6.234 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

Ao transpor estes números para um gráfico temos a seguinte configuração:

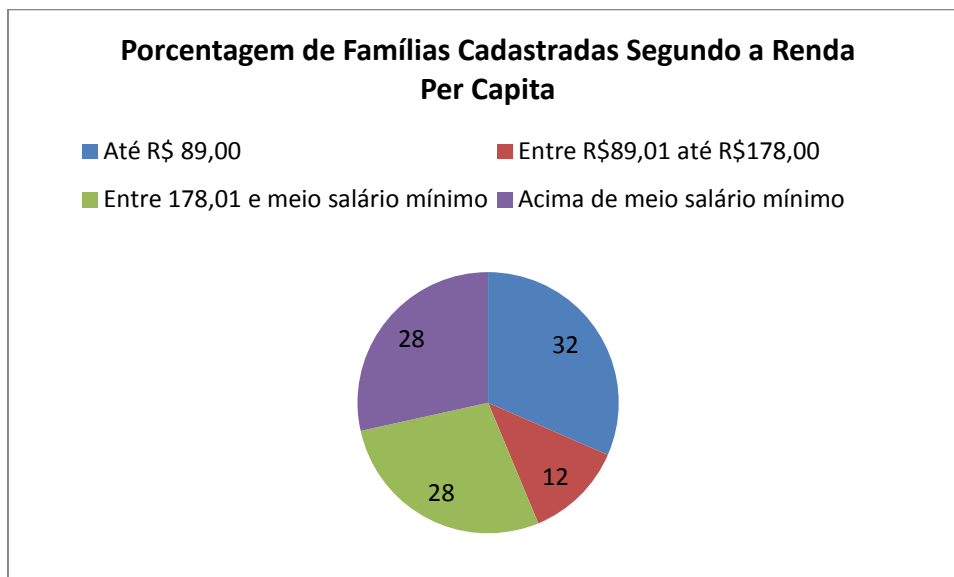
Figura 16 - Famílias Inscritas no Cadastro Único, segundo a renda per capita



⁴⁰ Cf. <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/dados/dados>

Em termos de porcentagem, a maior fatia está na menor faixa de renda de até R\$ 89,00, o que corresponde a 31,56 % das famílias cadastradas. São 15.669 famílias com renda per capita até meio salário mínimo, ou seja, 72%.

Figura 17- Porcentagem de famílias Cadastradas, segundo a renda per capita



Com relação ao Programa Bolsa Família, o Cadastro Único traz os seguintes dados do município de Franca:

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência de renda condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de março de 2020, 6.173 famílias, representando uma cobertura de 74,0% da estimativa de famílias pobres no município [de Franca]. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 184,00 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 1.135.810,00 no mês. (BRASIL; MDS, 2020)

Observando os dados mais atentamente, podemos verificar que, de acordo com o Censo de 2010, apenas 16.379 famílias são consideradas de baixa renda⁴¹, e cerca de metade destas seriam famílias pobres, avaliadas

⁴¹ População de baixa renda, para efeito de classificação no Cadastro Único, é definida pelo Decreto 6.135/2007 nos seguintes termos:

“Art. 4º Para fins deste Decreto, adotam-se as seguintes definições:

I - família: a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio.

como estando dentro do perfil requerido para receber o benefício do Programa Bolsa Família. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, “atualmente, são elegíveis ao PBF, as famílias que tenham: cadastros atualizados nos últimos 24 meses; e renda mensal por pessoa de até R\$ 89,00 ou renda mensal por pessoa de R\$ 89,01 a R\$178,00, desde que possuam crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos em sua composição”⁴².

Figura 18 - Famílias de Baixa Renda e Famílias perfil PBF de Franca, segundo o Cadastro Único

Estimativas		
		Mês Referência
Estimativa de famílias de baixa renda - Perfil Cadastro Único (Censo 2010)	16.379	2010
Estimativa de famílias pobres - Perfil Bolsa Família (CENSO 2010)	8.338	2010

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Cadastro Único

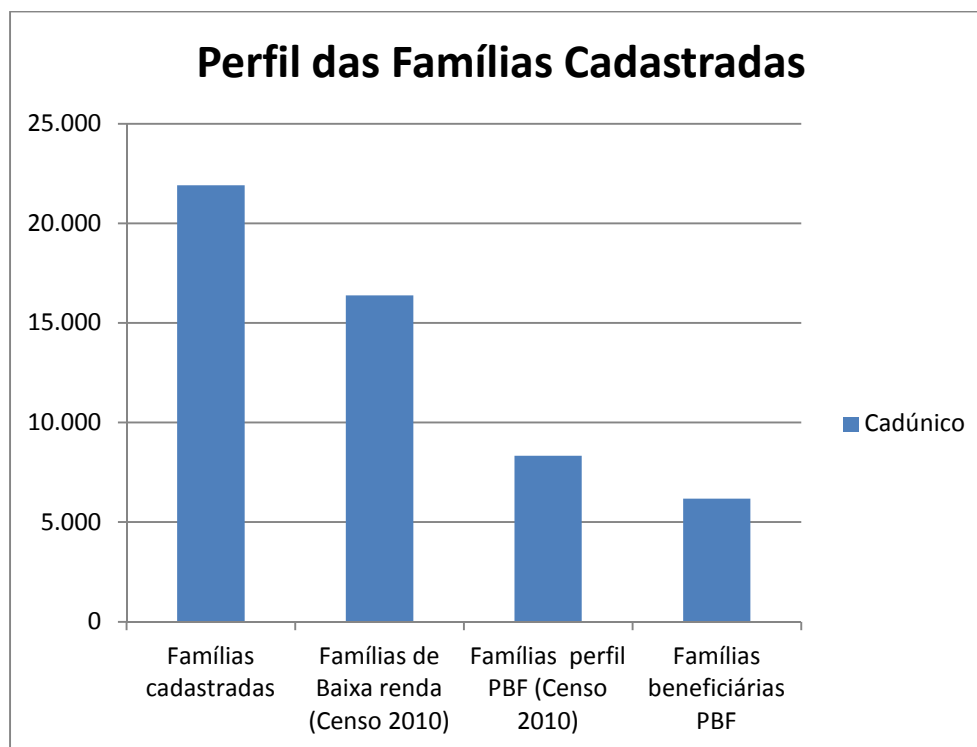
Assim, a cobertura de 74% mencionada na citação acima se refere à estimativa de 8.338 famílias consideradas dentro do perfil, segundo o Censo de 2010. A cobertura não é calculada pelo cadastro, e sim a partir de uma estimativa baseada no Censo de 2010. No gráfico abaixo é possível visualizar melhor a diferença:

II - família de baixa renda: sem prejuízo do disposto no inciso I:

a) aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo; ou
 b) a que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos;” Cf. Decreto 6.135/2007
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6135.htm

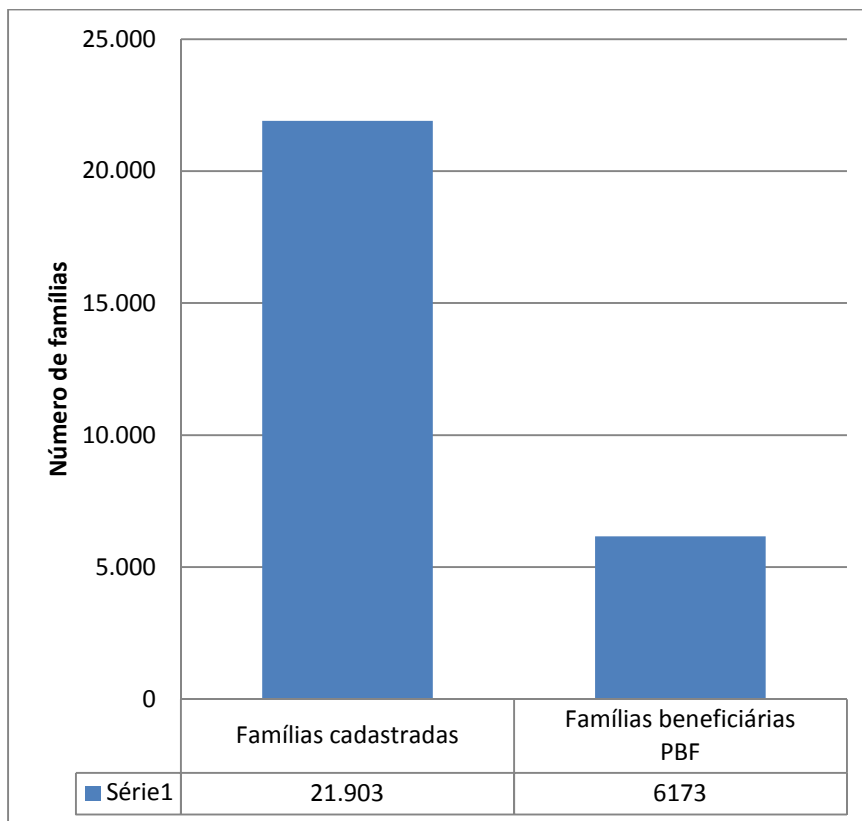
⁴² Cf. <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/relatorio-completo.html>

Figura 19- Perfil das Famílias, segundo o Cadastro Único



Assim, é possível ver que somente uma fração do total de famílias cadastradas são realmente beneficiadas pelo Programa Bolsa Família: cerca de 28,1% das 21.903.

Figura 20 – Comparativo entre Famílias Cadastradas e Famílias que recebem Bolsa Família



Deve-se, entretanto, levar em consideração que apenas 17.672 famílias atualizaram seus dados nos últimos dois anos, sendo que destas últimas 12.669 têm renda mensal até meio salário mínimo. Deve-se ainda salientar que “as **6.173 famílias** beneficiárias do Bolsa Família equivalem, aproximadamente, a **4,84%** da população total do município, e inclui **3.133 famílias** que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza”⁴³, segundo dados oficiais.

Ainda de acordo com o Cadastro Único, considerando um universo de 21.903 famílias cadastradas, 467 estão em situação de rua, o que corresponde a 2,13% do total. Destas 467 famílias, 259 recebem bolsa família (55,46% nesta situação). Feitas as contas, chega-se à conclusão de que as famílias em situação de rua que recebem Bolsa Família representam apenas 1,18% do total das famílias cadastradas. Mesmo que consideremos apenas as 6.173 famílias efetivamente beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF), temos que aquelas que estão em situação de rua representam apenas 4,19% dos que são

⁴³ Informação obtida no relatório sobre o município de Franca extraído do Cadastro Único e que está disponível no site do MDS. <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/dados/dados>

atendidos pelo PBF. Atente-se que a contabilização aqui é feita por família e não pessoas.

Figura 21 - Quadro comparativo: Famílias beneficiárias do PBF e Famílias em situação de rua

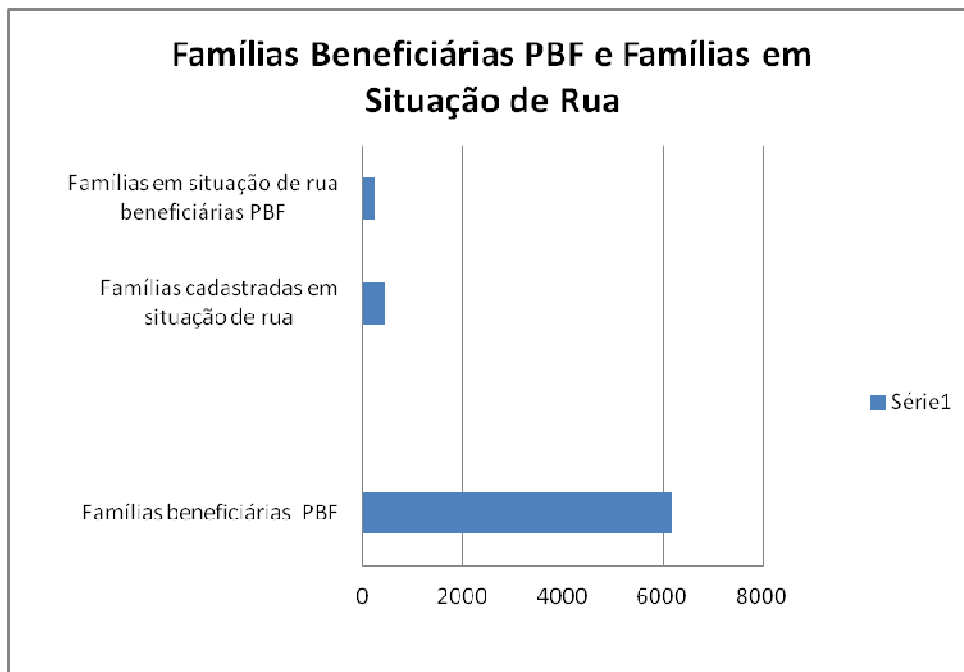
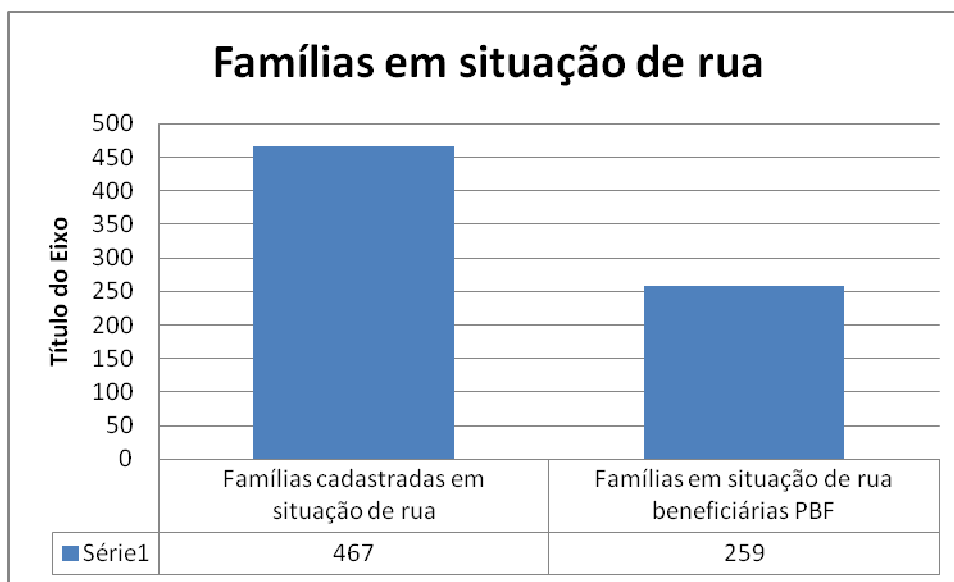


Figura 22 - População em situação de rua cadastrada X PSR beneficiada pelo PBS



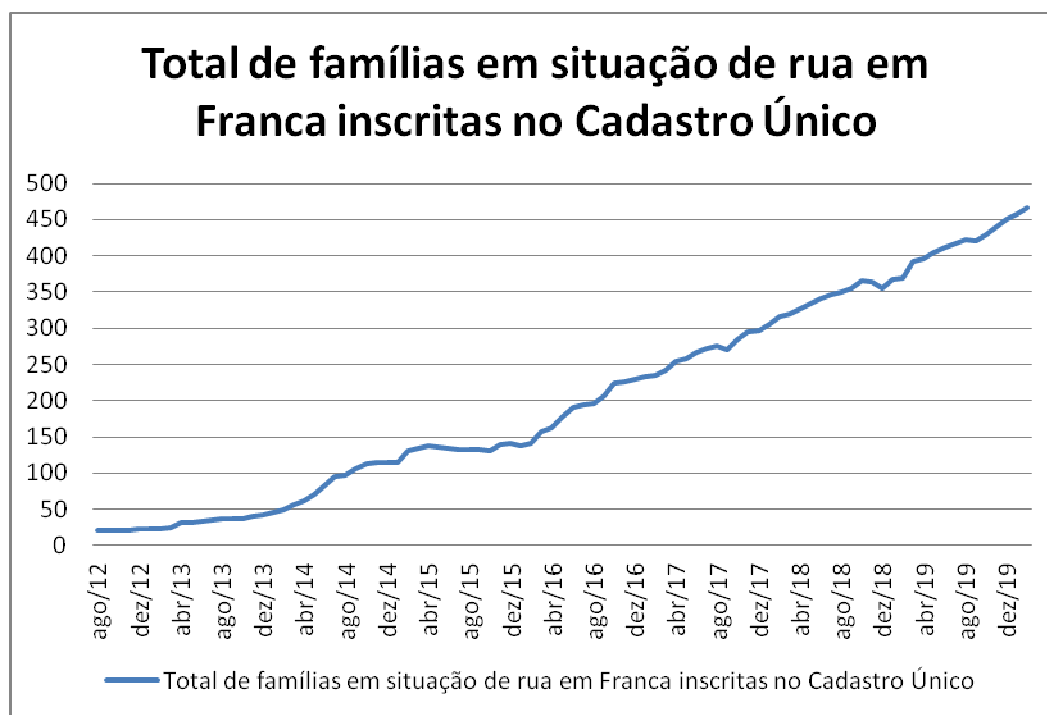
Infelizmente, o Cadastro Único não informa o número de pessoas em situação de rua cadastradas e/ou nem beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. No cadastro, há a contabilização de pessoas, mas apenas a partir de

outras características ou situações como sexo, idade, escolaridade, composição familiar etc.⁴⁴

Por outro lado, no Cadastro, é possível pesquisar pela série histórica, a partir de 2012, e obter o número de famílias em situação rua cadastradas ao longo do tempo no país ou no município e ainda selecionar algumas características.

Assim, na cidade de Franca, o Cadastro Único registrou um aumento na quantidade de famílias em situação de rua cadastradas ao longo dos anos. Apesar de ser um indicativo, a partir destes dados específicos não é possível inferir sem mais que houve um aumento de famílias nesta situação neste período. Há outros fatores que interferem nestes números; podemos levantar como hipótese, por exemplo, o aumento da cobertura do cadastro. O cadastramento não substitui o Censo, mas ainda assim fornece algumas informações importantes e permite algumas inferências.

Figura 23 - Famílias em situação de rua em Franca inscritas no Cadastro Único - evolução histórica

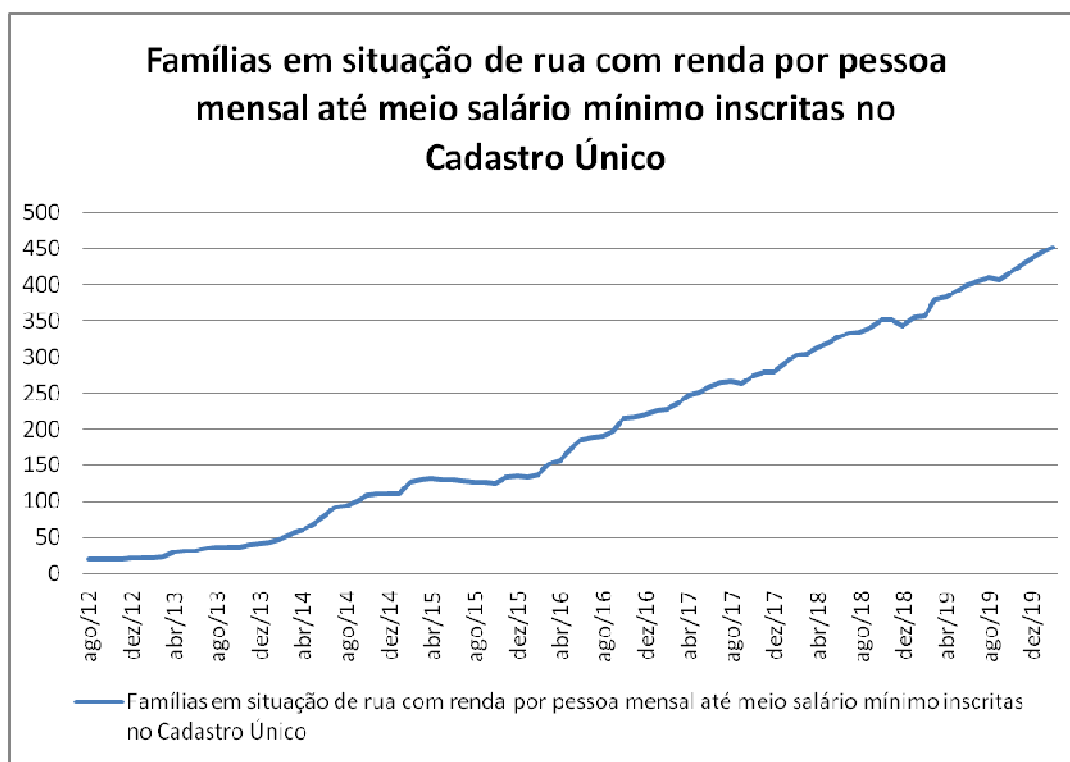


Os dados nos permitem afirmar, por exemplo, que em agosto de 2012 havia no mínimo 20 famílias em situação de rua em Franca e que em fevereiro

⁴⁴ Informações para pesquisadores a partir destes cortes podem ser encontradas neste link: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/data-explorer.php#>

de 2020 há certamente pelo menos 467 famílias nesta situação⁴⁵. De forma que o aumento dos registros foi da ordem de 20 vezes em 8 anos, seguindo a tendência nacional. É possível constatar também que a partir de 2014 os registros ultrapassaram 50 e passou a se delinear um processo de ascensão e a partir de abril de 2016 o gráfico passou a ter uma linha ascensional mais definida e mais abrupta; apesar dos pequenos períodos de queda, estes não foram significativos o suficiente para modificar a tendência geral. Estas informações devem ser complementadas com outras fontes que podem servir como baliza. Sabemos que em 2012 a Datalink já havia entrevistado 200 pessoas em situação de rua (10 vezes mais as cadastradas naquele ano) e que o Centro POP, desde a sua inauguração em 2013, atende um número mais ou menos constante de cerca de 300 pessoas por mês.

Figura 24 - Famílias em situação de rua com renda mensal per capita de até meio salário mínimo

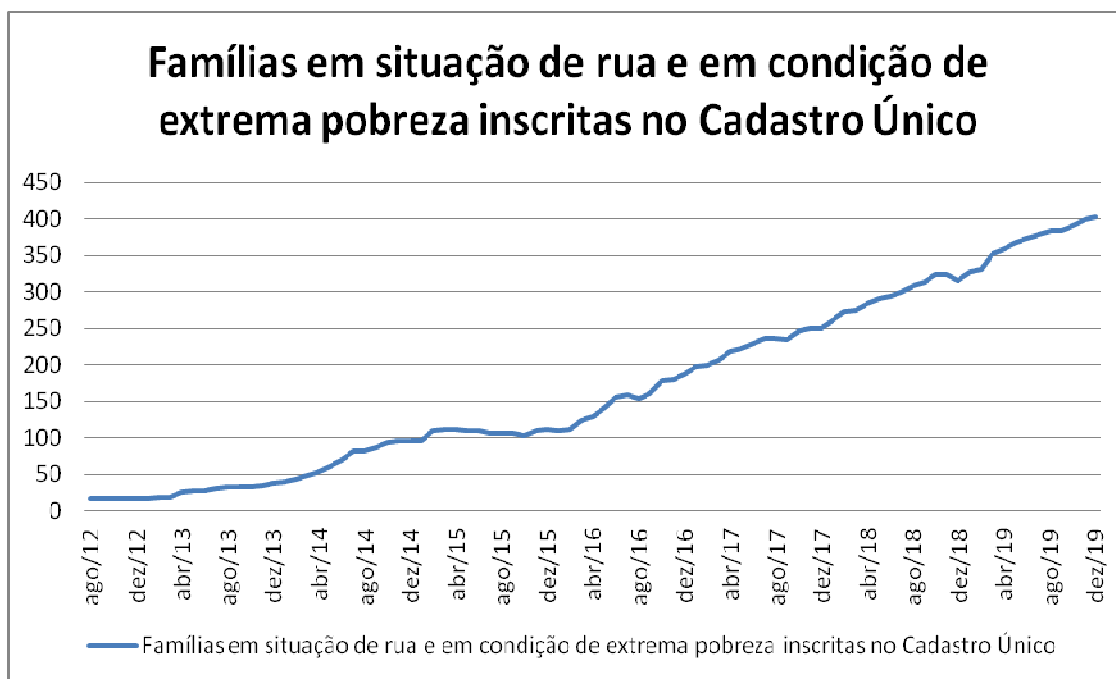


A quantidade de famílias em situação de rua com renda de até meio salário mínimo per capita praticamente coincide com a totalidade das famílias cadastradas nesta situação ao longo deste período de tempo. Para efeito de comparação, das 21 famílias em situação de rua inscritas no cadastro único em

⁴⁵ As tabelas completas com os números mês a mês podem ser consultadas nos anexos.

agosto de 2012, 20 (95,23 %) estavam nesta faixa de renda; em fevereiro de 2020, das 467 famílias nesta situação, 452 estavam na faixa de até meio salário mínimo per capita, ou seja, 96,78 %.

Figura 25 - Famílias em situação de rua e em condição de extrema pobreza inscritas no Cadastro Único



Uma parcela bastante considerável desta população foi classificada como extremamente pobre. Em agosto de 2012 eram 16 famílias de um total de 20, enquanto que em fevereiro de 2020 foram registradas 411 de um total de 467. E termos de proporção, 80% das famílias em situação de rua registradas no CadÚnico eram extremamente pobres em 2012, enquanto em 2020 são 88%. Ora, se as famílias em situação de rua beneficiadas pelo Programa Bolsa Família são 259, significa que a sua cobertura não chega a atingir a totalidade daquelas que estão em extrema pobreza, assim consideradas aquelas com renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa, segundo a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social⁴⁶.

Segundo o Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas,

⁴⁶ Cf. <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/bolsa-familia/beneficios/beneficiario>

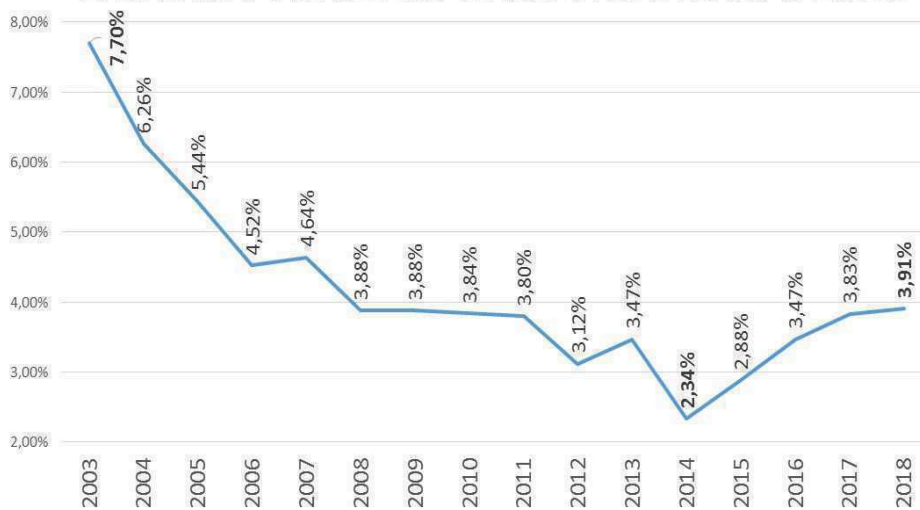
[o] Bolsa Família é um programa de combate à extrema pobreza que cobre hoje um quinto da população brasileira (pouco mais de 40 milhões de pessoas). Focalizado em crianças e famílias abaixo das linhas de extrema pobreza e pobreza estimadas pelo governo, o benefício é oferecido através de um cartão magnético em posse das mães e/ou mulheres da família em 90% dos casos. O valor de elegibilidade inicial ao benefício básico, hoje em 89 reais por pessoa, é bem próximo da linha mais baixa de pobreza das metas do milênio da ONU, no valor de U\$S 1,25 por dia ajustado por paridade de poder de compra, que serviu de inspiração na adoção da linha oficial de pobreza e dos critérios do Bolsa Família em 2011. O custo do programa é de apenas 0,4% do PIB, um valor ínfimo comparado aos seus impactos diretos na vida dos mais pobres e na economia brasileira. Por exemplo, para cada R\$1 gasto com o Bolsa Família são gerados R\$1,78 para a economia brasileira. Isso significa que cada real gasto com o Bolsa Família impacta três vezes mais o PIB que os benefícios da previdência social e 50% mais que o BPC, outra política voltada aos pobres.⁴⁷ (FGV, 2020)

Entretanto, o mesmo artigo da Fundação Getúlio Vargas mostra que, apesar do seu papel de proteção social e do seu efeito multiplicador na economia, o programa sofreu com cortes significativos e falta de reajustes desde 2014. Além disso, o país passou nos últimos anos por uma forte recessão econômica combinada com inflação. Estes fatores combinados, falta de proteção e crise, resultaram num aumento significativo da pobreza extrema.

No gráfico abaixo é possível notar pela linha descensional e pelos percentuais que a pobreza extrema, que estava declinando desde 2003, voltou a subir a partir de 2014, quando então a linha muda de direção paulatinamente até que em 2018 a porcentagem de extremamente pobres retorna aos patamares de mais de 10 anos antes. Entretanto, deve-se levar em conta que a população cresceu neste período e 3,91% de pessoas em extrema pobreza em 2007 é menor em números absolutos do que este mesmo percentual em 2018.

⁴⁷ Cf. <https://cps.fgv.br/destaques/fgv-social-comenta-os-cortes-no-bolsa-familia-e-o-aumento-da-extrema-pobreza-no-brasil>

Extrema Pobreza no Brasil entre 2003 e 2018



Fonte: FGV Social/CPS através dos microdados da PNAD e da PNADC/IBGE

Obs: Linha de Pobreza de US\$ 1,25 PPP por dia per capita (renda deflacionada) - Série Harmonizada

Assim, a recessão mencionada pela FGV implica necessariamente em aumento da taxa de desemprego, que se combinou com os cortes na cobertura do Bolsa Família. Não é difícil perceber que este quadro gera algumas consequências. Famílias desempregadas não encontraram amparo em programas sociais. E mesmo aqueles que conseguiram tal amparo em alguma medida, viram os seus ganhos serem corroídos pela inflação.

Entre 2014 e 2018, a renda dos 5% mais pobres no Brasil caiu 39% e, como consequência, o contingente da população em extrema pobreza aumentou em 71% neste íterim com incorporação de cerca de 3,4 milhões de novos pobres extremos. Este aumento na extrema pobreza ocorreu em função da recessão econômica, mas também por desajustes no Bolsa Família (PBF) Neste caso, por conta de perdas reais no valor do benefício do programa, que não foi corrigido segundo à inflação em 2015 (quando esta girava em torno de 10%) e em 2017 (já com inflação menor). Mais recentemente houve redução no número de beneficiários. Em termos líquidos, cerca de 1,1 milhões de famílias foram desligadas do programa entre maio de 2019 e janeiro de 2020, acarretando no surgimento de uma fila média anual de 500 mil famílias que deveriam estar sendo atendidas, mas ainda estão esperando para serem cobertas pelo Bolsa Família. Há outras estimativas que apontam que quase 1 milhão de famílias estavam na fila para serem atendidas em 2019. (FGV, 2020)

Ora, se há crise econômica e a extrema pobreza se ampliou, é justo supor um aumento da população em situação de rua em todo país. Infelizmente, novamente não há fontes oficiais abrangentes que forneçam os números exatos. Entretanto, o aparente aumento da população em situação de rua tem chamado a atenção da imprensa e tem suscitado algumas estimativas. Artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo datado de julho de 2019 dá um pouco a medida da situação. Sob o título “Moradores de rua se multiplicam em praças, prédios históricos e vias das capitais”⁴⁸, o artigo informa que foram registrados aumentos em pelo menos sete capitais, os quais teriam resultado da pior crise econômica do país, que deixou 13 milhões de desempregados. Assim, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador, Belém, entre outras, direta ou indiretamente registraram um aumento da população de rua.

Diferente do governo federal, algumas cidades realizam levantamentos locais desta população a fim de dimensionar políticas públicas adequadas. A cidade de São Paulo, por exemplo, vem realizando censos da população de rua (o censo POPRUA) desde 2000⁴⁹. A partir de uma amostra de 2 mil pessoas, o último POPRUA⁵⁰ foi realizado entre novembro e dezembro de 2019. Os resultados publicados em janeiro de 2020 indicam que a população em situação de rua naquela cidade cresceu 60%, passando de 15.905 pessoas em 2015 para 24.344, sendo que a maioria (55%) é proveniente do estado de São Paulo, sendo 34% da própria cidade. Este número, no entanto, é considerado subestimado pelas lideranças do Movimento Nacional da População em Situação de Rua e pela Pastoral do Povo de Rua. Em matéria publicada em janeiro de 2020 pelo jornal O Estado de S. Paulo, intitulada “População de rua cresce 60% e chega a 24 mil”⁵¹, o coordenador estadual do Movimento, Edvaldo Gonçalves de Souza, põe em questão a metodologia utilizada, dizendo que alguns pontos foram visitados de madrugada, no

⁴⁸ <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/moradores-de-ruas-se-multiplicam-em-pracas-predios-historicos-e-vias-nas-capitais.shtml>

⁴⁹ Os diversos censos podem ser encontrados nesta página da Prefeitura de São Paulo: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_social/pesquisas/index.php?p=18626

⁵⁰ O relatório dinâmico do último Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo (POPRUA) pode ser acessado neste endereço: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojZDZkOGM2OWQtZmUyMS00MjU5LTljYzQtNTNjY2FmOTc2NDc3IiwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZIYS1iMmE4LThlNjE1NGM5MGUwNyJ9>

⁵¹ <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,em-tres-anos-populacao-de-rua-cresce-60-e-chega-a-24-mil-em-sp,70003179059>

momento em que já estavam esvaziados. Já o Padre Júlio Lancelotti, vigário episcopal da Pastoral, apresenta críticas ainda mais contundentes: “O censo teve problemas metodológicos. Usaram o mesmo itinerário do censo anterior. Dessa forma, não levaram em conta as mudanças da população de rua de 2015 para 2019. O CadÚnico da prefeitura tem 30 mil pessoas cadastradas. Como deu 24 mil?” (FELIX, 2020).

Quanto ao perfil, ainda segue sendo muito parecido com o que se verificou no I Censo Nacional: uma população majoritariamente masculina (85,5 %), negra/parda (68,6%), com baixa escolaridade (55,9% têm no máximo o fundamental completo) e jovem (73% estão na faixa entre 18 e 49 anos) . Além do aumento constatado pelos números oficiais, o Movimento Nacional da População em Situação de Rua percebeu também uma presença maior de famílias nas ruas de São Paulo, sobretudo de imigrantes. A este respeito, a pesquisa registrou um contingente de imigrantes, em sua maioria da Venezuela, em São Paulo, que chegou a partir do estado de Roraima. Este último dado aponta para a necessidade urgente de uma melhoria nas políticas de acolhimento de refugiados.

Apesar das grandes diferenças que há entre as capitais e as cidades do interior (diferença esta ainda mais ampla no caso do estado de São Paulo), é possível supor que a presença das mesmas condições gerais, ou de alguns elementos das mesmas condições gerais, tenham resultado em um aumento da população em situação de rua (ainda que em menores proporções) também fora da metrópole. Evidente que nas capitais a questão social se expressa de maneira mais aguda (haja vista os 24 mil levantados pelo Censo ou os 30 mil cadastrados no CadÚnico na Cidade de São Paulo). Para quem observa desta perspectiva, os números registrados em cidades como Franca podem, à primeira vista, parecer modestos; no entanto, eles são significativos em vista da quantidade de habitantes. Basta tomarmos como parâmetro os números nacionais: as 140 mil famílias registradas pelo CadÚnico em todo país representam 0,07% da população nacional; já as 467 registradas em Franca representam 0,13% da população do município. Há, portanto, praticamente o dobro da taxa que se verifica no conjunto do país. Assim, Franca não sofreu menos os efeitos da última crise, sendo bastante atingida pelo aumento da pobreza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como principal objetivo dimensionar e compreender melhor o perfil da população em situação de rua em Franca. No entanto, se deparou com alguns entraves que são os mesmos que se antepõem para a formulação de políticas públicas para esse segmento, e que são constituídos pela incompletude dos dados disponíveis. Novamente, em 2020 não será realizado o Censo da População em Situação de Rua. Infelizmente, há falta de equipamentos, pessoal e condições concretas para que o IBGE possa quantificar essas pessoas. Por outro lado, o CadÚnico têm sido a base de dados oficial mais confiável e mais abrangente até o momento. No ano de 2009, o Governo Federal incluiu um formulário que é específico para esse público, de modo que passou a existir uma contabilização um pouco mais confiável no que se refere à quantidade de pessoas em situação de rua. Pelo Cadastro Único é possível conhecer um pouco melhor esta população. Descobrimos, por exemplo, que o maior número de pessoas em situação de rua cadastradas (67%) encontra-se na região sudeste, sendo (45%) só no estado de São Paulo. Daí a importância das contagens realizadas por cidades populosas e principalmente o último Censo da cidade de São Paulo, cuja população de rua constitui uma parcela significativa do contingente nacional. Apesar da pertinência das críticas a este último Censo, mesmo com as falhas, ele confirmou o crescimento importante desta população que o CadÚnico pareceu registrar, mas que poderia ser ainda atribuído a um aumento da cobertura. Embora o trabalho de Assistentes Sociais de todo o país tenha dado resultado em termos de aumento de cobertura, ele parece ter ajudado também a ter um registro mais exato desta população.

Como a Política Nacional tinha entre seus objetivos dar acesso aos programas de transferência de renda, aos benefícios assistenciais,

previdenciários, ao sistema de saúde entre outros⁵², uma das providências tomadas foi a possibilidade de essa população utilizar como endereço o Centro POP ou o CRAS para poder se cadastrar no Cadastro Único (requisito necessário para requerer a inscrição em programas do Governo Federal como o Bolsa Família, por exemplo). Assim esta população pode ter acesso a certos direitos básicos como o cartão do SUS.

Com estes dados foi possível fazer algumas inferências sobre esta população na cidade de Franca, comparando principalmente com o Censo Nacional e também com outros dados oficiais disponíveis. A primeira coisa que pudemos perceber a partir do perfil traçado é que não era possível enquadrar esta população em bloco na categoria de lumpemproletariado. Ao estudar este conceito, um dos escopos deste trabalho, pudemos refletir melhor sobre os termos em que podemos pensar esta população. Trata-se antes de tudo de um grupo que compõe a superpopulação relativa estagnada, muitas vezes, mergulhando profundamente nas camadas mais inferiores desta, que são as da esfera do pauperismo. Como vimos, muitos trabalham (são flanelinhas, catadores de material reciclável, etc.). Mas, o mais surpreendente é o fato de a esmagadora maioria ser composta de jovens negros (67% em âmbito nacional e 79%, considerados somente os dados de Franca). Este dado expõe o racismo estrutural e relativiza as causas mais imediatas e individuais que explicam a realização. Há uma causa anterior que condiciona esses processos individuais e é a mesma que aumenta este contingente em tempos de crise. A população aumenta, mas o perfil dos refugados pela sociedade de classes permanece como uma constante.

Quando atentamos para os meandros concretos da reestruturação produtiva ocorrida nas últimas décadas, podemos perceber que a mesma população que está na fábrica, também está nos trabalhos informais e nas filas do desemprego. Percebemos também a instabilidade de sua condição: o empregado de hoje será o informal ou desempregado de amanhã. Também é a mesma população que está nas ruas. Há uma similaridade de perfil. É preciso compreender este fenômeno do ponto de vista da totalidade, ainda que

⁵² Cf. artigo 7º do Decreto 7.063 que institui a Política Nacional sobre a População em Situação de Rua. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm

adentremos nos meandros das trajetórias pessoais e nos solidarizemos com os sofrimentos implicados na vida de cada um. José, ainda que viva toda a sua vida entre a fábrica e a banca de pesponto e envelheça na periferia da cidade numa casa de cômodos, ainda será o mesmo José que fugiu de casa e foi para as ruas aos 18 anos.

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDER, B. K.; MERHY, E. E.; SILVEIRA, P. Dependência dos opiáceos: Rat-park revisitado. In: ALEXANDER, B. K. (Org.). **Criminalização ou Acolhimento?**: políticas e práticas de cuidado a pessoas que também fazem o uso de drogas. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

_____. **O Privilégio da Servidão**: O novo proletariado de serviço na era digital, ed. Boitempo, 2018.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo. 1999.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. 10ª reimpr. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARBOSA, Agnaldo. Levantados do chão: trajetórias profissionais e experiência de classe do empresariado do calçado no contexto da reestruturação econômica das últimas décadas. In: **WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE**: O mundo empresarial e a questão social, 5, 2006, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/5workshop/pdf/gt01_aginaldo.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa (Portugal), Edições 70, 3a. ed. 2004.

BRANCO, Francisco. Mínimos de cidadania e inclusão social: contributos para análise do percurso e atualidades dos mínimos sociais em Portugal. In:_____. **Proteção social de cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil**, França e Portugal. São Paulo: Cortez, 2004.

BISPO, Diana. Brasil não sabe quem são os moradores de rua. **Jornal do Senado**, Ano 25, n. 5.074, 26 mar. 2019. Especial Cidadania, v. 14, n. 669,

26/03/2019 Disponível em:
<<http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/556162>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. Decreto Nº 6.135, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 jun. 2007. Seção 1, p. 3 Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/409898>>. Acesso em: 18 mar. 2020.

_____. Decreto Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 2009. Seção 1, p. 16. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/411537>>. Acesso em: 20 de out. de 2019.

_____. Decreto Nº 9.894, de 27 de junho de 2019. Dispõe sobre o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 jun. 2019. Seção 1, p. 27. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/31157521>>. Acesso em: 14 de dez. de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 set. 2017. Seção 1, p. 68. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19308123/do1-2017-09-22-portaria-n-2-436-de-21-de-setembro-de-2017-1930803>. Acesso em: 13 out. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **População em situação de rua no Brasil: o que os dados revelam?** Monitoramento Sagi: série relatos de caso, nº 2, 2019. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Monitoramento_SA_GI_Populacao_situacao_rua.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E COMBATE À FOME. **Censo SUAS: 2014 – Análise dos componentes sistêmicos da Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2015. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/acervosocial/estante/censo-suas-2014-analise-dos-componentes-sistemicos-da-politica-nacional-de-assistencia-social/>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

_____. **Cadastro Único para Programas Sociais**: Guia de cadastramento de pessoas em situação de rua. Brasília: MDS; Secretaria Nacional de Renda

de Cidadania, 2011. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/acervosocial/estante/cadastro-unico-para-programas-sociais-guia-de-cadastramento-de-pessoas-em-situacao-de-rua/>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

_____. **I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua:** relatório. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/acervosocial/estante/relatorio-do-i-encontro-nacional-sobre-populacao-em-situacao-de-rua/>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

_____. **Rua: aprendendo a contar:** Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris no século XIX:** o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BURSZTYN, Marcel. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. In: _____ (org). **No meio da Rua – nômades, excluídos e viradores.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

CAMPOS, Ariane. População de rua: um olhar da educação interprofissional para os não visíveis. **Saude soc.**, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 997-1003, out. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902018000400997&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 jun. 2019. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902018180908>.

ENDERLE, R., SCHNEIDER, N. e MARTORANO, L. C. “Notas”. In: MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

SCOREL, Sarah. **Vidas ao léu:** trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

FRANCA. Decreto nº 10.728, de 03 de janeiro de 2018. Institui os procedimentos de zeladoria urbana, de respeito e observância aos direitos fundamentais da população em situação de vulnerabilidade social. **Diário Oficial do Município de Franca**, Franca, SP, 10 jan. 2018. Ano 4, nº 923, p. 31. Disponível em: <<https://www.franca.sp.gov.br/arquivos/diario-oficial/documentos/923-10012018.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2019.

FRANCA. SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL DE FRANCA. **Plano Municipal de Assistência Social de Franca [2018-2021]**. Franca: Secretaria de Ação Social de Franca, 2018. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=file&id=5517:plano-de-assistencia-social&Itemid=1552>. Acesso em: 10 dez. 2019.

FELIX, Paula. Em quatro anos, população de rua cresce 60% e chega a 24 mil. **O Estado de S. Paulo**, ano 141, nº 46121, 30 jan. 2020. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,em-tres-anos-populacao-de-rua-cresce-60-e-chega-a-24-mil-em-sp,70003179059>>. Acesso em: 05 fev. 2020.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CENTRO DE POLÍTICAS SOCIAIS. FGV social comenta os cortes no bolsa família e o aumento da extrema pobreza no Brasil. 03 mar. 2020. Não paginado. Disponível em: <<https://cps.fgv.br/destaques/fgv-social-comenta-os-cortes-no-bolsa-familia-e-o-aumento-da-extrema-pobreza-no-brasil>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

GIACOMETTI, Israïld. “Números enganosos sobre a população em situação de rua em Franca: Centro Pop”. **Observa Franca - Observatório das Políticas Públicas Municipais de Franca**. 22 de março de 2017. Disponível em: <<https://observafranca.wordpress.com/2017/03/22/numeros-enganosos-sobre-a-populacao-em-situacao-de-rua-em-franca-centro-pop-numeros-enganosos-sobre-a-populacao-em-situacao-de-rua-em-franca-cen/>>. Acesso em 16 nov. 2019.

HARVEY, D. **Para entender o capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Texto para discussão – Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Brasília/Rio de Janeiro: IPEA, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28819>. Acesso em 20 jun. 2019

LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe**. 2º ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **As Lutas de classes na Franca**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo,

2012.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: LP&M, 2001.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MEIRELLES, Giselle Ávila Leal de. Pauperização Relativa, desigualdade e a “questão social” contemporânea. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/9318>>. Acessado em 17/11/2019.

MÉSZAROS, Istivan. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo César Castanheira; Sergio Lessa. 1ª ed. 3ª reimp. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

MIRRAJIZ, Pablo G. Gayoso. **Lumpemproletariado**: conceito e perspectiva. 2018. 90 p. Trabalho de Conclusão do Curso (Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

MINAYO, Maria Cecília S. **O Desafio do Conhecimento- pesquisa qualitativa em saúde**. 12º ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MUSTAFA, Patrícia Soraya. Mundo do trabalho: a particularidade dos trabalhadores de Franca/SP. In: **SEMINARIO DE SAUDE DO TRABALHADOR DE FRANCA**, 7, 2010, Franca. **Anais eletrônicos...** Unesp Franca, Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000112010000100003&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 07 Abr. 2020.

OLIVEIRA, Caroline; Souza, Marina Duarte de. Movimentos denunciam subnotificação em censo sobre população de rua de SP. **Brasil de Fato**, São Paulo, 31 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/01/31/movimentos-denunciam-subnotificacao-em-censo-sobre-populacao-de-rua-de-sp>>. Acesso em 05 fev. 2020.

PEREIRA, Camila Potyara. **Rua sem saída**: um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília. 2008. 127 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/1542>>. Acesso em 10 dez. 2019.

PICCININI, Valmíria Carolina. Mudanças na indústria calçadista brasileira: novas tecnologias e globalização do mercado. **Read – Revista Eletrônica de**

Administração. Porto Alegre. Edição 1, vol. 1, n. 1 (set/out 1995). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/19401>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

PITOMBO, João Pedro *et al.* Moradores de ruas se multiplicam em praças, prédios históricos e vias nas capitais. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 jul. 2019, Cotidiano, ano 99, nº 32975, Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/moradores-de-ruas-se-multiplicam-em-pracas-predios-historicos-e-vias-nas-capitais.shtml>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

POLANYI, Karl. **A grande transformação:** as origens de nossa época. Tradução de Fanny Wrabel. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PONTES, Marcela Maria Carvalho. **De Braços Abertos:** lumpemproletariado na rede neoliberal de controle. 2017. 240 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7141/tde-27042018-110032/pt-br.php>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

ROSA, Alice Rocha Farias da. **Garantias constitucionais da população em situação de rua na cidade de Franca:** da redução de danos à efetivação de direitos. 2019. 96 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulistas “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2019.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de Rua.** São Paulo: Editora Hucitec/Associação Rede de Rua, 2005.

RUI, Taniele. Usos da “Luz” e da “cracolândia”: etnografia de práticas espaciais. **Saude soc.**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 91-104, Mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902014000100091&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 Abr. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000100007>.

SALES, Priscilla. 62% dos moradores de rua de Franca são migrantes. **Portal GCN**, Franca, 08 mar 2017. Disponível em: <<https://gcn.net.br/noticias/346435/franca/2017/03/62-dos-moradores-de-rua-de-franca-sao-migrantes>>. Acesso em: 23 de abr. de 2019.

SANTOS, Angela Maria Medeiros M *et al.* **Deslocamento de empresas para os estados do Ceará e da Bahia: o caso da indústria calçadista.** BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 15, p. 63-82, mar. 2002. Disponível em: <<http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2599>> Acesso em: 16 de mar. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 16.544, de 06 de outubro de 2017. Institui a Política Estadual de Atenção Específica para a População em Situação de Rua no Estado de São Paulo. São Paulo, SP. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Executivo, Seção 1, p.306, 07 de out. de 2017. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=183563>>. Acesso em: 27 de out. de 2019.

SÃO PAULO (Prefeitura). SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Pesquisa Censitária da População em situação de rua**. São Paulo: Qualitest Ciência e Tecnologia, 2019. Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_social/pesquisas/index.php?p=18626> Acesso em: 20 fev. 2020.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno da população em situação de rua no Brasil 1995 – 2005**. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/1763>>. Acesso: 05 set. 2019.

SNOW, David & ANDERSON, Leon. **Desafortunados. Um estudo sobre o povo da rua**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SOARES, Cassia Baldini; CAMPOS, Celia Maria Sivalli; YONEKURA, Tatiana. Marxismo como referencial teórico-metodológico em saúde coletiva: implicações para a revisão sistemática e síntese de evidências. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 47, n. 6, p. 1403-1409, Dec. 2013. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342013000601403&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 Abr. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342013000600022>.

SOUZA, Jessé (Org.). **Crack e exclusão social**. Brasília : Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016. Disponível em: <<http://www.aberta.senad.gov.br/medias/original/201702/20170214-115213-001.pdf>> Acesso em: 02 abr. 2020.

STIRNER, Max. **O único e a sua propriedade**. Lisboa: Antígona editores refractários, 2004.

TELES, José Ronaldo. **Estratégia de sobrevivência dos desempregados da indústria calçadista de Franca-SP**. 2001. 179 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulistas “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2001. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/106104>> Acesso em: 19 mar. 2020.

UOL. Franca (SP) abriu mais vagas no 1º tri; veja 10 cidades que lideram lista, **UOL Economia**. São Paulo, 25 abr. de 2017. Redação. Disponível

em:<<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2017/04/25/franca-sp-abriu-mais-vagas-no-1-tri-veja-10-cidades-que-lideram-lista.htm>> Acesso em: 16 de jun. de 2019.

ANEXO 1

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE FRANCA
CADASTRADAS NO CADASTRO ÚNICO [2012 - 2020]

VIS DATA 3 beta

Referência	Total de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único
08/2012	21
09/2012	21
10/2012	21
11/2012	21
12/2012	22
01/2013	22
02/2013	23
03/2013	24
04/2013	31
05/2013	32
06/2013	33
07/2013	36
08/2013	37
09/2013	37
10/2013	37
11/2013	41
12/2013	43
01/2014	45
02/2014	49
03/2014	56
04/2014	62
05/2014	70
06/2014	83
07/2014	95
08/2014	97
09/2014	105
10/2014	113
11/2014	115
12/2014	115
01/2015	115
02/2015	131
03/2015	134
04/2015	137
05/2015	136
06/2015	135
07/2015	133
08/2015	132
09/2015	133
10/2015	131
11/2015	139
12/2015	141
01/2016	138

Referência	Total de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único
02/2016	142
03/2016	157
04/2016	163
05/2016	179
06/2016	190
07/2016	195
08/2016	196
09/2016	206

ANEXO 2

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE FRANCA DE
BAIXA RENDA CADASTRADAS NO CADASTRO ÚNICO
[2012 - 2020]

VIS DATA 3 beta

Referência	Famílias em situação de rua com renda por pessoa mensal até meio salário mínimo inscritas no Cadastro Único
08/2012	20
09/2012	20
10/2012	20
11/2012	20
12/2012	21
01/2013	21
02/2013	22
03/2013	23
04/2013	30
05/2013	31
06/2013	32
07/2013	35
08/2013	36
09/2013	36
10/2013	36
11/2013	40
12/2013	42
01/2014	44
02/2014	48
03/2014	55
04/2014	60
05/2014	68
06/2014	80
07/2014	92
08/2014	94
09/2014	101
10/2014	109
11/2014	111
12/2014	111
01/2015	111
02/2015	127
03/2015	130
04/2015	132
05/2015	131
06/2015	130
07/2015	128
08/2015	127
09/2015	127
10/2015	125
11/2015	133
12/2015	136
01/2016	134

Referência	Famílias em situação de rua com renda por pessoa mensal até meio salário mínimo inscritas no Cadastro Único
02/2016	137
03/2016	152
04/2016	157
05/2016	173
06/2016	185
07/2016	189
08/2016	190
09/2016	198
10/2016	215
11/2016	217
12/2016	221
01/2017	226
02/2017	228
03/2017	235
04/2017	248
05/2017	251
06/2017	260
07/2017	265
08/2017	266
09/2017	262
10/2017	274
11/2017	280
12/2017	280
01/2018	291
02/2018	302
03/2018	305
04/2018	312
05/2018	320
06/2018	327
07/2018	332
08/2018	335
09/2018	341
10/2018	352
11/2018	352
12/2018	343
01/2019	355
02/2019	357
03/2019	380
04/2019	383
05/2019	392
06/2019	399
07/2019	405
08/2019	410

Referência	Famílias em situação de rua com renda por pessoa mensal até meio salário mínimo inscritas no Cadastro Único
09/2019	407
10/2019	417
11/2019	427
12/2019	437
01/2020	445
02/2020	452

ANEXO 3

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE FRANCA EM
POBREZA EXTREMA CADASTRADAS NO CADASTRO
ÚNICO [2012 - 2020]

VIS DATA 3 beta

Referência	Famílias em situação de rua e em condição de extrema pobreza inscritas no Cadastro Único
08/2012	16
09/2012	16
10/2012	16
11/2012	16
12/2012	17
01/2013	17
02/2013	18
03/2013	19
04/2013	26
05/2013	27
06/2013	28
07/2013	31
08/2013	32
09/2013	32
10/2013	32
11/2013	35
12/2013	37
01/2014	39
02/2014	43
03/2014	49
04/2014	54
05/2014	61
06/2014	70
07/2014	81
08/2014	81
09/2014	87
10/2014	94
11/2014	96
12/2014	96
01/2015	96
02/2015	110
03/2015	111
04/2015	112
05/2015	110
06/2015	109
07/2015	107
08/2015	106
09/2015	107
10/2015	102
11/2015	109
12/2015	112
01/2016	109

Referência	Famílias em situação de rua e em condição de extrema pobreza inscritas no Cadastro Único
02/2016	112
03/2016	124
04/2016	130
05/2016	141
06/2016	155
07/2016	159
08/2016	154
09/2016	161
10/2016	178
11/2016	180
12/2016	188
01/2017	197
02/2017	199
03/2017	207
04/2017	219
05/2017	222
06/2017	230
07/2017	236
08/2017	236
09/2017	234
10/2017	247
11/2017	251
12/2017	250
01/2018	261
02/2018	273
03/2018	275
04/2018	283
05/2018	290
06/2018	295
07/2018	300
08/2018	308
09/2018	314
10/2018	324
11/2018	324
12/2018	315
01/2019	327
02/2019	331
03/2019	353
04/2019	360
05/2019	368
06/2019	373
07/2019	378
08/2019	384

Referência	Famílias em situação de rua e em condição de extrema pobreza inscritas no Cadastro Único
09/2019	383
10/2019	391
11/2019	399
12/2019	404
01/2020	407
02/2020	411

ANEXO 4

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE FRANCA
BENEFICIADAS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
CADASTRADAS NO CADASTRO ÚNICO [2012 - 2020]

VIS DATA 3 beta

Referência	Famílias em situação de rua beneficiárias do Programa Bolsa Família
08/2012	16
09/2012	16
10/2012	16
11/2012	16
12/2012	16
01/2013	16
02/2013	18
03/2013	18
04/2013	24
05/2013	24
06/2013	25
07/2013	26
08/2013	26
09/2013	26
10/2013	32
11/2013	34
12/2013	36
01/2014	38
02/2014	41
03/2014	45
04/2014	51
05/2014	57
06/2014	66
07/2014	67
08/2014	68
09/2014	69
10/2014	90
11/2014	92
12/2014	91
01/2015	90
02/2015	92
03/2015	107
04/2015	108
05/2015	107
06/2015	106
07/2015	105
08/2015	103
09/2015	103
10/2015	97
11/2015	104
12/2015	106
01/2016	105

Referência	Famílias em situação de rua beneficiárias do Programa Bolsa Família
02/2016	109
03/2016	121
04/2016	119
05/2016	138
06/2016	139
07/2016	139
08/2016	145
09/2016	147
10/2016	158
11/2016	159
12/2016	171
01/2017	175
02/2017	174
03/2017	184
04/2017	176
05/2017	188
06/2017	191
07/2017	195
08/2017	197
09/2017	205
10/2017	204
11/2017	209
12/2017	212
01/2018	224
02/2018	237
03/2018	241
04/2018	242
05/2018	252
06/2018	255
07/2018	259
08/2018	268
09/2018	271
10/2018	281
11/2018	279
12/2018	265
01/2019	278
02/2019	283
03/2019	304
04/2019	320
05/2019	317
06/2019	308
07/2019	310
08/2019	305

Referência	Famílias em situação de rua beneficiárias do Programa Bolsa Família
09/2019	295
10/2019	259
11/2019	264
12/2019	263

ANEXO 5

INFORMAÇÕES DO CADASTRO ÚNICO SOBRE PERFIL
DAS FAMÍLIAS CADASTRADAS EM FRANCA

Visão Geral

Cadastro Único

O Cadastro Único para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais.

No Município, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em dezembro de 2019 era de **21.903** dentre as quais:

- 6.913 com renda per capita familiar de até R\$ 89,00;
- 2.664 com renda per capita familiar entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00;
- 6.092 com renda per capita familiar entre R\$ 178,01 e meio salário mínimo;
- 6.234 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de março de 2020, **6.173 famílias**, representando uma cobertura de 74,0 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 184,00 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 1.135.810,00 no mês.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de novembro de 2019, atingiu o percentual de 99,8%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 5.938 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 5.949. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 99,8%, resultando em 901 jovens acompanhados de um total de 903.

Já o acompanhamento da saúde das pessoas (crianças até 7 anos e mulheres de 14 a 44 anos), na vigência de junho de 2019, atingiu 67,1 %, percentual equivale a 8.356 pessoas de um total de 12.453 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

Estimativas

		Mês Referência
Estimativa de famílias de baixa renda – Perfil Cadastro Único (Censo 2010)	16.379	2010
Estimativa de famílias pobres - Perfil Bolsa Família (CENSO 2010)	8.338	2010

Cadastro Único

Benefícios

Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos

		Mês Referência
Grupos de Origem Étnica		
Famílias Quilombolas		
Famílias quilombolas cadastradas	1	02/2020
Famílias quilombolas beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	02/2020
Famílias Indígenas		
Famílias indígenas cadastradas	2	02/2020
Famílias indígenas beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	02/2020
Famílias Ciganas		
Total de famílias ciganas cadastradas	0	02/2020
Famílias ciganas beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	02/2020
Famílias pertencentes a Comunidades de Terreiro		
Total de famílias pertencentes a comunidades de terreiro cadastradas	0	02/2020
Famílias pertencentes a comunidades de terreiro beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	02/2020
Grupos relacionados ao meio ambiente		
Famílias Extrativistas		
Total de famílias extrativistas cadastradas	0	02/2020
Famílias extrativistas beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	02/2020
Famílias de Pescadores Artesanais		
Total de famílias de pescadores artesanais cadastradas	5	02/2020
Famílias de pescadores artesanais beneficiárias do Programa Bolsa Família	1	02/2020
Famílias Ribeirinhas		
Total de famílias ribeirinhas cadastradas	0	02/2020
Famílias ribeirinhas beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	02/2020
Grupos relacionados ao meio Rural		
Famílias de Agricultores Familiares		

Total de famílias de agricultores familiares cadastradas	0	02/2020
Famílias de agricultores familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	02/2020
Famílias Assentadas da Reforma Agrária		
Total de famílias assentadas da Reforma Agrária cadastradas	0	02/2020
Famílias Assentadas da Reforma Agrária e beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	02/2020
Famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário		
Total de famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário cadastradas	0	02/2020
Famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	02/2020
Famílias Acampadas		
Total de famílias acampadas cadastradas	0	02/2020
Famílias acampadas beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	02/2020
Grupos em situações conjunturais		
Famílias atingidas por empreendimentos de infraestrutura		
Total de famílias atingidas por empreendimento de infraestrutura cadastradas	0	02/2020
Famílias atingidas por empreendimento de infraestrutura beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	02/2020
Famílias com pessoa presa no sistema carcerário		
Total de famílias de preso do sistema carcerário cadastradas	87	02/2020
Famílias de preso do sistema carcerário beneficiárias do Programa Bolsa Família	37	02/2020
Famílias em situação de rua		
Total de famílias em situação de rua cadastradas	467	02/2020
Famílias em situação de rua beneficiárias do Programa Bolsa Família	259	02/2020
Famílias de Catadores de Material Reciclável		
Total de famílias de catadores de material reciclável cadastradas	790	02/2020
Famílias de catadores de material reciclável beneficiárias do Programa Bolsa Família	450	02/2020

Condicionalidades

Índice de Gestão Descentralizada

Contato da Gestão Municipal

Contato da Gestão	
Órgão Responsável	Secretaria Municipal de Assistência Social
Nome do Gestor do Programa Bolsa Família	Loren Lorrany Duarte
Endereço	Avenida Champagnat
Número	1722
Complemento	
Bairro	Centro
Telefone 1	1637240610 / 1637036907
E-mail	lorenduarte@franca.sp.gov.br